

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



Polícia Militar de Mato Grosso

ISSN 1981-6308 - Vol. 11 - Ano 2013 - Jul / Dez



Diretoria de Saúde da PMMT - Cuiabá - MT





REVISTA HOMENS DO MATO - ISSN 1981-6308
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Vol. 11 - Ano 2013

Julho a Dezembro

“HOMENS DO MATO”

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública criada pela Portaria nº 003/APMCV de 12 de julho de 2005 – ISSN 1981-6308

PRODUÇÃO

Conselho Editorial sob a gerência do Dr. Edson Benedito Rondon Filho, Oficial da Polícia Militar de Mato Grosso.

CONSELHO EDITORIAL

Editor Geral: Dr. Edson Benedito Rondon Filho

Membros:

Dr. Antonio Carlos Monteiro de Castro	Msc. Almir Balieiro
Dr. Einstein Lemos Aguiar	Dr. George Felipe Dantas
Dra. Maria Aparecida Morgado	Dr. Naldson Ramos da Costa
Dra. Rochele Fellini Fachinetto	Dr. Ronilson de Souza Luiz
Dra. Suely Dulce de Castilho	Dr. Wilquerson Felizardo Sandes
Msc. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos	Msc. Gabriel Rodrigues Leal
Msc. Alessandro Souza Soares	Msc. Clarindo Alves Castro – Cel PM
Msc. Claudia Cristina Carvalho	Msc. Diva Maria de Oliveira Mainardi
Msc Enzi Cerqueira Almeida Junior	Msc. Flávio Gledson V. Bezerra
Msc. Jamil Queiróz	Msc. Laudicério Aguiar Machado
Msc. Leo Torres Santos	Msc. Marcos Roberto Gonçalves
Msc. Maricilda Nascimento Farias Gonçalves	Msc. Martim Cabeleira De Moraes Jr.
Esp. Carlos Eduardo Pinheiro da Silva	Esp. Everson Cezar Gomes Metelo
Esp. Fabiano Pessoa	Esp. José Antonio Gomes Chaves
Esp Marcos Roberto Sovinski	Esp. Ridalva Reis Souza
Esp. Rogério Francia Farias	Esp. Wanderson Nunes de Siqueira

Editores de seção:

Msc Enzi Cerqueira Almeida Junior	Esp. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva
-----------------------------------	--

Editoração Eletrônica e arte da capa: Msc Enzi Cerqueira Almeida Junior

Revisão gramatical: Esp. Sebastião Carlos Rodrigues da Silva

Capa: Diretoria de Saúde da PMMT – Cuiabá - MT

REVISTA HOMENS DO MATO. Polícia Militar de Mato Grosso – PMMT. Academia de Polícia Militar Costa Verde em Várzea Grande, APMCV, Vol. 11, 2013.

Periodicidade Semestral

ISSN 1981-6308

1. Polícia Militar, 2. Academia Costa Verde, 3. Segurança Pública, 4. Título, 5. Periódico.

EDITORIAL

Neste segundo semestre de 2013, a Revista Homens do Mato (RHM) traz alguns trabalhos desenvolvidos por Oficiais do Quadro de Saúde da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso com assuntos referentes à questão e sua ligação com a qualidade de vida dos policiais militares e, também, como de costume, uma diversidade de outros temas afetos à segurança pública.

Destacamos os artigos selecionados que abordam vários assuntos de interesse da segurança pública. Iracema Maria de Queiroz Cardoso Silva e Carlos Henrique Carmo no artigo “Necessidade de reestruturação do serviço de saúde da Polícia Militar de Mato Grosso” aborda a importância da atividade profissional do policial militar relacionada à situação de risco para sua saúde e sua própria vida. Francisco Carlos Cerqueira em seu artigo “Ocorrência de hipertensão arterial nos policiais militares da ativa do Estado de Mato Grosso”, aborda os fatores de risco relacionados à incidência de hipertensão arterial sistêmica. O artigo “Ocorrência de obesidade nos policiais militares da ativa do Estado de Mato Grosso”, de Juliano Blanco Canavarros e Gilson Farid da Cunha Barros aborda o fator obesidade dos policiais militares, os principais fatores de risco e sua incidência, bem como a necessidade de aplicar políticas de prevenção e tratamento. O uso de drogas entre policiais militares compreende um dos mais sérios problemas, com assertiva inicial Sandra Martelo e Carlos Alexandre Fett em seu artigo “Uso de drogas psicotrópicas por policiais militares de Cuiabá-MT e Várzea Grande-MT” realiza um levantamento sobre os efeitos, riscos e necessidades de políticas de controle entre os policiais militares. Sérgio Alves Ribeiro Padilha e Airton Benedito Siqueira Júnior em seu artigo “Uso de armas e munições não letais nos estádios de futebol do Estado de Mato Grosso com ênfase na Copa 2014” avalia a utilização de armas e munições não letais, em possíveis desordens publica nos estádios de Futebol no estado de Mato Grosso com ênfase a Copa 2014, suas implicações e emprego correto. O artigo “O agente de proteção da Casa Militar do Estado de Mato Grosso no atendimento de autoridade durante a Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá-MT” de Rachid Mohamed Rachid Hassoun abordam um estudo profundo sobre proteção de dignitários e autoridades durante o evento da Copa de 2014 e demandas necessárias. Flávio Ramalho dos Santos em seu artigo “Tráfico de drogas na faixa de fronteira” aborda a atuação do GEFRON e a percepção dos munícipes da cidade de Cáceres-MT sobre o problema. Com o assunto relativo aos direitos humanos, Maurozan Cardoso Silva, em seu artigo “Direitos Humanos: violações por policiais militares”, trata das denúncias registradas na Corregedoria Geral da Polícia Militar contra policiais militares que estariam violando direitos de cidadãos. O artigo “Os Corpos de Bombeiros Militares e o s crimes de incêndio florestal e de poluição por queima intencional no Brasil: uma abordagem inicial”, de Alessandro Mariano Rodrigues e Alberto Waingort Setzer descreve a realidade dos crimes de incêndio florestal e de poluição por queima intencional no Brasil, em especial, no Estado de Mato Grosso. Por fim, a coirmã Corpo de Bombeiro de Mato Grosso, através de Vagner Jorge Santino da Silva e Agnaldo Pereira de

Souza apresenta o artigo “Os incêndios florestais em Mato Grosso: os impactos na Copa do Mundo de 2014”, o autor traz à baila um estudo sobre os impactos que podem ocorrer em razão de desastre tipificado como incêndio florestal durante a Copa do Mundo de 2014, bem como, a preparação do Poder Público para as ações de prevenção e atendimento destes.

Pela exposição até aqui apresentada, temos que a marca desta edição seja a interdisciplinariedade e a transversalidade dos temas afetos à segurança pública, o que comprova sua complexidade.

Esperamos que o leitor se sinta contemplado pela variedade exposta pela nossa RHM.

Cuiabá-MT, Dezembro de 2013

Dr. Edson Benedito Rondon Filho – Ten Cel PM
Editor Geral da RHM

SUMÁRIO

SEÇÃO DE ARTIGOS

- Necessidade de reestruturação do serviço de saúde da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.** p. 9.
Iracema Maria de Queiroz Cardoso Silva e Carlos Henrique Carmo
- Ocorrência de hipertensão arterial nos policiais militares da ativa do Estado de Mato Grosso.** p. 29.
Francisco Carlos Cerqueira
- Ocorrência de hipertensão arterial nos policiais militares da ativa do Estado de Mato Grosso.** p. 46.
Juliano Blanco Canavarros e Gilson Farid da Cunha Barros
- Uso de drogas psicotrópicas por policiais militares As prisões cautelares de policiais militares de Cuiabá-MT e Várzea Grande-MT.** p. 64.
Sandra Martelo e Carlos Alexandre Fett
- Uso de armas e munições não letais nos estádios de futebol do Estado de Mato Grosso com ênfase na Copa 2014.** p. 84.
Sérgio Alves Ribeiro Padilha e Airton Benedito de Siqueira Júnior
- O agente de proteção da Casa Militar do Estado de Mato Grosso no atendimento de autoridade durante a Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá-MT.** p. 101.
Rachid Mohamed Rachid Hassoun
- Tráfico de drogas na faixa de fronteira.** p. 120.
Flávio Ramalho dos Santos
- Direitos humanos: violações por policiais militares.** p. 138.
Maurozan Cardoso Silva
- Os Corpos de Bombeiros Militares e os crimes incêndio florestal e de poluição por queima intencional no Brasil: uma abordagem inicial.** p. 152.
Alessandro Mariano Rodrigues e Alberto Waingort Setzer
- Os incêndios florestais em Mato Grosso: os impactos na Copa do Mundo de 2014.** p. 171.
Vagner Jorge Santino da Silva e Aginaldo Pereira de Souza

HOMENS DO MATO

Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública



Artigos

NECESSIDADE DE REESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Iracema Maria de Queiroz Cardoso Silva¹

Carlos Henrique Carmo²

RESUMO

A manutenção da saúde dos Militares é de suma importância para o bom desempenho profissional, considerando ser a atividade dos mesmos, uma atividade de risco para sua saúde e mesmo para a própria vida. Tendo em vista o aumento do efetivo previsto na Polícia Militar, poderá a atual estrutura de do Serviço de Saúde da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, com seu reduzido quadro de profissionais de saúde, atender suas necessidades atuais e futuras? Para se atingir esse objetivo é necessário a existência de um serviço de saúde bem estruturado e dimensionado de acordo com as necessidades de cada instituição, com profissionais em número suficiente, capazes de exercerem a Saúde Militar em sua plenitude. A metodologia foi de cunho analítico teórico, com abordagem histórica e análise qualitativa. O estudo propõe soluções viáveis para manutenção e reestruturação do Serviço de Saúde da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, frente às perspectivas futuras.

Palavras-chave: *Saúde militar - Serviço - Reestruturação.*

ABSTRACT

Health maintenance of the Military is very important for good work performance, considering that their activity, an activity risk to your health and even life itself. Given the expected increase in the effective Military Police, would the current structure of the Health Service of the Military Police of the State of Mato Grosso, with its small cadre of professionals from health, meet your current and future needs? To achieve this goal is necessary to have a health service well structured and sized according to the needs of each institution, with professionals in sufficient numbers, able to exercise the Military Health in its fullness. The methodology was an analytical theoretical and historical approach to qualitative analysis. The study proposes workable solutions to maintenance and restructuring of the Health Service of the Military Police of the State of Mato Grosso, in the face of future prospects.

Keywords: *Military health - Service - Restructuring.*

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Saúde pela Academia de Polícia Militar Costa Verde - MT, Bacharel em Medicina pela Univesidade de Federal de Mato Grosso, Especialista em Ginecologia e Obstetrícia pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Especialista em Administração Hospitalar e de Serviços de Saúde e Especialista em Gestão de Cooperativas

² Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Medicina pela Faculdade Estadual de Medicina do Pará.

INTRODUÇÃO

É importante ressaltar que o trabalho evidencia a necessidade urgente de reestruturação do Serviço de Saúde da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, para que os policiais militares e seus dependentes possam ter a garantia de assistência à saúde de forma integral e, assim, condições físicas e mentais adequadas para o desempenho de suas atividades junto à comunidade, com a qualidade necessária.

Tendo em vista o aumento do efetivo previsto na Polícia Militar, poderá a atual estrutura de do Serviço de Saúde da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, com seu reduzido quadro de profissionais de saúde, atender suas necessidades atuais e futuras?

O trabalho tem por objetivo analisar o Serviço de Saúde da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, quanto a sua estrutura e número de profissionais existentes, principalmente médicos e enfermeiros. Os métodos utilizados para o presente trabalho foram de cunho analítico teórico, com o levantamento de dados e abordagem histórica, tendo como seu principal objetivo a análise qualitativa do Serviço de Saúde da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Através da abordagem histórica da Saúde Militar foi verificado a grande importância da assistência a saúde dos militares, como fator estratégico das forças militares, para a garantia do bem estar físico e mental de seus homens.

A existência desses serviços foi verificada desde a antiguidade e no Brasil se iniciou com a chegada da família real, tendo os serviços de Saúde Militar nascido no Exército e na Marinha e aos seus moldes nas Polícias Militares de todos os Estados Brasileiros.

Foi ainda realizada uma breve análise das condições de assistência à saúde no Estado de Mato Grosso, após a criação do SUS e verificou-se que na atualidade o

Estado apresenta deficiências importantes tanto na assistência ambulatorial, quanto hospitalar.

A Lei Complementar 387 de 05 de julho de 2010, que “*Altera dispositivos da Lei Complementar nº 271, de 11 de junho de 2007, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e dá outras providências*”³, prevê um aumento significativo do efetivo, na ordem de 76,9% passando o efetivo da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso de 7.048 homens para 12.469⁴. Fala também na criação de um hospital regional a ser coordenado pela Polícia Militar, o que demandaria um aumento significativo de profissionais de saúde, principalmente de médicos e enfermeiros, porém não existe qualquer registro de encaminhamento para a concretização desse ideal normativo.

Com um quadro reduzido, o Serviço de Saúde da PMMT presta atendimento ambulatorial, mantém escala de plantão de vinte e quatro horas e cumpre diversas escalas extraordinárias. Assim, foi realizado levantamento das atividades extraordinárias realizadas no período de 01 de julho de 2010 a 30 de junho de 2011, através das escalas de serviço arquivadas na Diretoria de Saúde da PMMT, oportunidade em que se demonstrou a sobrecarga de trabalho a que estão submetidos os profissionais ainda remanescentes no Quadro da Saúde.

Nas considerações finais, conclui-se que o Serviço de Saúde da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, atualmente, não possui estrutura física e nem profissionais suficientes para atender às necessidades da Corporação, no que se refere à Saúde Militar bem como na assistência à saúde dos militares e seus dependentes.

1. A SAÚDE MILITAR

³ MATO GROSSO, ESTADO. Lei Complementar Nº 387, de 05 de março de 2010, Publicado no D.O. 05.03.10. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/TNX/viewComplementar.php?pagina=387>, acessado em 23/09/2011.

⁴ Diretoria de Recursos Humanos - PMMT

A Saúde Militar é o serviço que garante as boas condições sanitárias do pessoal das forças militares, tanto em tempo de paz como em combate.

A Medicina Militar, que é uma das especialidades da Saúde Militar, conforme Marcelo Assad Boeger está presente nos seios das corporações militares desde os tempos da antiguidade, pois a higidez dos guerreiros era um fator determinante nas batalhas. Afirma que no Império Romano tem início as primeiras organizações hospitalares de nossa época, com a finalidade de assistir aos gladiadores e aos guerreiros, as chamadas valetudinárias, embriões dos hospitais militares e da Cruz Vermelha Internacional.

Em 360 A.C. surgiu em Roma o primeiro hospital com atividades básicas de restaurar a saúde e prestar assistência, simplesmente concluindo diagnósticos e efetuando tratamentos limitados pelos padrões e condições daquela época. À medida que a medicina foi desenvolvendo-se e de acordo com as peculiaridades de cada região, o hospital assumiu características específicas. No estudo de sua história, podem-se encontrar referências a seus diversos tipos: valetudinárias: eram modestas enfermarias que prestavam atendimentos aos gladiadores romanos e aos guerreiros. Localizadas próximo aos alojamentos das tropas e às arenas, deram origem aos hospitais militares e às atividades da Cruz Vermelha Internacional.⁵

Os portugueses como nação das grandes navegações que em muito contribuíram para o desenvolvimento da medicina no Brasil, já em 1836 reconheciam a grande importância de preservação da saúde de seus soldados como um fator garantidor de vitórias nos campos de batalhas. Naquela época já se organizavam os serviços de saúde de suas forças militares.

Conforme Joaquim Xavier da Silva:

As nações mais iluminadas, têm mui desveladamente perscrutado todos os meios de salvar a vida do soldado no centro do mortífero turbilhão de causas, que acometem sua existência. Embora se diga geralmente que o habito he segundo a natureza, e que o bom soldado se deve acostumar a tudo(...) Em huma palavra,

⁵ BOEGER, Marcelo Assad. *Gestão em hotelaria hospitalar*. São Paulo: Atlas; 2003, p.20.

suportara a privação de tudo, quanto é capaz de excitar mais activamente os principios de sua saude? Não certamente.⁶

A atividade militar desde os remotos tempos, já era reconhecida como uma atividade de grande risco para os seus integrantes, ainda que os mesmos fossem preparados para as adversidades.

Os militares são homens comuns, sujeitos aos agravos de saúde em função de sua atividade, sendo, portanto uma preocupação do governo português à época, a criação dos hospitais militares, para cuidar da saúde específica de seus integrantes.

Ainda que, falando geralmente o militar seja olhado como homem forte, robusto e bravo, familiarizado com a fadiga e com os perigos [...]: Contudo, quando se lançam os olhos sobre os exércitos, depressa se conhece o quão pouco dos indivíduos que os compõe quadram essa definição; tanto mais lamentável o estado deve crescer, quando menos se atenderem e prevenirem as causas capazes de alterarem a saúde e enfraquecerem o valor do soldado.⁷

No entanto, a preocupação pela sustentabilidade das organizações militares portuguesas de saúde, já era notada desde 1836:

Os importantes fins, que devem reunir os Hospitales Militares, ou se considerem em quanto a conservação do maior numero de vidas do exercito ou se atendão pelo que respeita a economia da real fazenda, são de interesse tão avultado, que sem duvida reclamão hum particular e bem desenvolvido tratado, exacta e analyticamente combinado, para que jamais aconteça que a parte administrativa offenda a boa policia e regimen medico de qualquer hospital pois, em tal caso se destruiria o fim mais interessante de um semelhante estabelecimento.⁸

⁶ SILVA, Joaquim Savier da. *Breve Tratado de Hygiene Militar e Naval*. Academia das Sciencias, 2ª ed. Lisboa; 1836.

⁷ SILVA, Joaquim Savier da. *Breve Tratado de Hygiene Militar e Naval*. Academia das Sciencias, 2ª ed., Lisboa; 1836.

⁸ Idem.

Com relação ao Brasil, conforme histórico da Diretoria de Saúde do Exército Brasileiro, o desenvolvimento da Medicina deu-se a partir de 1808, com a chegada da Família Real, quando se criou o primeiro Serviço de Saúde Militar em terras Brasileiras:

Estrategicamente, pelo Decreto Regencial de 09 de fevereiro de 1808, Dom João, com o objetivo de organizar, coordenar e uniformizar os serviços dos cirurgiões e físicos (médicos) do Exército e Armada Reais, tanto no Brasil quanto nas colônias africanas e asiáticas, nomeou o Frei Custódio de Campos e Oliveira como Cirurgião-Mór dos Exércitos e Armadas Reais em todos os domínios ultramarinos e, por consequência, criou a Repartição do Cirurgião-Mór, embrião da hoje denominada Diretoria de Saúde do Exército.(...)Ressalta-se, ainda, que o referido Decreto Regencial originou a Diretoria de Saúde da Marinha e resultou no nascimento do ensino médico e farmacêutico e da indústria farmacêutica no Brasil.⁹

Segundo o Contra-Almirante, Médico Naval, Rui Manuel Rodrigues de Abreu, a Marinha foi a pioneira na Medicina Militar portuguesa. O autor afirma que “foi só a partir da Dinastia de Avis que começaram aparecer as referências ao apoio sanitário a bordo dos navios de guerra, essência das Marinhas Militares”.¹⁰ Mais adiante o autor afirma que “somente a partir de 1790 começam a surgir disposições mais consistentes relativas a organização do Serviço de Saúde Naval português, com aumento do quadro de profissionais de saúde”.¹¹

É importante ressaltar que medidas organizativas dos serviços de Saúde Militar tomadas naquela época, permanecem ainda hoje nos serviços militares, inclusive nas Polícias Militares do Brasil.

Atualmente, no Brasil, os serviços de saúde militares estão presentes em todas as Forças Armadas e nas Polícias Militares, prestando assistência aos militares e aos seus familiares, tanto nos tempos de guerra como no de paz. Serviços estes

⁹ BOEGER, Marcelo Assad. *Gestão em hotelaria hospitalar*. São Paulo: Atlas; 2003, p.20.

¹⁰ ABREU, Rui Manuel Rodrigues de. *Apontamento para a História da Medicina Militar. A Marinha*. Disponível em :<<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=111>>. Acesso em 16 de ago.2011.

¹¹ Idem.

regulamentados em suas respectivas normas internas ou estatutárias, por serem considerados estratégicos para o bom desempenho de seus integrantes.

No entanto, por maior que seja a importância do Serviço de Saúde nas corporações militares os mesmos têm se apresentado com problemas de estruturação, ao longo de sua existência, não só no Brasil, como em outros países, a exemplo de Portugal. Em recente artigo publicado na Revista Militar o General Gabriel Augusto do Espírito Santo fala sobre a importância estratégica desse serviço frente às ameaças modernas e sobre sua preocupação com as medidas economicistas que ao invés de desenvolver as capacidades existentes, buscam fechar os hospitais militares e desmotivar os profissionais de saúde:

Preocupações mais recentes com a segurança humana e as ameaças que a podem afectar, levaram muitas nações a verem nos Serviços de Saúde Militares mais um elemento de importância relevante para tarefas supletivas de estruturas de saúde pública, na prevenção de epidemias, na detecção de agentes e causas de doenças, no rápido tratamento de feridos nos acidentes em estradas ou catástrofes." [...] Constatamos que medidas economicistas têm insistido, de há muitos anos a esta parte, desfazer o capital acumulado quando parece lógico que se deveria procurar manter e desenvolver as capacidades existentes. Fala-se no encerramento de Hospitais, desmotivam-se profissionais de saúde não criando e desenvolvendo carreiras aliciantes, manda-se a Família Militar tratar-se «a outro lado».¹²

2. SAÚDE NO ESTADO DE MATO GROSSO

O sistema de saúde no Brasil foi substancialmente modificado a partir de 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, quando a saúde passou a ser reconhecida como um direito do cidadão e um dever do Estado, vejamos:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros

¹² ESPIRITO SANTO, Gabriel Augusto. *O Serviço de saúde Militar*. Revista Militar. Lisboa; Publ. 05 de junho 2006.

agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.¹³

O direito à saúde, garantido na Constituição Federal encontra-se regulamentado pela lei 8.080/90, que criou e estabeleceu as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com a regulamentação do SUS, o Estado deveria assumir a responsabilidade pela assistência de forma integral pela saúde do cidadão, devendo traçar políticas e ações com medidas de prevenção, promoção e reabilitação. Segundo Antonio Abutakka:

Para se chegar a serviços e atendimentos de boa qualidade, é preciso, antes de tudo, buscar melhorar a cobertura e o acesso aos cuidados de saúde num quadro de sustentabilidade financeira. Apesar de haver programas e projetos com a finalidade de melhorar cada vez mais esse setor, ainda continuamos com sérios problemas nos hospitais mato-grossenses (falta de leitos, equipamentos, novas tecnologias na área hospitalar, etc.) para um atendimento de maior cobertura e eficiência para o usuário do sistema público de saúde em nosso Estado.¹⁴

Contudo, o Estado Brasileiro ainda não conseguiu garantir esse direito com a qualidade necessária, sendo de conhecimento público a situação caótica dos serviços de saúde pública em todo o País, com hospitais lotados, pacientes alojados nos corredores dos prontos-socorros e as longas filas de esperas por exames e cirurgias eletivas.

O serviço público de saúde tornou-se um grande problema para o povo brasileiro e nenhum segmento da sociedade foi poupado, inclusive o militar e no Estado de Mato grosso, a situação da saúde não é diferente.

¹³ BRASIL, República Federativa do. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Art.196. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 Set. 2011.

¹⁴ MATO GROSSO, ESTADO de. *Mato Grosso em Números*. Ed. 2010, [Organizador Antonio Abutakka] - Cuiabá MT: Central de texto; 2011. pag. 38/40.

Antonio Abutakka ainda ressalta que:

Temos como um dos maiores desafios para a saúde a busca de uma vida mais saudável incorporada no dia a dia de todos. Os desafios são muitos para se alcançar as condições necessárias para a recuperação, promoção e proteção da saúde, pois ao mesmo tempo em que estamos em uma crise, estamos em uma transição. Crise no sentido que a oferta não absorve a demanda da população e suas principais necessidades, como por exemplo, exames ou cirurgias de alto custo/complexidade para os usuários do SUS; transição no sentido que as mudanças dentro do SUS precisam ocorrer e serem discutidas a fim de criar mecanismos eficientes que poderão ser alcançados a médio e longo prazo, já que o SUS esta em vigor desde a Constituição de 1988 e regulamentado a partir de 1990. (Emerson Gonçalves – A reforma do Estado e a política de saúde: Repensando o Estado – 2005). [...] Assim, apesar dos avanços do SUS desde a sua criação, a saúde ainda não conseguiu, segundo os princípios deste modelo, atender ao cidadão de acordo com as suas necessidades, ou seja, segundo o princípio da equidade.¹⁵

O plano Estadual de Saúde 2008-2011¹⁶, elaborado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES), mostra claramente, que apesar dos esforços e dos investimentos realizados pela União, Estado e Municípios, o Estado de Mato Grosso ainda apresenta deficiência significativa na assistência à saúde, seja na área ambulatorial ou hospitalar. É esta a constatação quando da elaboração do referido plano:

[...] o Estado possui uma relação de 2,6 leitos por 1.000 habitantes, cuja oferta ainda não atende as necessidades da população. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o ideal seria de 4 por 1000 habitantes, conforme a Tabela 18. Tal situação mostra que apenas 43,4% do número de leitos por hospitais oferece acesso à população, evidenciando um déficit de leitos de 56,6%, nos atendimentos aos pacientes.¹⁷

Na tentativa de diminuir o déficit de assistência à saúde no Estado, foram implementados os Consórcios Intermunicipais de Saúde, um mecanismo importante

¹⁵ MATO GROSSO, ESTADO de. *Mato Grosso em Números*. Ed. 2010, [Organizador Antonio Abutakka]. Cuiabá. Central de texto; 2011. pag. 38/40.

¹⁶ MATO GROSSO, ESTADO de. Secretaria de Estado de Saúde. Superintendência de Políticas de Saúde. Coordenadoria de Gestão da Política de Saúde. Plano Estadual de Saúde Mato Grosso - 2008/2011. Secretaria de Estado de Saúde – Cuiabá; 2010.

¹⁷ MATO GROSSO. *Plano Estadual de Saúde de Mato Grosso; 2008-2011*. p. 82.

para melhorar a cobertura de assistência aos matogrossenses, principalmente na área ambulatorial de especialidades de média e alta complexidades. No entanto ainda não conseguiu atingir os seus objetivos, pois, como afirmado no Plano Estadual de Saúde, “o desafio do SUS em Mato Grosso na assistência à saúde é dispor de uma rede própria funcionando de modo eficiente e com qualidade.”¹⁸

A estruturação de um serviço de saúde é um desafio para os gestores, pois o dimensionamento da unidade de saúde, seja ambulatorial ou de internação, depende de vários fatores, tais como: a política de saúde, que determina os objetivos desejados pela instituição, o perfil da demanda da unidade de saúde, o grau de integração com outros serviços médicos assistenciais e a definição de prioridades na destinação de recursos e a necessidade de cobertura populacional.

Os dimensionamentos do quadro de pessoal das unidades de saúde dependem basicamente das características da instituição e do seu perfil de atendimento.¹⁹

E ainda:

O conhecimento do modelo assistencial adotado pela instituição subsidia o planejamento na área de recursos humanos, uma vez que aspectos próprios da realidade local são expostos como: características socioeconômicas da região, recursos médicos-assistenciais disponíveis, perfil da demanda existente, nível de assistência médico-hospitalar oferecido, necessidades da região para o tipo de equipamento de saúde e grau de complexidade.²⁰

Não foi encontrado nenhuma regra específica de dimensionamento do quadro de recursos humanos nas Polícias Militares Brasileiras, o que foi verificado é que este dimensionamento pode ser feito de acordo com as recomendações da Portaria nº 1101/GM de 12 de junho de 2002, do Ministério da Saúde que em seu parágrafo único, estabelece:

¹⁸ Idem. p.81.

¹⁹ SÃO PAULO, ESTADO. Secretaria Estadual de São Paulo. *Parâmetros para dimensionamento de recursos humanos em hospitais gerais*. São Paulo; 1992.

²⁰ Idem.

Parágrafo único: Os referidos parâmetros representam recomendações técnicas ideais, constituindo-se em referências para orientar os gestores do SUS dos três níveis de governo no planejamento, programação e priorização das ações de saúde a serem desenvolvidas, podendo sofrer adequações regionais e/ou locais de acordo com realidades epidemiológicas e financeiras.²¹

3. SAÚDE NA POLÍCIA MILITAR

O Serviço de Saúde está presente em todas as Polícias Militares do Brasil e são estruturadas nos moldes do serviço de saúde do Exército, sendo a Diretoria de Saúde a responsável pela sua gestão.

Conforme Monteiro a regulamentação da assistência à saúde aos Militares Estaduais de Mato Grosso e seus dependentes ocorreu em “03 de julho de 1945, através do Decreto-Lei 673”²², que criou a Caixa de Previdência e Assistência da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, cujo objetivo, dentre outros, era o de prestar assistência Médico-Odontológico e Hospitalar aos associados.

Porém, a institucionalização do Serviço de Saúde Militar da Corporação, da forma como hoje se encontra, ocorreu somente em 23 de julho de 2003, quando Decreto Estadual nº 988²³, criou a Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Atualmente o Serviço de Saúde tem como estrutura física um ambulatório central em Cuiabá, com atendimento eletivo para consultas médicas, odontológicas, psicológicas e realização de procedimentos odontológicos, fisioterápicos, de fonoaudiologia e de enfermagem. Conta ainda com dois consultórios odontológicos localizados nas cidades de Cáceres e Rondonópolis.

²¹ BRASIL, República Federativa do. *Portaria nº 1101/GM* de 12 de junho de 2002 expedida pelo Ministério da Saúde. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-1101.htm>, Acessado em: 23/09/2011.

²² SILVA, Ubaldo Monteiro. *A Polícia de Mato Grosso (Historia-Evolução) -1835/1985*. Governo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá; 1985.

²³ MATO GROSSO, Estado de. *Decreto nº 988 de 23 de julho de 2003*. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br>. Acesso em 23/09/2011.

O serviço conta com um efetivo de doze médicos, quinze profissionais de enfermagem, vinte e cinco dentistas e um número ínfimo de profissionais de saúde de outras áreas, para atender as demandas da Polícia Militar em todo o Estado, e, caso não haja novas inclusões este número tende a diminuir em razão do tempo de serviço desses profissionais e a proximidade de transferências deles para a inatividade.

O Serviço de Saúde da PMMT desenvolve atividades assistenciais no ambulatório. Este serviço é responsável pelo controle sanitário de todo o efetivo da PMMT, com avaliação de saúde de todos os ingressos nas fileiras e o acompanhamento dos mesmos durante a sua vida militar.

Outra importante atuação do Serviço de Saúde da PMMT é o de apoio nas atividades operacionais e de instruções que envolvem riscos para a saúde e para a vida dos policiais. Nesse contexto, o Serviço acompanha todas estas atividades, valendo-se, na maioria das vezes, de equipes compostas por médicos e profissionais de enfermagem.

O último ingresso de profissionais no Quadro de Oficiais de Saúde da PMMT ocorreu em 1994 através de concurso público, ou seja, há 17 anos. Lembrando que neste período o efetivo da Corporação aumentou e, conseqüentemente, as suas demandas, tanto assistenciais quanto operacionais, o que levou a uma sobrecarga de trabalho desses profissionais, que, na atualidade, não conseguem atendê-la de forma efetiva, deixando a parte assistencial seriamente prejudicada.

Outro fator de grande impacto na qualidade dos serviços prestados é a estrutura dos serviços de saúde da PMMT, que hoje conta como estrutura de apoio, apenas um ambulatório na cidade de Cuiabá, local onde não há condições para nenhum atendimento emergencial, para fazer frente às necessidades da Corporação. Atualmente o interior do Estado está completamente sem estrutura para fazer frente às demandas de saúde da tropa, pois só existe atendimento odontológico em duas cidades.

4. ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS

O Serviço de Saúde da PMMT tem sua estrutura base funcionando no Ambulatório Central, em Cuiabá, onde doze médicos, quinze profissionais de enfermagem, vinte e cinco dentistas e os outros profissionais de saúde trabalham. É no Ambulatório Central que se realizam consultas médicas, odontológicas, psicológicas; são feitos procedimentos odontológicos, fisioterapêuticos, de fonoaudiologia e de enfermagem. Ali cada profissional tem que cumprir sua carga semanal de trabalho, de modo que os serviços estejam disponíveis aos usuários das 08h00 às 18h00.

Além das atividades regulares do Ambulatório Central, os profissionais de saúde concorrem a escalas extraordinárias, cuja programação é feita conforme as solicitações de outras Unidades Policiais Militares.

Para verificar o trabalho extraordinário desenvolvido pelos profissionais de saúde, elegeu-se para estudo o período de 01 de julho de 2010 a 30 de junho de 2011 e aí se verificou que os profissionais de saúde foram escalados para atuarem em 499 atividades extraordinárias, que se desenvolveram tanto na Capital como em mais 13 cidades do interior do Estado.

As atividades de instruções consideradas no estudo foram aquelas em que sua execução, de alguma forma, oferecia risco à saúde ou mesmo à vida dos policiais militares, tais como: instruções de tiro, instruções das Forças Táticas e do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e instruções de campo fora do ambiente urbano.

Em cada evento foi avaliado a categoria profissional envolvida, o número de vezes que os profissionais foram solicitados, e a carga horária total demandada nas atividades.

5. ANÁLISE DE RESULTADOS

Como já registrado, no período de 01 de julho de 2010 a 30 de junho de 2011 os profissionais de saúde foram solicitados para atuarem em 499 atividades extraordinárias.

As atividades extraordinárias mais frequentes foram agrupadas em oito categorias: Teste de Aptidão Física (TAF), Instruções Militares, Apoio operacional, Inspeção de Saúde, Eventos da Polícia Militar, Eventos Externos, Ação Cívico Social (ACISO) e outros.

Tabela 01

Atividades extras realizadas com a participação dos profissionais do Quadro de Saúde da PMMT no período de 01 de julho de 2010 a 30 de junho de 2011

Nº Ordem	Atividade	Total
01	ACISO	14
02	Teste de aptidão física	104
03	Instrução policial militar	164
04	Inspeção de saúde	71
05	Eventos internos	45
06	Eventos externos	23
07	Apoio operacional	32
08	Outros	46
Total		499

Fonte: Diretoria de Saúde PMMT

Assim, considerando-se o ano de 252 dias úteis, perfaz-se uma média de 02 escalas extras por dia útil, executadas pelo Serviço de Saúde.

Houve nítida concentração de serviço extraordinário no acompanhamento de atividades de instruções realizadas pelas Unidades Policiais Militares, respondendo por 32,9% das escalas.

Quanto aos profissionais de saúde empregados nas atividades extraordinárias, constatou-se que os médicos foram escalados 620 vezes, os profissionais de enfermagem foram escalados 604 vezes e dentistas 94 vezes.

Tabela 2

Frequência dos profissionais envolvidos nas atividades extraordinárias da PM/MT no período de 01 de julho de 2010 a 30 de junho de 2011

	MÉDICO	DENTISTA	ENFERMEIRO
ACISO.....	31	22	17
Teste de Aptidão Física.....	104	0	104
Instruções PM.....	264	0	283
Inspeção de Saúde.....	142	57	71
Eventos Internos.....	19	0	63
Eventos Externos.....	15	7	19
Apoio Operacional.....	42	8	37
Outros.....	3	0	10
Total.....	620	94	604

Fonte: Diretoria de Saúde PMMT.

Se levarmos em consideração que o número de médicos existente no quadro de saúde são de 12 profissionais, chegaremos à conclusão que cada médico foi escalado 52 vezes durante o período de um ano.

Levando-se em consideração que existem 15 profissionais de enfermagem e que durante o ano analisado foram escalados 604 vezes, obteremos o resultado de aproximadamente 40 escalas extraordinárias para cada profissional desta especialidade.

Com relação aos dentistas, foram escalados 94 vezes, considerando-se que contam com 25 profissionais, chegaremos ao resultado de aproximadamente 4 escalas extraordinárias no período de um ano.

Tabela 03

Horas trabalhadas pelos profissionais do QOS da PMMT, nas atividades extraordinárias no período de 01 de julho de 2010 a 30 de junho de 2011

Nº Ordem	Atividade	Total
01.....	ACISO	162
02.....	Teste de Aptidão Física	659
03.....	Instrução Policial Militar	1.501
04.....	Eventos Internos	260
05.....	Eventos Externos	96
06.....	Apoio Operacional	624
07.....	Outros	164
Total		3.466

Fonte: Diretoria de Saúde da PMMT.

Para o cálculo das horas trabalhadas foi feito o somatório das horas trabalhadas em cada evento, sendo que nos eventos de meio período, quando não estava definido o horário do término, foram computadas 04 horas, levando em consideração o tempo gasto para o deslocamento.

Se compararmos as horas trabalhadas pela quantidade de eventos, obtém-se uma média de 07 horas por evento, e se compararmos com o número de escalas extras por dia útil, durante o período estudado, chega-se a uma média de 14 horas extras trabalhadas por dia pelos profissionais do quadro de saúde da PMMT, o que representa 02 médicos e 02 enfermeiros sendo empregados diariamente em atividades extraordinárias.

O cômputo das horas de atividades extraordinárias também serve para ilustrar outra realidade: Considerando que o ano possui 252 dias úteis e que cada dia possui 24 horas, multiplicando-se a quantidade de dias pela quantidade de horas, chegaremos ao total de 6048 horas. Considerando-se que os profissionais de saúde foram empregados em 3.466 horas de atividades extraordinárias, verifica-se que no período de um ano corrente trabalharam 1,57 anos, ou seja, mais de um ano e meio.

3. DISCUSSÕES

Conforme demonstrado a Saúde Militar, é um fator estratégico, desde a antiguidade. Portugal durante suas conquistas, organizou serviços de saúde, que foram o alicerce da Saúde Militar brasileira, tanto das Forças Armadas como das Polícias Militares.

Há que se registrar que as forças militares são instituições totais, o que vale dizer, que devem possuir capacidade de atender as suas próprias necessidades, sendo, portanto, fundamental que sejam estruturadas, de modo que possam funcionar com autonomia, e para isso devem assumir a responsabilidade pelos cuidados com a saúde de seus integrantes.

É indiscutível a importância do serviço de Saúde Militar, para atender os Militares e seus dependentes e não podemos olvidar que tal serviço também é estratégico para fazer frente às ameaças modernas.

Apesar da reconhecida importância do serviço de Saúde Militar, existe uma tendência neoliberal de seu desmantelamento, já que preocupações com medidas economicistas, ao invés de desenvolver as capacidades existentes, buscam fechar os hospitais militares e desmotivar os profissionais de saúde.

Mato Grosso não foge a essa regra, já que nos últimos dezessete anos, apresentou uma retração considerável no serviço de saúde da Polícia Militar, com a diminuição do efetivo de profissionais de saúde, com sobrecarga de trabalho dos mesmos, e não houve investimento na sua infra-estrutura.

A atual estrutura e o quadro de profissionais do serviço de saúde da PMMT são insuficientes para atender as demandas atuais, com tendência ao agravamento, caso não seja reestruturado o serviço, já que existe previsão legal de aumento do efetivo na PMMT dos atuais 7.048 profissionais para 12.469.

CONCLUSÃO

Como evidenciado no presente estudo, a estrutura do serviço de saúde da PMMT, está presente somente na capital, assim, concluímos pela necessidade de ampliação da estrutura do serviço de saúde da PMMT, com a implantação de unidades ambulatoriais nas cidades pólos de: Rondonópolis, Cáceres, Barras do Garças, Sinop e Juína, com estrutura mínima de dois consultórios médicos, um consultório odontológico, e área para atendimento psicossocial e de enfermagem.

Estas unidades devem ser compostas com pelo menos dois médicos, um odontólogo, um técnico em higiene dental, um assistente social, um psicólogo e dois profissionais de enfermagem, que irão acompanhar a saúde dos militares dentro da área de cada Comando Regional do interior.

O serviço de saúde da Capital também deverá ser reestruturado. O ambulatório central da PMMT deverá contar com especialistas nas áreas de Psiquiatria, Ortopedia, Neurologia, Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia, Cardiologia, Cirurgia Geral entre outros, com um número mínimo de dois especialistas por área, para fazer frente às demandas da Capital e do Interior.

Será necessária ainda a reestruturação da equipe médica e de enfermagem para fazer frente às demandas específicas da medicina militar, pois a grande concentração de atividades extraordinárias se referem às atividades de instrução, teste de aptidão física e inspeção de saúde, pois com o aumento do efetivo previsto essas atividades aumentarão na mesma proporção, então necessitaremos de no mínimo quatorze profissionais médicos e quatorze profissionais de enfermagem somente para estas atividades.

Na expectativa da criação de um hospital militar, segundo previsto na Lei Complementar 387 de 05 de julho de 2010, a necessidade de profissionais estará diretamente proporcional ao perfil desta unidade e ao seu número de leitos. Para atender a família miliciana, com um efetivo de 12.469 homens, e se considerarmos

uma média de três dependentes por militar, teremos uma população em torno de cinquenta mil pessoas, a serem assistidas.

Considerando a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) de quatro leitos para cada mil habitantes, para atender esta demanda, necessitaremos de um hospital com capacidade em torno de cento e cinquenta leitos, e de acordo com os parâmetros recomendados para o dimensionamento de pessoal para estabelecimentos hospitalares, necessitaremos em média de 01 médico e de 2,2 profissionais de enfermagem para cada leito.

Assim, para fazer frente ao aumento de efetivo que se aproxima, será preciso aumentar o quadro de profissionais, principalmente de médicos e profissionais de enfermagem, reestruturar o ambulatório central, criar novas unidades ambulatoriais.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Rui Manuel Rodrigues de. **Apontamento para a História da Medicina Militar. A Marinha.** Disponível em: <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=111>>. Acesso em 16 de ago.2011.

BOEGER, Marcelo Assad. **Gestão em hotelaria hospitalar.** São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal.** Art.196. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 23 /09/2011

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1101/GM** de 12 de junho de 2002. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-1101.htm>>. Acessado em 23/09/2011.

ESPIRITO SANTO, Gabriel Augusto. **O Serviço de saúde Militar.** Revista Militar. Lisboa; Publ. 05 de junho 2006.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação**. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2008.

MATO GROSSO, ESTADO de. **Decreto nº 988** de 23 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br>. Acesso em 23/09/2011.

_____. **Lei Complementar nº 387** de 05 de julho de 2010. Disponível em: http://www.iomat.mt.gov.br/do/navegadorhtml/mostrar.htm?id=281625&edi_id=2537. Acesso em: 23/09/2011.

_____. **Plano Estadual de Saúde de Mato Grosso, 2008-2011**. Disponível em: http://www.saude.mt.gov.br/adminpublicacao/arquivo/PES_2008_2011.pdf. Acesso em: 23/09/2011.

_____. **Mato Grosso em Números**. ed. 2010, [Organizador Antonio Abutakka]. Cuiabá: Central de texto, 2011. Pag. 38/40.

SÃO PAULO, ESTADO de. Secretaria Estadual de São Paulo. **Parâmetros para dimensionamento de recursos humanos em hospitais gerais**. São Paulo; 1992

SILVA, Joaquim Savier da. **Breve Tratado de Hygiene Militar e Naval**. Academia das Sciencias, 2. ed., Lisboa; 1836

SILVA, Ubaldo Monteiro. **A Policia de Mato Grosso (Historia-Evolução) -1835/1985**. Governo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá; 1985.

OCORRÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL NOS POLICIAIS MILITARES DA ATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Francisco Carlos Cerqueira¹

RESUMO

Este trabalho apresenta o resultado dos dados coletados por uma amostragem de 1742 policiais militares em 11 cidades do Estado de Mato Grosso. O objetivo é verificar como se encontra a tropa, em relação à incidência de hipertensão arterial sistêmica. Foram observados os principais fatores de risco e sua ocorrência no cotidiano dos entrevistados. Foi usado como método de pesquisa um questionário, bem como anamnese e exame clínico, aplicado por uma equipe multidisciplinar de saúde. Após a análise dos resultados observa-se a necessidade de se implementar uma política voltada ao tratamento e à prevenção, com orientações que abordem; vida socioeconômica, alimentação, consumo de álcool, fumo, sedentarismo, estresse psicoemocional e laser.

Palavras-Chave: *Hipertensão Arterial Sistêmica - Hipertensão - Obesidade.*

ABSTRACT

This paper presents the results of data collected for a sample of 1742 military police in 11 cities in the state of Mato Grosso. The goal is to see how the troop is in relation to the incidence of hypertension. The main risk factors and its occurrence in the daily lives of the respondents were observed. Was used as a research method a questionnaire as well as interview and clinical examination given by a multidisciplinary team of health. After analysis of the results shows the need to implement a policy aimed at treatment and prevention, with guidelines that address; socioeconomic life, diet, alcohol consumption, smoking, sedentary lifestyle, stress and psychoemotional laser.

Keywords: *Hypertension - Hypertension - Obesity.*

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Graduado em Odontologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Pós-Graduado em Prótese Dental pela Escola de Especialização Odontológica, Goiânia - GO, Curso de Atualização de Prótese sobre Implantes pelo Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O policial se afirma como um importante instrumento de promoção dos direitos do cidadão, aonde estes atuam rotineiramente junto à população de forma a tornar a vida do mesmo o mais próxima possível da liberdade desejada.

Embora esta liberdade seja de certa forma enaltecida em diferentes meios e a ação policial, rotineiramente venha sendo contestada junto à sociedade, o que se verifica é que; o tipo de atuação policial existente em dada localidade é que acaba sendo determinante para o estabelecimento de doenças nos mesmos.

Tirando-se toda a carga de stress comum à profissão, o policial ainda acaba por lidar com uma série de contestações à sua própria credibilidade e atuação contra o crime, o que torna este profissional extremamente susceptível a inúmeras doenças e males provocados pelo seu cotidiano.

Neste sentido, o trabalho buscará exatamente discutir um destes males: a hipertensão arterial; que se constitui em um fator de risco ao próprio desempenho policial militar.

Ao estudar estes casos, o trabalho buscará determinar alguns problemas causados à ação policial por este mal, e também buscar encontrar possíveis grupos de risco dentro da corporação; aonde co-relações entre aspectos físicos e faixa etária com a doença, deverão ser mais bem relatadas de forma a se estabelecer, se possível; padrões onde a doença pode ser adquirida com mais facilidade.

Assim, poderá se conhecer melhor as causas da doença e, promover ações que visem a evitar o seu surgimento dentro da tropa.

1 CONCEITUAÇÃO

Nosso coração bate de 60 a 80 vezes por minuto ², pulsa 100.000 vezes por dia, bombeando cerca de cinco a seis litros de sangue por minuto ou 7.500 litros por dia, impulsionando o sangue, cuja função é levar oxigênio e nutrientes para todo o corpo, através das artérias, que são tubos musculares e elásticos, além de recolher os refugos do corpo, como o dióxido de carbono. Chamamos de pressão arterial, a pressão que o sangue exerce contra as paredes das artérias.

Quando o coração se contrai a pressão verificada é a "máxima" ou a "sistólica"; à medida que o sangue escoar das artérias para os capilares, o coração se dilata, a pressão vai diminuindo e o valor medido antes da próxima contração é a "mínima" ou "diastólica". Atualmente considera-se pressão arterial normal, níveis pressóricos abaixo de 140 mmHg (milímetros de mercúrio) para a máxima e abaixo de 90 mmHg para a mínima. A pressão ideal é 120 mmHg a máxima e 80 mm Hg a mínima, ou como dito, no meio médico, 12 por 8, e a normal 130 mmHg a máxima e 85 mmHg a mínima, ou 13 por 8,5 (conforme tabela 1).

A hipertensão arterial sistêmica (pressão alta) é uma doença crônico-degenerativa que provoca uma elevação anormal da pressão no interior das artérias. Uma pessoa é considerada hipertensa, quando sua pressão for igual ou superior a 140 mmHg (Sistólica) e igual ou superior a 90 mmHg (Diastólica). A hipertensão arterial pode ser sistólica e diastólica (máxima e mínima) ou apenas sistólica (mínima).

Dos possuidores de hipertensão arterial (pressão alta), cerca de 95%, tem hipertensão arterial primária, que é uma doença multifatorial, pois diversos aspectos contribuem para o seu aparecimento como: idade, sexo (os homens geralmente

² FERNANDES, Noemi. **Hipertensão arterial sistêmica, na zona urbana de São Felix do Araguaia - MT: cobertura da unidade de saúde da família II centro (USF II) durante o na de 2004.** Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/biologicas/enfermagem/trabalho/25137-hipertensao-arterial-sistematica-na-zona-urbana-de-sao-felix-do-araguaia-mt-cobertura-da-unidade-de-sa.html>> Acesso em: 21 de abr de 2010.

iniciam o quadro de hipertensão arterial antes dos 50 anos e as mulheres após os 50 anos), excesso de peso, raça (afro-descendentes sofrem mais de hipertensão arterial), sedentarismo, fatores sócio-econômicos (pessoas de nível social mais baixo são mais propensas ao desenvolvimento da hipertensão arterial), ingestão excessiva de sal, história familiar (genética), entre outros fatores. A presença de hipertensão arterial primária, obesidade abdominal, resistência à ação da insulina (hormônio que permite a entrada do açúcar para dentro das células), elevação dos níveis de glicemia (açúcar no sangue) e dos triglicerídeos, associados com baixos níveis de HDL - colesterol ("colesterol bom"), são os componentes da síndrome metabólica (sem causa). Cerca de 5% dos hipertensos, têm hipertensão arterial secundária a uma causa bem definida como: doenças renais, doenças das artérias renais (comprometimento por aterosclerose ou displasia fibromuscular), doenças da suprarrenal (acarretam um excesso na produção do hormônio aldosterona, o qual retém sódio e água), síndrome de Cushing (excesso na produção de corticoide pelo organismo), feocromocitoma (tumor que produz catecolaminas, substâncias que elevam o batimento cardíaco e a pressão arterial), coarctação da aorta (estreitamento congênito da artéria aorta), doenças da tireoide (hipo ou hipertireoidismo), ação de medicamentos (antiinflamatórios, corticoides, descongestionantes nasais, inibidores de apetite, anticoncepcionais, terapia de reposição hormonal e certos antidepressivos), ingestão excessiva de álcool, uso de drogas ilícitas (como cocaína e seus derivados), síndrome da apneia do sono (roncos e paradas respiratórias noturnas, associadas à fadiga e sonolência diurna), entre outras.

2 FATORES DE RISCO ³

Idade: A pressão arterial aumenta linearmente com a idade. Em jovens, a hipertensão decorre mais frequentemente apenas da elevação na pressão diastólica

³ SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V **Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial.**

Disponível em :

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/v_diretrizes_brasileira_hipertensao_arterial_2006.pdf
> Acesso em: 25 de out de 2009.

(mínima), enquanto a partir dos 60 anos é a pressão sistólica (máxima), que aumenta mais.

Sexo e Etnia: A incidência mundial de hipertensão entre homens (26,6%) e mulheres (26,1%), nos mostra que o sexo não é um fator de risco para hipertensão. Estatísticas mundiais sugerem taxas de hipertensão mais elevadas para homens até os 50 anos e para mulheres a partir dos 60 anos. A hipertensão é mais prevalente em mulheres afro-descendentes, com percentual de risco de até 130% a mais em relação às mulheres brancas.

Fatores socioeconômicos: A maior prevalência de hipertensão arterial está associada a nível socioeconômico mais baixo. Hábitos dietéticos, incluindo consumo de sal e ingestão de álcool, índice de massa corpórea aumentado, estresse psicossociais, menor acesso aos cuidados de saúde e baixo nível educacional são fatores associados.

Sal: O consumo excessivo de sal contribui para a ocorrência de hipertensão arterial. A relação entre aumento da pressão arterial e avanço da idade, é maior em população com alta ingestão de sal.

Entre os índios Yanomami, que tem baixa ingestão de sal, não foram observados casos de hipertensão arterial. Foi identificada uma maior ingestão de sal nos níveis socioeconômicos mais baixos, na população urbana brasileira.

Colesterol: O colesterol é uma gordura que nosso corpo precisa para funcionar normalmente. Parte dela é produzida pelo organismo e outra vem da alimentação. Nossas artérias (levam o sangue arterial, rico em oxigênio) são recobertas internamente por uma camada muito fina e delicada que é machucada, quando o sangue circula com uma pressão muito alta, o que desencadeia uma reação inflamatória e a deposição de substâncias, como o colesterol. Com isto os vasos vão se tornando endurecidos e estreitados, e com o passar dos anos, podem entupir e romper-se. Quando isto acontece no coração, o quadro de dor é denominado "angina" e pode ocasionar a morte do músculo cardíaco (infarto do miocárdio).

Quando acontece no cérebro, a ruptura ou obstrução arterial leva ao “derrame cerebral” ou acidente vascular cerebral (AVC). Se o órgão atingido for o rim, pode instalar-se a insuficiência renal. As pessoas que tem colesterol alto não apresentam sintomas, sendo necessária a realização de exames de sangue para diagnóstico.

Álcool: O consumo excessivo de bebidas alcoólicas como, destilados, vinho, cerveja aumentam a pressão arterial. O efeito do consumo leve ou moderado, na pressão arterial, não esta bem definida, mas estudos indicam que o consumo de bebidas alcoólicas fora das refeições, aumenta o risco de hipertensão, independente da quantidade ingerida. Com a redução do consumo verifica-se uma redução média de 3,3 mmHg na pressão sistólica e de 2,0 mmHg na pressão diastólica.

Sedentarismo: Indivíduos com vida sedentária apresentam um risco 30% maior de desenvolver hipertensão que os ativos. Exercícios aeróbicos apresentam maior efeito hipotensor em indivíduos hipertensos, que em indivíduos normotensos.

Estresse Psicoemocional: Estudos demonstram elevação transitória de pressão arterial em situações de estresse mental ou elevações mais prolongadas quando da privação do sono. O estresse emocional aumenta os níveis de adrenalina e noradrenalina na circulação, que aumenta a frequência cardíaca de forma considerável, o que pode contribuir para hipertensão arterial sustentada.

Obesidade: No Brasil e no mundo, esta havendo um envelhecimento da população, uma maior ingestão de alimentos industrializados, um aumento do consumo de refrigerantes e álcool, uma redução de atividade física e crescente uso de automóvel, o que esta contribuindo para um aumento alarmante da quantidade de obesos em ambos os sexos, faixas etárias e classes sociais. O excesso de peso é um fator predisponente para a hipertensão, sendo responsável por 20% a 30% dos casos de hipertensão arterial. O sobrepeso e obesidade são responsáveis pela hipertensão arterial diretamente em, 75% dos homens e 65% das mulheres. Apesar do ganho de peso estar associado com o aumento da pressão arterial, nem todos os obesos tornam-se hipertensos. Estudos mostram que excesso de peso aumenta em 8(oito) vezes a incidência de hipertensão, sendo que para cada quilo ganho a pressão

sistólica aumenta em 1 mmHg. Em indivíduos com peso normal quando comparados com indivíduos com excesso de peso, a hipertensão dobra nos adultos jovens e são pelo menos 50% maior nos adultos mais velhos (40 a 64 anos). Estudos mostram que ganho de peso e aumento da circunferência da cintura são índices prognósticos importantes de hipertensão arterial. Indivíduos com níveis de pressão arterial ótima, que com o correr do tempo apresentam obesidade central, tem maior incidência de hipertensão. A perda de peso acarreta redução da pressão arterial.

Carga horária de trabalho: Na policia militar do Estado de Mato Grosso a carga horária semanal de trabalho esta assim estipulada; 12 horas de trabalho diurno por 24 horas de descanso e 12 horas de trabalho noturno por 36 horas de descanso. O que resulta em 48 horas semanais de trabalho. Só que sempre há uma escala extra a cumprir de pelo menos 12 horas o que resulta em 60 horas semanais de trabalho. Devemos destacar que esta é a carga horária na Capital, no interior como o efetivo é bem menor, e normal se trabalhar com uma escala de 24 de serviço por 24 de descanso, o que resulta numa carga horária semanal de 96 horas.

A hipertensão atinge aproximadamente 6 a 8% das crianças, 20% dos adultos, 30 a 50% dos idosos (quase sempre é só sistólica), 20 a 40% dos obesos, 30 a 60% dos diabéticos e 20 a 30% dos negros. No Brasil estima-se que entre 10 a 15% da população seja hipertensa e que a maioria delas desconheça. Na tabela 1 podemos ver a classificação da hipertensão arterial.

Tabela 1
Classificação da pressão arterial em adultos acima de 18 anos.

Classificação	Pressão sistólica (mmHg)	Pressão diastólica (mmHg)
Ótima	< 120	< 80
Normal	< 130	< 85
Limítrofe	130 - 139	130 - 139
Hipertensão Estagio 1 ou Leve	140 - 159	90 - 99
Hipertensão Estagio 2 ou Moderada	160 - 179	100 - 109
Hipertensão Estagio 3 ou Grave	≥ 180	≥ 110

Fonte: Organização Mundial de Saúde.

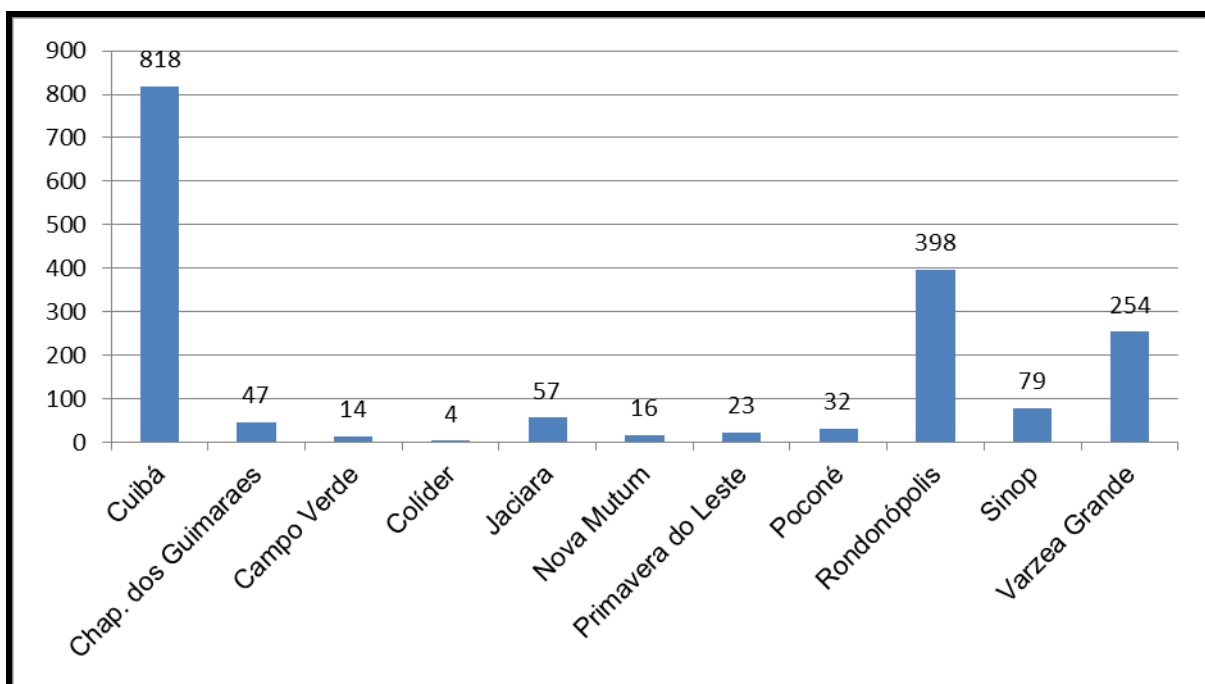
3 METODOLOGIA

Foram utilizados quatro tipos de pesquisas; 1) pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de artigos científicos e livros, que permite a cobertura de uma gama ampla de fenômenos; 2) pesquisa via internet, que contribuiu com informações atualizadas sobre o assunto em questão; 3) pesquisa de campo, com levantamento dos dados obtidos em questionários, aplicados aos policiais militares, entre os períodos, julho de 2008 a dezembro de 2009; 4) pesquisa de campo, com levantamento de dados obtidos através de anamnese e exame clínico, aplicado por uma equipe multidisciplinar, constituída por psicólogo, cirurgião dentista, médico, fonoaudiólogo, assistente social e enfermeiros.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa de campo através do questionário, anamnese e exame clínico, foi realizada em 1742(mil setecentos e quarenta e dois) policiais militares, o que representa 28,9% do efetivo total da policia militar do Estado de Mato Grosso. Destes 148(8,5%) são policiais femininos e 1594(91,5%) são policiais masculinos, independente de idade, raça, tempo de serviço, posto ou graduação.

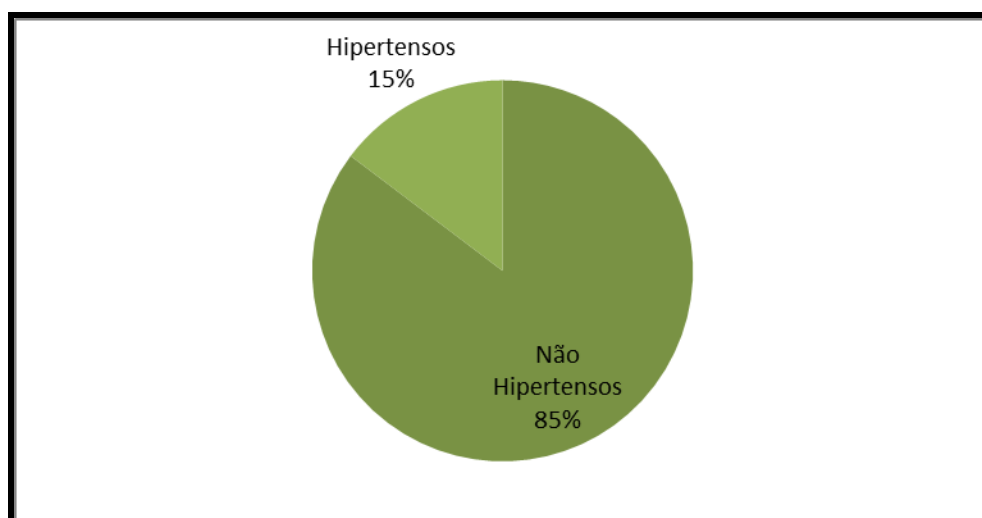
O questionário, a anamnese e o exame clínico, foram aplicados nas respectivas cidades onde os militares estão lotados, assim distribuídos; Cuiabá - 818 policiais, Chapada dos Guimarães - 47, Campo Verde - 14 policiais, Colíder - 04 policiais, Jaciara - 57 policiais, Nova Mutum -16 policiais, Primavera do Leste - 23 policiais, Poconé - 32 policiais, Rondonópolis - 398 policiais, Sinop - 79 policiais e Várzea Grande - 254 policiais. Estes dados encontram-se arquivados e a disposição, no ACEN - ambulatório central da policia militar do Estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá. A relação da quantidade de policiais militares que foram inquiridos, e as respectivas cidades, podem ser observadas na figura 1.



Fonte: Originado da pesquisa

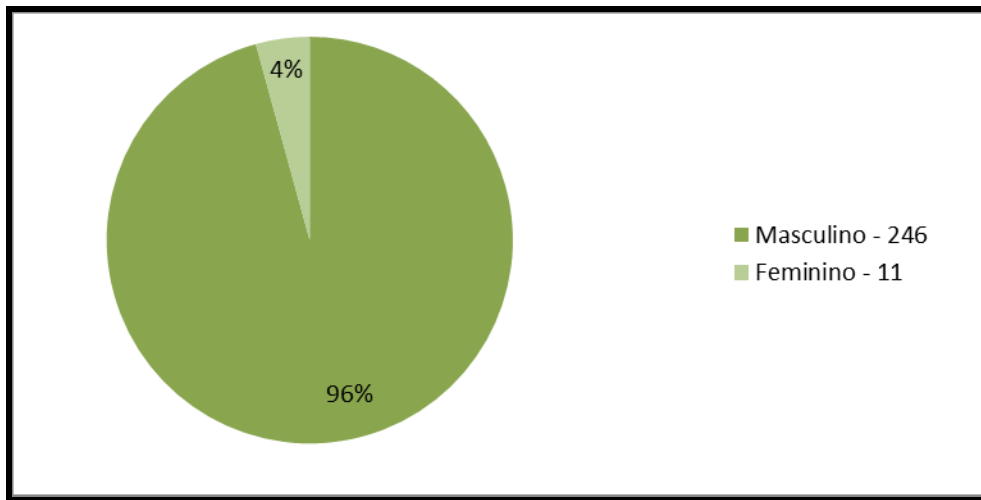
Figura 1: Gráfico ilustrativo da comparação dos militares entrevistados por cidade.

Dos 1742 policiais militares alvos do estudo, 257 apresentaram hipertensão arterial, sendo 246 policiais do sexo masculino e 11 do sexo feminino. Figura 2 e 3.



Fonte: Originado da pesquisa

Figura 2: Proporção em porcentagem, dos policiais hipertensos e não hipertensos entrevistados.



Fonte: Originado da pesquisa

Figura 3: Comparação em porcentagem, de policiais hipertensos entrevistados, por sexo.

Ao analisarmos a incidência de hipertensão arterial, por cidade pesquisada, verificamos que; em Cuiabá haviam 107 policiais acometidos, em Chapada dos Guimarães - 07, em Campo Verde - 03, em Colíder - 02, em Jaciara - 13, em Nova Mutum - 05, em Primavera do Leste - 06, em Poconé - 09, em Rondonópolis - 68, em Sinop - 10 e Várzea Grande - 27 policiais, conforme tabela 2.

Tabela 2

Comparação entre a quantidade de policiais acometidos por hipertensão arterial/cidade.

Cidade	Frequência	Percentual %
Cuiabá	107	41,63%
Chapada dos Guimarães	07	2,72%
Campo Verde	03	1,17%
Colíder	02	0,78%
Jaciara	13	5,06%
Nova Mutum	05	1,95%
Primavera do Leste	06	2,33%
Poconé	09	3,50%
Rondonópolis	68	26,45%

Sinop	10	3,90%
Várzea Grande	27	10,50%
Total	257	100%

Fonte: Elaborada com base no exame clínico, anamnese e questionário aplicado e analisado.

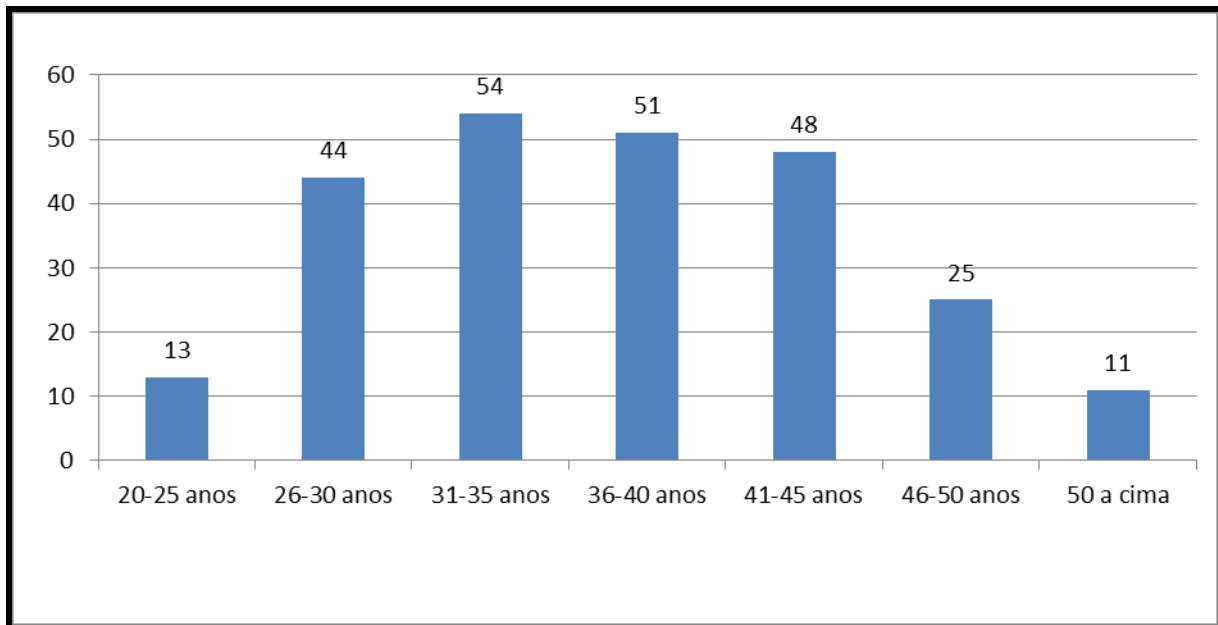
Na tabela 3, temos o percentil de policiais hipertensos, em relação ao efetivo entrevistado de cada cidade.

Tabela 3
Comparação do percentil de hipertensos por cidade.

Cidade	Entrevistados	Hipertensos	Percentil %
Cuiabá	818	107	13,08 %
Chapada dos Guimarães	47	07	14,90 %
Campo Verde	14	03	21,43 %
Colíder	04	02	50,00 %
Jaciara	57	13	22,80 %
Nova Mutum	16	05	31,25 %
Primavera do Leste	23	06	26,08 %
Poconé	32	09	28,12 %
Rondonópolis	398	68	17,08 %
Sinop	79	10	12,65 %
Várzea Grande	254	27	10,63 %
Total	1742	257	100,00 %

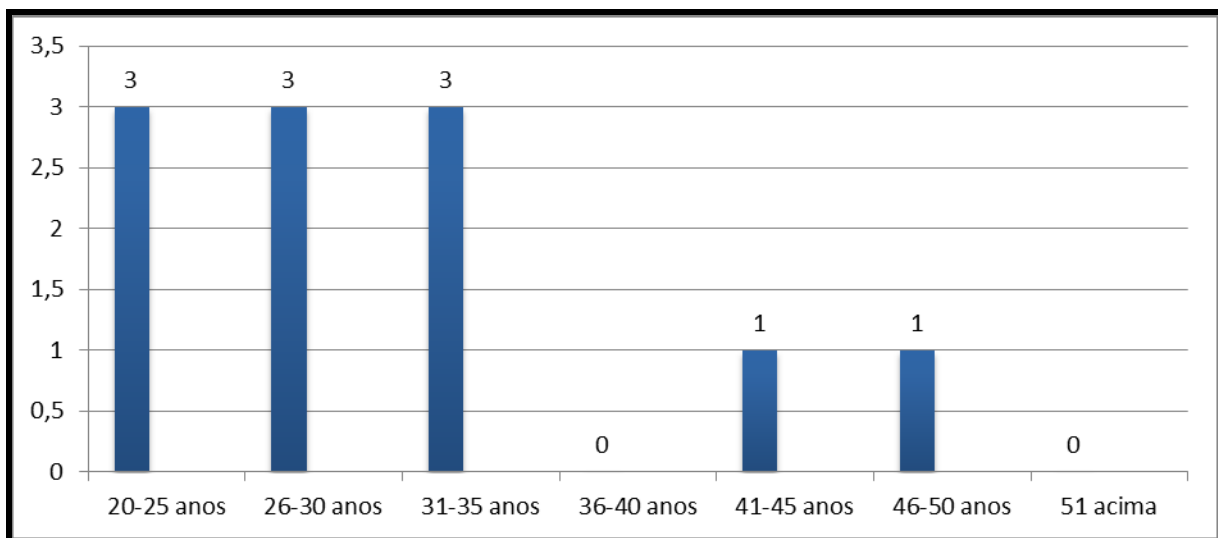
Fonte: Elaborada com base no exame clínico, anamnese e questionário aplicado, e analisado.

Quando levamos em conta a idade dos 257 policiais militares hipertensos avaliados, percebemos que; nos 246 policiais do sexo masculino, a incidência de hipertensão é maior na faixa etária dos 31 aos 45 anos de idade, e nas 11 policiais do sexo feminino a incidência é maior, na faixa etária dos 20 aos 35 anos de idade, como podemos ver nas figuras 4 e 5. Em relação aos percentuais, encontram-se expressos na tabela 4.



Fonte: Originado da pesquisa

Figura 4: Comparação entre as idades e a incidência de hipertensão arterial, nos policiais do sexo masculino.



Fonte: Originado da pesquisa

Figura 5 Comparação entre as idades e a incidência de hipertensão arterial, nos policiais do sexo feminino.

Tabela 4

Comparação percentual, da ocorrência de hipertensão arterial entre policiais militares masculinos e femininos, em relação à idade.

Faixa Etária (anos)	Pol. Masculino (%)	Pol. Feminino (%)
20 - 25 anos	4,5 %	27,3 %
26 - 30 anos	18,1 %	27,3 %
31 - 35 anos	21,8 %	27,3 %
36 - 40 anos	21,0 %	0,0 %
41 - 45 anos	19,8 %	9,0 %
46 - 50 anos	10,3 %	9,0 %
50 acima	4,5 %	0,0 %

Fonte: Elaborada com base no exame clínico, anamnese e questionário aplicado, e analisado.

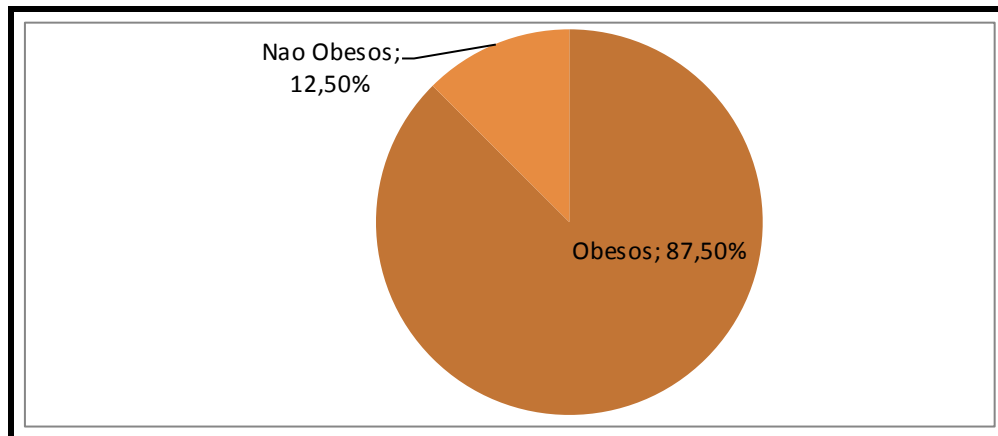
Analisando-se o índice de massa corporal (IMC) dos policiais hipertensos, observamos que dos 257 analisados, 225 estão obesos ou pré-obesos o que corresponde a 87,5% e apenas 32, ou seja, 12,5% não estão. Tabela 5 e gráfico 6.

Tabela - 5.

Índices de massa corporal, segundo Organização Mundial de Saúde

IMC (kg/m²)	Grau de Risco	Tipo de Obesidade
18 a 24,9	Peso Saudável	Ausente
25 a 29,9	Moderado	Sobrepeso (Pré-obesidade)
30 a 34,9	Alto	Obesidade Grau I
35 a 39,9	Muito Alto	Obesidade Grau II
40 ou mais	Extremo	Obesidade Grau III (Mórbida)

Fonte: Originado da pesquisa



Fonte: Originado da pesquisa

Figura 6: Relação dos policiais hipertensos que estão Obesos/não Obesos.

Apesar de não ser objeto de estudo deste artigo, o que nos chamou muito a atenção nos levantamentos, foi o alto índice de policiais obesos e policiais com sobrepeso (Pré-Obesidade). Dos 1742 analisados, 506 estavam com sobrepeso e 211 já estavam obesos, ou seja, 717 policiais (41,16%), um índice muito alto se levarmos em conta a atividade profissional.

CONCLUSÃO

As condições empregadas neste estudo e a análise estatística aplicada aos resultados obtidos permitiram concluir que:

A ocorrência de hipertensão arterial nos policiais militares da ativa, do Estado de Mato grosso, encontra-se dentro dos limites registrados para o país, que é de 10% a 15% da população.

A incidência de hipertensão é maior nos policiais do sexo masculino (15,4%), que nas policiais femininas (7,4%).

87,5% dos obesos analisados são hipertensos.

Nem todo hipertenso é obeso.

Enquanto que na população brasileira estima-se que de 20 a 40% dos hipertensos são obesos, nos policiais militares 87,5% dos hipertensos são obesos.

Há urgência em se implementar uma política voltada a prevenção do hipertenso e do obeso, dentro da policia militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJALA, Grasiela Rocha. **Hipertensão.** Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/biologicas/farmacia/trabalho/19056-hipertensao.html>> Acesso em: 30 de maio de 2010.

ALVARENGA, Eduardo Rodrigues. **Hipertensão Arterial.** Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/biologicas/educacao-fisica/trabalho/4962-hipertensao-arterial.html>> Acesso em: 30 de mai de 2010.

ANJOS, José Eduardo Nunes dos. **Tratamento da Hipertensão.** Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/outras/diversos/trabalho/35814-tratamento-da-hipertensao.html>> Acesso em: 30 de mai de 2010.

MELO, José Carvalho. **A Hipertensão Arterial Relacionada ao Exercício Físico.** Disponível em: <<http://zemoleza.com.br/carreiras/biologicas/biologia/trabalho/3848-hipertensao.html>> Acesso em: 21 de abr de 2010.

CAVALCANTE, Denys Elex. **Hipertensão Arterial.** Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/biologicas/medicina/trabalho/3848-hipertensao-arterial.html>> Acesso em: 21 de abr de 2010.

FERREIRA, Andreza Cristina. **IMC - Índice de Massa Corporal.** Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/biologicas/fisioterapia/trabalho/17869-o-que-e-imc.html>> Acesso em: 21 de abr de 2010.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico.** 14^a ed. Porto Alegre: s.n., 2008.

GANONG, W.F. **FISIOLOGIA MEDICA.** 5 ed., São Paulo: Atheneu Editora São Paulo, 1989, p.444-555 cap VI.

GUYTON, Arthur C. **FISIOLOGIA HUMANA**. Pressão arterial sistêmica e hipertensão. 4 ed., Rio de Janeiro: Editora Panamericana, 1976, p.135-1417, cap.12

GOMES, Adriana Pereira. **Hipertensão Arterial**. Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/outras/diversos/trabalho/38880-hipertensao-arterial.html>> Acesso em: 15 de mai de 2010.

JÚNIOR, Fábio Ribeiro Augusto. **Hipertensão Arterial**. Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/biologicas/fisioterapia/trabalho/14032-hipertensao-arterial.html>> Acesso em: 15 de mai de 2010.

KROMBAUER, Vanilse. **Hipertensão Arterial**. Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/outras/diversos/trabalho/33249-hipertensao-arterial.html>> Acesso em: 15 de maio de 2010

MELO, José Carvalho. **Hipertensão arterial relacionada ao exercício físico**. Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/biologicas/biologia/trabalho/5158-hipertensao.html>> Acesso em: 30 de mai de 2010.

MOURA, Jane Santos de. **Hipertensão Arterial: Causas, Sintomas, Consequências**. Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/outras/colégio/trabalho/40492-hipertensao-arterial-causas-sintomas-consequencias.html>> Acesso em: 30 de mai de 2010.

MSD. **Distúrbio do Coração e dos vasos Sanguíneos - Pressão Arterial Alta**. Disponível em: <<http://www.msdbrazil.com/msdbrazil/patients/biblioteca/artigos/artigos.html>> Acesso em 25 de out de 2009.

MINHA VIDA. **Causas e prevenção da Hipertensão**. Disponível em: <<http://www.minhavidacom.br/conteudo/1550-Causas-e-prevencao-da-Hipertensao.htm>> Acesso em: 25 de outubro de 2009.

ROCHA, Wellington Torres da. **HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA**. Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/biologicas/fisioterapia/trabalho/2960-has-hipertensao-arterial-sistemica.html>> Acesso em: 30 de mai de 2010.

SIQUEIRA, Priscila Marques. **Qualidade de vida dos portadores de hipertensão arterial**. Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/biologicas/enfermagem/trabalho/42668-qualidade-de-vida-dos-portadores-de-hipertensao-arterial.html>> Acesso em: 17 de mai de 2010.

SILVA, Andréia Maria da. **Obesidade.** Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/biologicas/nutricao/trabalho/11428-obesidade.html>> Acesso em: 23 de mai de 2010.

SILVEIRA, Luiz Henrique Paolinelli. **Relação Entre Alto Índice de Massa Corporal e Hipertensão Arterial.** Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/biologicas/enfermagem/trabalho/44125-relacao-entre-alto-indice-de-massa-corporal-e-hipertensao-arterial.html>> Acesso em: 23 de mai de 2010.

UNIMED. **Portal Nacional de Saúde Unimed do Brasil.** Disponível em: <http://www.unimed.com.br/pct/index.jsp?cd_canal=49146> Acesso em: 25 de out de 2009.

OCORRÊNCIA DE OBESIDADE NOS POLICIAIS MILITARES DA ATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

*Juliano Blanco Canavarros.*¹
*Gilson Farid da Cunha Barros.*²

RESUMO

Estarão os policiais militares com níveis de sobrepeso e obesidade acima da população geral? Este trabalho apresenta o resultado dos dados coletados por uma amostragem de 1592 policiais militares em 11 cidades do Estado de Mato Grosso. O objetivo é verificar como se encontra a tropa, em relação à incidência de obesidade. Foram observados os principais fatores de risco e sua ocorrência no cotidiano dos entrevistados. Foi usado como método de pesquisa um questionário, bem como anamnese e exame clínico, aplicado por uma equipe multidisciplinar de saúde. Após a análise dos resultados, observa-se a necessidade de se implementar uma política voltada à prevenção e ao tratamento dessa patologia, com orientações que abordem: vida socioeconômica, alimentação, sedentarismo, estresse psicoemocional e laser.

Palavras-chave: *Obesidade - Sedentarismo - Atividade - Polícia Militar.*

ABSTRACT

Are the military police with overweight and obesity levels above the general population? This work presents the result of the data collected by a sampling of 1592 military police in 11 cities of the State of Mato Grosso. The goal is to see how the troop is in relation the incidence of obesity. We observed the main risk factors and their occurrence in the daily life of respondents. It was used as a method of searching a questionnaire as well as anamnesis and clinical examination, applied by a multidisciplinary team of health. After review of the results noted the need to implement a policy focused on the prevention and treatment with guidelines that address; socioeconomic life, diet, sedentary, psycho emotional stress and laser.

Key-words: *Obesity - Sedentary - Activity - Military Police.*

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Graduado em Medicina pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Pós-Graduado em Cirurgia Geral pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Graduado em Direito pela Universidade de Cuiabá - UNIC e Mestrado em Direito Público pela Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, Acadêmico no Curso Superior de Polícia pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT,

² Oficial da Policia Militar do Estado de Mato Grosso, Graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade de Cuiabá (UNIC).

INTRODUÇÃO

O policial militar tem um importante papel na sociedade na medida em que é um instrumento de promoção dos direitos do cidadão. Seu ambiente de trabalho é a própria sociedade, na qual sua atuação garante a liberdade de ir e vir com segurança da população local.

Embora esta liberdade seja de certa forma enaltecida em diferentes meios, a ação policial vem sendo contestada rotineiramente junto à sociedade. O que se verifica é que o tipo de atuação policial existente em dada localidade é que acaba sendo determinante para o estabelecimento de doenças nos mesmos.

A carga de *stress* comum à profissão, associada à falta de uma definição de horário para exercícios físicos obrigatórios, da impossibilidade deste tempo ser contado como hora trabalhada, da má qualidade nutricional das refeições servidas nos diversos batalhões, além de ter que lidar com uma série de contestações quanto a sua própria credibilidade e atuação na preservação da ordem pública, torna o policial, um profissional extremamente suscetível às inúmeras doenças e males provocados pelo seu cotidiano.

Diante desses fatos o presente trabalho tem um problema a ser estudado: Será que os policiais militares de Mato Grosso estão com níveis de sobrepeso e obesidade acima dos níveis encontrados na população em geral?

Neste sentido, o trabalho tem o objetivo de realizar um levantamento da real situação clínica dos policiais militares em relação à obesidade, que se constitui um fator de risco ao próprio desempenho do policial militar.

Metodologicamente o estudo foi realizado através de uma pesquisa de campo com abordagem quantitativa e de caráter descritivo com interesse em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los quantitativamente. A pesquisa de campo foi realizada, com levantamento de dados obtidos através de anamnese e exame clínico, aplicado por uma equipe multidisciplinar, constituída por médico, assistente social e enfermeiros.

Ao estudar casos de obesidade entre policiais, o trabalho buscará mostrar algumas consequências deste mal à ação policial, identificará possíveis grupos de risco dentro da corporação e, para estabelecer, se possível, padrões em que se verificam maior ocorrência da doença serão feitas co-relações entre aspectos físicos e faixa etária.

Assim, poderá se conhecer melhor as causas da doença e promover ações que visem a evitar o seu surgimento dentro da tropa.

A obesidade é uma enfermidade crônica, multifatorial, na maioria das vezes incurável, que pode ser ameaçadora à vida quando atinge níveis acentuados, sendo então chamada de mórbida ou grave. Em sua origem apresenta elementos sociais, comportamentais, ambientais, culturais, psicológicos, metabólicos e genéticos.³

Caracteriza-se pelo acúmulo de gordura corporal resultante do desequilíbrio energético prolongado, que pode ser causado pelo excesso de consumo de calorias e/ou inatividade física. Os fatores genéticos desempenham um papel importante na determinação da suscetibilidade do indivíduo para o ganho de peso, porém são os fatores ambientais e de estilo de vida, tais como hábitos alimentares inadequados e sedentarismo, que geralmente levam a um balanço energético positivo, favorecendo o surgimento da obesidade.⁴

A obesidade é uma doença caracterizada pelo excesso de gordura no corpo. Este acúmulo ocorre quando a oferta de calorias é constantemente maior que o gasto de energia corporal e resulta frequentemente em sérios prejuízos à saúde.

Atualmente, a obesidade atinge 600 milhões de pessoas no mundo, 30 milhões somente no Brasil. Se for incluída a população com sobrepeso, esse número aumenta para 1,9 bilhão de pessoas no mundo e 95 milhões de brasileiros. Estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS) projetam um cenário ainda pior para os próximos anos. Estima-se que, em 2015, existirão 2,3 bilhões de pessoas com excesso de peso e 700 milhões de obesos no mundo inteiro.⁵

³ REGAN JP, Inabenet WB, Gagner M, Pomp A. **Early experience with two-stage laparoscopic Roux-en-Y gastric Bypass as an alternative in the super-super obese patient.** New York, Springer Science+Business Media, LLC. *Obes Surg.*2003; 13(6):8614.

⁴ FILHO AJB, Filho Heládio Feitosa de Castro, Neto Heládio Feitosa de Castro. **Cirurgia Bariátrica. Tratado de Cirurgia do Colégio Brasileiro de Cirurgia.**São Paulo: Editora Atheneu, p. 941, Seção 12, Cap 75, 2009.

⁵ SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIRURGIA BARIÁTRICA E METABÓLICA. **Obesidade - O que é.** Disponível em: <[http:// www.scb.org.br/obesidade.asp?menu=0](http://www.scb.org.br/obesidade.asp?menu=0)>. Acesso em: 11 de jul de 2011.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

O sobrepeso atinge mais de 30% das crianças...48% das mulheres e 50,1% dos homens acima de 20 anos. Para a população de mais de 20 anos, o IBGE projeta a obesidade para a população masculina de 2,8% e para a população feminina 8%.⁶

A prevalência de sobrepeso e obesidade vem aumentando rapidamente no mundo, sendo considerada um importante problema de saúde pública no mundo ocidental.

No que se refere à falta de atividade física, não resta dúvida de que o sedentarismo é outra causa da obesidade. É necessário tentar incluir atividades físicas regulares na rotina diária do policial militar. O gasto energético vem diminuindo com os confortos da vida moderna.

Já no que implica à tendência genética, as pesquisas mostram a relação entre herança genética e obesidade. Normalmente, pais com peso normal têm em média 10% dos filhos obesos. Quando um dos pais é obeso, 50% dos filhos certamente o serão. E, quando ambos os pais são obesos, esse número pode subir para 80%.⁷

O peso é mantido estável por um equilíbrio calórico controlado, que é o termostato do peso. Os gens e o ambiente podem causar o desequilíbrio calórico. Os gens estão implicados na quantidade e na preferência nos alimentos, e o ambiente diz respeito à quantidade e ao tipo (alimentos mais processados, palatáveis e maiores porções) do alimento, além do sedentarismo e problemas hormonais.

⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_encaa/pof_2008/2009_encaa.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2011.

⁷ SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIRURGIA BARIÁTRICA E METABÓLICA. **Obesidade - Principais causas**. Disponível em: <<http://www.scb.org.br/obesidade.asp?menu=5>>. Acesso em: 11 de julho de 2011.

A presença de obesidade abdominal, hipertensão arterial primária, resistência à ação da insulina (hormônio que permite a entrada do açúcar para dentro das células), elevação dos níveis de glicemia (açúcar no sangue) e dos triglicerídeos, associados com baixos níveis de HDL, são os componentes da síndrome metabólica.

A primeira opção para se livrar do excesso de peso é o chamado tratamento clínico, que inclui dieta, exercícios, medicação e acompanhamento de endocrinologista e nutricionista. Também podem fazer parte da equipe, um fisioterapeuta e um psicólogo.

E nos casos em que a obesidade traz prejuízos à saúde e o tratamento clínico se mostra ineficaz, o tratamento cirúrgico deve ser considerado. O método é conhecido popularmente como “redução de estômago”, mas vai muito além.

Existem vários tipos de cirurgias disponíveis e cabe ao médico apresentá-las ao paciente e recomendar o mais apropriado – e seguro – para cada caso. O índice de massa corpórea é uma quantificação do excesso de gordura depositado no corpo e é calculado pela divisão do peso (em quilos) pela altura (em metros) elevada ao quadrado.

Classificação	Índice de Massa Corpórea (IMC)
Magreza	< 18Kg/m ²
Normal	18 a 25Kg/m ²
Sobrepeso	25 a 30Kg/m ²
Obesidade Grau I	>30Kg/m ²
Obesidade Grau II	➤ 35 Kg/m ²
Obesidade grau III	➤ 40Kg/m ²
Super Obesidade	➤ 50 Kg/m ²

Fonte: Organização Mundial de Saúde – OMS.

Quadro 1. Classificação da Obesidade em adultos.

Assim, a obesidade pode ser definida como uma doença neuroendócrino metabólica fatal, crônica, recorrente, com múltiplas causas, associadas a mais de 50 doenças e problemas de saúde e que continua a aumentar.

No que se refere às doenças associadas, podemos citar, entre outras a diabetes, a hipertensão arterial, problemas articulares, apneia do sono, risco aumentado de embolia pulmonar por alterações da coagulação sanguínea e até alguns tipos de câncer (de útero, mama e intestino grosso, entre outros).

Muito dinheiro é gasto com programas de emagrecimento e controle da obesidade na América e em todo o mundo. A indústria farmacêutica investe milhões em pesquisas para formulação de suplementos dietéticos e compostos que possam alterar a velocidade metabólica, introduzir lipídios dietéticos que não possam ser digeridos ou alterar o controle do apetite.⁸

Além do custo financeiro aos Países do ocidente, “morrem por ano nos Estados Unidos 300.000 pessoas em consequência do excesso de peso.”⁹

No que se refere a problemas psicossociais causados pela obesidade, nenhuma outra condição humana combina o risco de morte e morbidade com discriminação e estigmatização. A retórica preconceituosa contra obesos é pública e universal.¹⁰

Há evidências sobre a estigmatização a que são submetidos os obesos. No PubMed ao se cruzar as palavras *prejudice* e *obesity* resulta em 319 referências sobre o assunto. Um dos artigos analisou diferenças nas fotografias que ilustram notícias jornalísticas na internet entre obesos e não obesos, concluiu que 72% dos indivíduos obesos são retratados de maneira estigmatizada: cabeças costumam ser cortadas das fotos que apresentam apenas os troncos e quadris, pessoas são apresentadas comendo e bebendo e raramente usando roupas profissionais. Este fenômeno tem importantes implicações para a percepção pública das pessoas obesas e reforça o preconceito e a discriminação.¹¹

Outro estudo apresentou fotos de obesos em atitudes positivas em um grupo de voluntários e fotos de obesos em atitudes negativas estigmatizantes em outro grupo, aplicando a seguir uma escala denominada *Fat Phobia Scale* ou Escala de

⁸ De CARVALHO, JEQ. **Risco de Doença e Custos da Obesidade**. Cuidados Pré e Pós-Operatórios na Cirurgia da Obesidade. Cap 2. Porto Alegre: AGE, p.37, 2005.

⁹ THIRLBY RC, Randall J ET AL. A **Genetic “Obesity Risk Index” for Patients With Morbid Obesity**. New York, Springer Science+Business Media, LLC. *Obes Surg* 12: 25-29, 2002

¹⁰ DAILEY, Kate; ELLIN, Abby. **America’s war on the overweight**. The daily beast – Health, agosto/2009. Disponível em: <<http://www.thedailybeast.com/newsweek/2009/08/25/america-s-war-on-the-overweight.html>>. Acesso em: 15 de maio 2011.

¹¹ HEUER, Chelsea A; McCLURE, Kimberly J.; PUHL, Rebecca M. **Obesity Stigma in Online News: a visual content analysis**. *Journal of Health Communication*, 2011. Disponível em: <http://www.yaleruddcenter.org/resources/upload/docs/what/bias/ObesityStigmaOnlineNews_JHC_5.11.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2011.

Aversão à Gordura, confirmando as implicações da percepção preconceituosa que as imagens reforçam.¹²

O preconceito é incontestável, é universal. Indivíduos com obesidade ganham menos dinheiro, enfrentam discriminação de pessoas e de instituições e são frequentemente insultados.¹³

O estigma da obesidade é deletério, insalubre e está associado à baixa autoestima, depressão e transtornos alimentares.¹⁴

A despeito do fato de que o sobrepeso e a obesidade estão cada vez mais frequentes em nossa sociedade (até mesmo entre pessoas obesas), o estigma da obesidade é crescente, apesar de outras disparidades e preconceitos contra minorias e grupos étnicos estarem diminuindo.¹⁵

O preconceito não ocorre somente no meio leigo, mas contamina também os profissionais da saúde, chegando a ter implicações no cuidado da saúde dos pacientes com obesidade, devido à baixa qualidade do atendimento médico às pessoas obesas.¹⁶

Desse modo, as várias barreiras citadas limitam a boa condução no diagnóstico e no tratamento desse grupo de doentes, desde a ausência de material de suporte apropriado às limitações de exames de imagem.

O excesso de peso às vezes inviabiliza até o uso de coletes balísticos, coldres e fardamentos. Imagem corporal que repercute no desempenho da própria atividade policial militar.

¹² McCLURE, Kimberly J.; PUHL, Rebecca M.; HEUER, Chelsea A. **Obesity in the news: do photographic images of obese persons influence antifat attitudes?** Journal of Health Communication, vol. 16, 2011. Disponível em: < <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10810730.2010.535108#preview>>. Acesso em: 10 de julho de 2011.

¹³ BROWNELL, Kelly D; PUHL, Rebecca M. **Bias, Discrimination and obesity.** Obesity Research, vol. 9, nº.12, dez./2011. Disponível em: < <http://www.yaleruddcenter.org/resources/upload/docs/what/bias/Bias-Discrimination-and-Obesity.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2011.

¹⁴ MYERS, A; ROSEN, J. C. **Obesity stigmatization and coping: relation to mental health symptoms, body image and self-esteem.** International Journal of Obesity, vol. 23, nº. 3, março/1999. Disponível em: < <http://www.nature.com/ijo/journal/v23/n3/pdf/0800765a.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

¹⁵ ANDREYEVA, Tatiana; BROWNELL, Kelly D; PUHL, Rebecca M. **Changes in perceived weight discrimination among Americans, 1995-1996 through 2004-2006.** Obesity, vol. 16, nº. 5, maio/2008. Disponível em: < <http://www.nature.com/oby/journal/v16/n5/pdf/oby200835a.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2011.

¹⁶ POON, Man-Yuk.; TARRANT, Marie. **Obesity: attitudes of undergraduate student nurses and registered nurses.** Journal of Clinical Nursing, vol. 18, ago./2009. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2702.2008.02709.x/full>>. Acesso em: 15 de maio de 2011.

Dados apontam que 80% da população adulta é sedentária e que 52% dos adultos brasileiros estão acima do peso, sendo 11% obesos, o que explica o aumento da morbidade e mortalidade, já que a obesidade é fator de risco para várias doenças crônicas não transmissíveis.¹⁷

Obesidade aumenta linearmente com a idade, para decrescer no fim da vida. Estatísticas mundiais sugerem taxas de obesidade mais elevadas para mulheres mais idosas.

Ao se analisar os fatores socioculturais têm-se que:

Renda Familiar e escolaridade: a obesidade é mais prevalente nas classes sociais média e baixa que têm renda familiar mais baixa e menor grau de escolaridade...estado civil: como regra, o sobrepeso e a obesidade aumentam após o casamento e principalmente entre os homens, este último parece ser o principal fator desencadeante de ganho de peso.¹⁸

Estudos demonstram elevação da obesidade em situações de estresse mental ou elevações mais prolongadas quando da privação do sono. O estresse emocional aumenta os níveis de adrenalina e noradrenalina na circulação, que aumenta a frequência cardíaca de forma considerável, o que pode contribuir para hipertensão arterial sustentada.

Carga horária de trabalho: Na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, a carga horária semanal de trabalho esta assim estipulada: 12 horas de trabalho diurno por 24 horas de descanso e 12 horas de trabalho noturno por 36 horas de descanso. O que resulta em 48 horas semanais de trabalho. Só que sempre há uma escala extra a cumprir de pelo menos 12 horas o que resulta em 60 horas semanais de trabalho. Devemos destacar que esta é a carga horária na Capital, no interior como o efetivo é

¹⁷ SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIRURGIA BARIÁTRICA E METABÓLICA. **Mapeamento Obesidade**. Disponível em: <http://www.sbcbr.org.br/pesquisa/pesquisa_sobre_obesidade_no_brasil_2007.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2011.

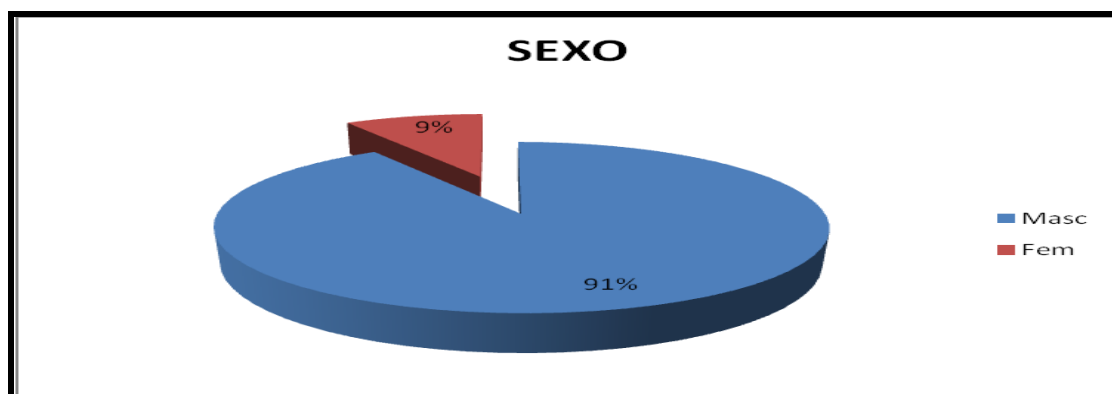
¹⁸ MALHEIROS, CA; Freitas Júnior WR. **Obesidade no Brasil e no Mundo**. Cirurgia da Obesidade. Cap 4. São Paulo: Editora Atheneu, 2003.

bem menor, e normal se trabalhar com uma escala de 24 de serviço por 24 de descanso, o que resulta numa carga horária semanal de 96 horas.

Alguns países como o México, ao tentarem combater a obesidade em suas fileiras policiais, optaram pela premiação financeira para aqueles indivíduos que conseguirem diminuir seus índices de massa corpórea para valores mais saudáveis.¹⁹ Por outro lado, países como a África do Sul, optam por punições para aqueles que não mantêm esse cuidado com a saúde.²⁰

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa de campo, por meio de questionário, anamnese e exame clínico, foi realizada em 1592 (mil quinhentos e noventa e dois) policiais militares, o que representa 22,74% do efetivo total da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Destes, 144 (9%) são policiais femininos e 1448 (91%) são policiais masculinos, independente de idade, etnia, tempo de serviço, posto ou graduação.



Fonte: Originado da pesquisa

Figura 1: Comparação em porcentagem, de policiais entrevistados, por sexo.

O questionário, a anamnese e o exame clínico, foram aplicados nas respectivas cidades onde os militares estão lotados, assim distribuídos; Cuiabá e Várzea Grande -

¹⁹ DIÁRIO DE UM JUÍZ. Policiais mexicanos obesos recebem recompensas para emagrecer. Fev/2008. Disponível em: <<http://www.diariodeumjuiz.com/?p=1020>>. Acesso em: 18 de julho de 2011.

²⁰ BBC BRASIL. **Polícia da África do Sul demitirá oficiais obesos.** África, março/2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100322_africadosulpoliciafn.shtml>. Acesso em: 25 de julho de 2011.

922 policiais, Rondonópolis – 399 policiais, Jaciara – 57 policiais, Campo Verde – 14 policiais, Poconé – 32 policiais, Primavera do Leste – 23 policiais, Sinop – 78 policiais, Colíder – 04 policiais, Nova Mutum -16 policiais, e Chapada dos Guimarães - 47 policiais.

Estes dados encontram-se arquivados e à disposição, no ACEN - Ambulatório Central da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá.

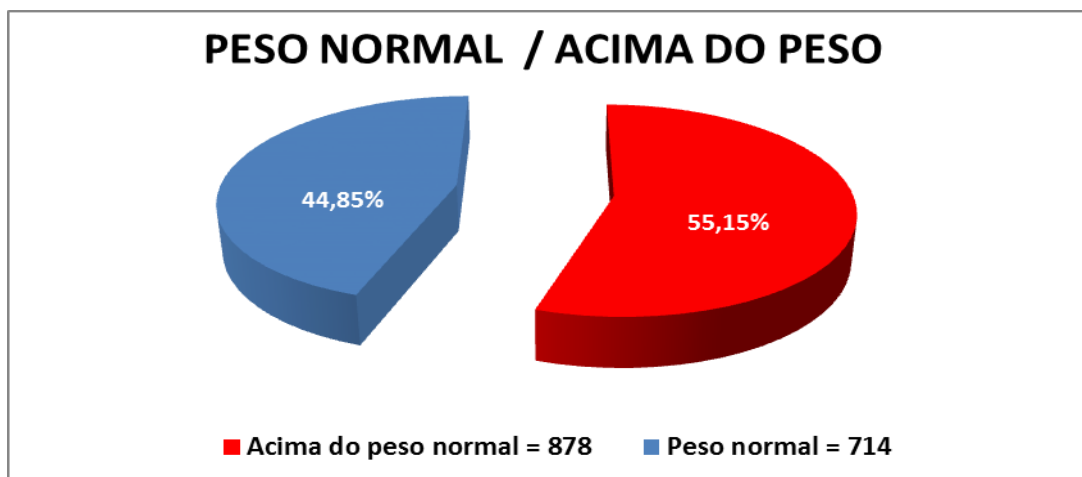
A relação da quantidade de policiais militares que foram inquiridos, e as respectivas cidades, podem ser observadas no quadro 2.

Cuiabá e Várzea Grande	Interior
Academia: 117	RONDONÓPOLIS: 399
QCG: 188	JACIARA: 57
CIOSP: 44	CAMPO VERDE: 14
1º BPM: 115	POCONÉ: 32
9º BPM: 68	PRIMAVERA DO LESTE : 23
4º BPM: 112	SINOP: 78
CIOPAER: 24	COLIDER: 4
BOPE: 47	NOVA MUTUM: 16
CFAP: 144	CHAPADA DOS GUIMARÃES: 47
10º BPM: 63	

Fonte: ACEN/PMMT

Quadro 2: Quantitativo de policiais entrevistados por região geográfica.

Dos 1592 policiais militares participantes do estudo, 878 (55,15%) policiais estavam acima do peso e 714 (44,85%) dos policiais estavam com peso normal, conforme a figura 2. E dos estudados, 253 (15,9%) estavam obesos conforme a figura 3.



Fonte: ACEN/PMMT

Figura 2: Ilustra em porcentagem, policiais com peso normal e sobrepeso



Fonte: ACEN/PMMT

Figura 3: Figura ilustra em porcentagem, policiais obesos na corporação.

Ao se analisar a incidência de obesidade, por cidade pesquisada, se comprova que; em Cuiabá e Várzea Grande haviam 141 policiais militares acometidos, em Chapada dos Guimarães - 09, em Campo Verde - 05, em Colíder - 0, em Jaciara - 08, em Nova Mutum - 16, em Primavera do Leste - 23, em Poconé - 08, em Rondonópolis - 58, e em Sinop - 18.

Os dados sobre os resultados podem ser constatados, conforme quadro 3.

Tabela 1:
Comparação do percentil de obesos por cidade.

Cidade	Entrevistados	Obesos	Percentil %
Cuiabá e Várzea Grande	922	141	15,29 %
Chapada dos Guimarães	47	09	19,14 %
Campo Verde	14	05	35,71 %
Colíder	04	0	00,00 %
Jaciara	57	08	14,03 %
Nova Mutum	16	03	18,75 %
Primavera do Leste	23	03	13,04 %
Poconé	32	08	25,00 %
Rondonópolis	399	58	14,53 %
Sinop	78	18	23,07 %
Total	1592	253	100,00 %

Fonte: Elaborada com base no exame clínico, anamnese e questionário aplicado e analisado.

Dos policiais estudados ficou comprovado que 714 (44,85%) estavam com Índice de Massa Corpórea (IMC) normal, 625 (39,25%) estavam com sobrepeso, 206 (12,93%) estavam com obesidade grau I, 42 (2,63%) estavam com obesidade grau II e 5 (0,31%) apresentavam obesidade grau III, conforme a figura 4.

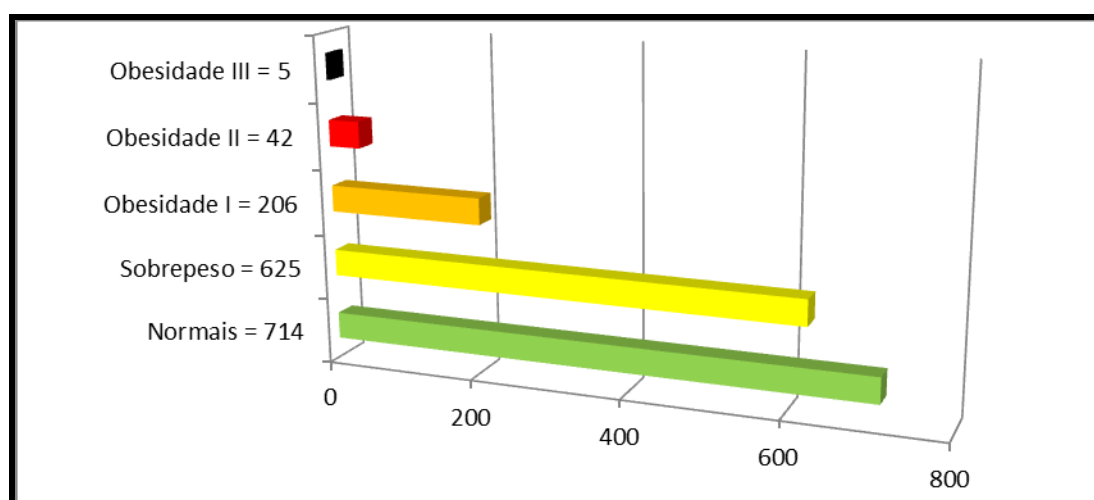


Figura 4: Figura ilustra em números, policiais militares relacionados com a sua classificação de obesidade da Organização Mundial de Saúde.

Oportuno reafirmar que a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica evidenciou que a taxa percentual de sobrepeso da população em geral é de 52% e de obesos é de 11%; portanto o índice da tropa está acima do encontrado na população em geral, já que para sobrepeso o percentual encontrado na tropa foi de 55,15% de sobrepeso e 15,9% de obesos.

Pela análise da figura 5 se comprova que na população policial feminina o sobrepeso é de 18,75% e de obesas é de 10,41%.

Aqui foi evidenciado um dado interessante, já que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estipula como níveis aceitáveis o sobrepeso feminino acima dos 20 anos a taxa de 28,7% e de obesas de 8%; e no estudo se evidenciou que a taxa de sobrepeso feminino na Polícia Militar ficou abaixo, mas a taxa de obesas ficou acima do esperado como ideal.

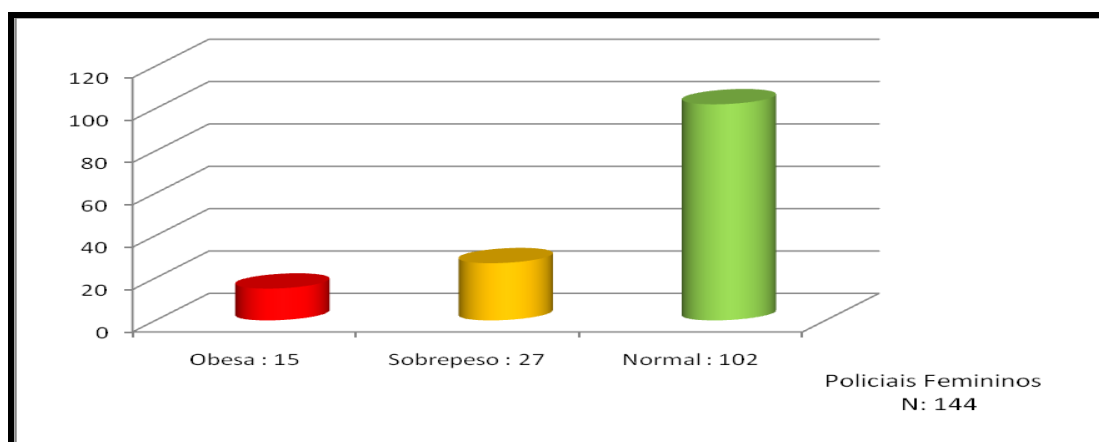


Figura 5: Relação de policiais femininos segundo o IMC.

Pela análise da figura 6 se comprova que a na população policial masculina o sobrepeso é de 41,43% e de obesos é de 16,43%. Níveis superiores ao que o IBGE estipula como aceitáveis na população masculina que são de 18,5% para sobrepeso e 2,8% para a obesidade.

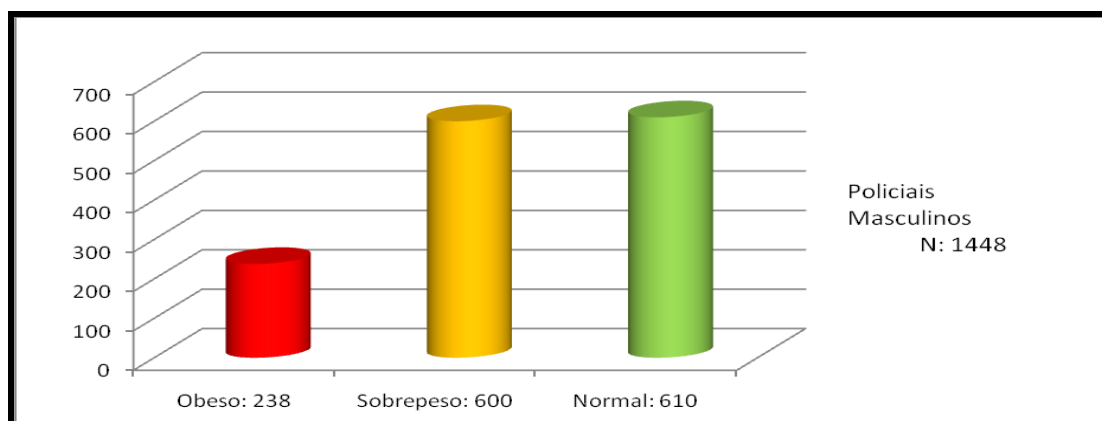


Figura 6: Relação de policiais masculinos segundo o IMC.

Pela análise da figura 7 se comprova que a circunferência abdominal dos policiais femininos está acima de 80 cm e dos policiais masculinos pouco abaixo de 94 cm, medidas referências recomendadas pela sociedade brasileira de cardiologia para se evitar a síndrome metabólica.

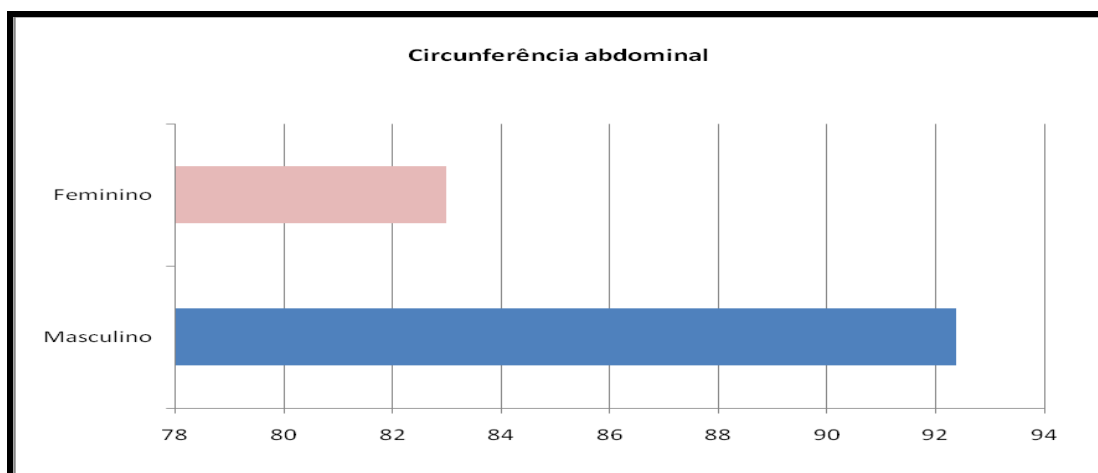


Figura 7: Média de circunferência abdominal em centímetros / sexo

Quando levada em conta a idade dos policiais militares obesos avaliados, percebe-se que a incidência de obesidade é maior na faixa etária dos 31 aos 40 anos de idade, como podemos ver na figura 8.

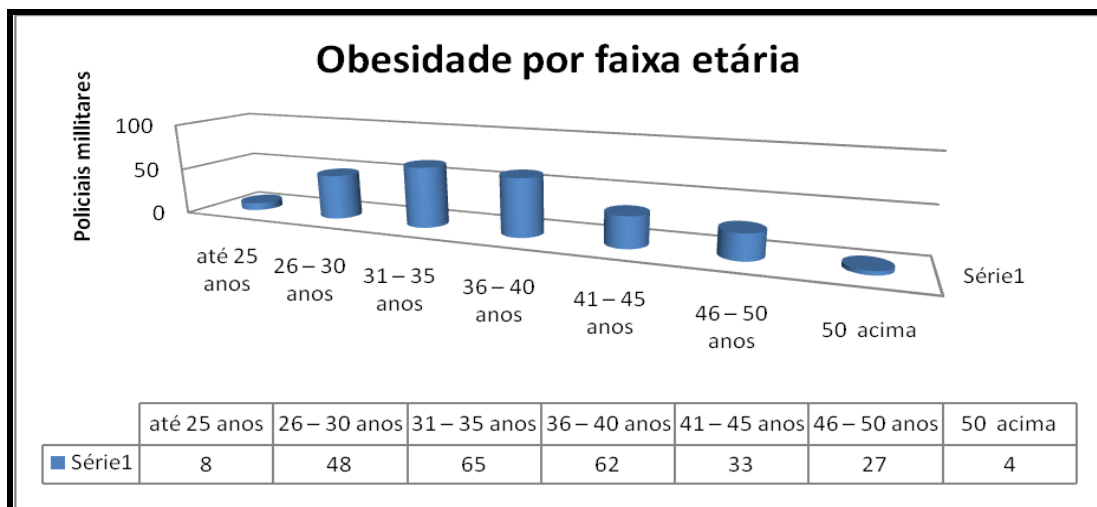


Figura 8: Comparação entre as idades e a incidência de obesidade nos policiais.

Analisando-se o índice de massa corporal (IMC) dos policiais hipertensos, observamos que dos 257 analisados, 225 estão obesos ou pré-obesos o que corresponde a 87,5% e apenas 32, ou seja, 12,5% não estão, conforme a figura 9. Números muito acima dos encontrados na população em geral onde o nível de hipertensos obesos estima-se entre 20 a 40%.



Figura 9: Relação dos policiais hipertensos que estão Obesos/não Obesos.

CONCLUSÃO

As condições empregadas neste estudo e a análise estatística aplicada aos resultados obtidos permitiram concluir que a ocorrência de obesidade nos policiais militares da ativa, do Estado de Mato grosso, encontra-se em torno de 15,9% e se considerarmos os que estão acima do peso ideal, esse valor sobe para 55,15%, valores acima do encontrado na população em geral, já que para a população em geral, segundo a Sociedade de Cirurgia Bariátrica e Metabólica, a ocorrência de Obesidade é de 11% e de sobrepeso é de 52%.

O que se mostra mais preocupante é que para pessoas com mais de 20 anos de idade o IBGE projeta como ideal a ocorrência de obesidade e sobrepeso, respectivamente, para a população masculina os percentuais de 2,8% e 18,5% e para a população feminina 8% e 28,7%, portanto os policiais militares estão com níveis muito superiores de sobrepeso e obesidade que a população em geral.

Comprovou-se que a obesidade atinge mais os policiais na faixa etária dos 31 aos 40 anos. A população policial feminina possui cintura abdominal superior aos 80 cm esperados como ideal, e a população masculina está com cintura abdominal inferior aos 94 cm, valor preconizado para se evitar as síndromes metabólicas.

Comprovou-se que 87,5% dos hipertensos analisados estão obesos. Este fato é grave já que na população brasileira estima-se que de 20 a 40% dos hipertensos são obesos.

Há urgência em se implementar uma política voltada à prevenção e tratamento da obesidade, como a criação de academias de ginástica que estão sendo implementadas pela Secretária de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), bem como de todas as patologias que se apresentam com esta doença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREYEVA, Tatiana; BROWNELL, Kelly D; PUHL, Rebecca M. **Changes in perceived weight discrimination among Americans**, 1995-1996 through 2004-2006. *Obesity*, vol. 16, nº. 5, maio/2008. Disponível em: <<http://www.nature.com/oby/journal/v16/n5/pdf/oby200835a.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2011.

BBC BRASIL. **Polícia da África do Sul demitirá oficiais obesos**. *África*, março/2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100322_africadosulpoliciafn.shtml>. Acesso em: 25 de julho de 2011.

BROWNELL, Kelly D; PUHL, Rebecca M. **Bias, Discrimination and obesity**. *Obesity Research*, vol. 9, nº.12, dez./2011. Disponível em: <<http://www.yaleruddcenter.org/resources/upload/docs/what/bias/Bias-Discrimination-and-Obesity.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2011.

DAILEY, Kate; ELLIN, Abby. **America's war on the overweight**. *The daily beast - Health*, agosto/2009. Disponível em: <<http://www.thedailybeast.com/newsweek/2009/08/25/america-s-war-on-the-overweight.html>>. Acesso em: 15 de maio 2011.

De CARVALHO, JEQ. **Risco de Doença e Custos da Obesidade. Cuidados Pré e Pós-Operatórios na Cirurgia da Obesidade**. Cap 2. Porto Alegre: AGE, 2005.

DIÁRIO DE UM JUÍZ. **Policiais mexicanos obesos recebem recompensas para emagrecer**. Fev/2008. Disponível em: <<http://www.diariodeumjuiz.com/?p=1020>>. Acesso em: 18 de julho de 2011.

FILHO AJB, Filho Heládio Feitosa de Castro, Neto Heládio Feitosa de Castro. **Cirurgia Bariátrica. Tratado de Cirurgia do Colégio Brasileiro de Cirurgia**. São Paulo: Editora Atheneu, Seção 12, Cap 75, 2009.

GOMES, Adriana Pereira. **Hipertensão Arterial**. Março/2008. Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/carreiras/outras/diversos/trabalho/38880-hipertensao-arterial.html>> Acesso em: 15 de maio de 2010.

HEUER, Chelsea A; McCLURE, Kimberly J.; PUHL, Rebecca M. **Obesity Stigma in Online News: a visual content analysis**. *Journal of Health Communication*, 2011. Disponível em: <http://www.yaleruddcenter.org/resources/upload/docs/what/bias/ObesityStigmaOnlineNews_JHC_5.11.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Antropometria e Estado Nutricional de Crianças**,

Adolescentes e Adultos no Brasil. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_encaa/pof_20082009_encaa.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2011.

MALHEIROS, CA; Freitas Júnior WR. **Obesidade no Brasil e no Mundo**. Cirurgia da Obesidade. Cap 4. São Paulo: Editora Atheneu, 2003.

McCLURE, Kimberly J.; PUHL, Rebecca M.; HEUER, Chelsea A. **Obesity in the news: do photographic images of obese persons influence antifat attitudes?** Journal of Health Communication, vol. 16, 2011. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10810730.2010.535108#preview>>. Acesso em: 10 de julho de 2011.

MYERS, A; ROSEN, J. C. **Obesity stigmatization and coping: relation to mental health symptoms, body image and self-esteem**. International Journal of Obesity, vol. 23, nº. 3, março/1999. Disponível em: <<http://www.nature.com/ijo/journal/v23/n3/pdf/0800765a.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

POON, Man-Yuk.; TARRANT, Marie. **Obesity: attitudes of undergraduate student nurses and registered nurses**. Journal of Clinical Nursing, vol. 18, ago./2009. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2702.2008.02709.x/full>>. Acesso em: 15 de maio de 2011.

REGAN JP, Inabenet WB, Gagner M, Pomp A. **Early experience with two-stage laparoscopic Roux-en-Y gastric Bypass as an alternative in the super-super obese patient**. Obes Surg.2003; 13(6):8614.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIRURGIA BARIÁTRICA E METABÓLICA. **Mapeamento Obesidade**. Disponível em: <http://www.sbc.org.br/pesquisa/pesquisa_sobre_obesidade_no_brasil_2007.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2011.

_____. **Obesidade - O que é**. Disponível em: <<http://www.sbc.org.br/obesidade.asp?menu=0>>. Acesso em: 11 de julho de 2011.

_____. **Obesidade - Principais causas**. Disponível em: <<http://www.sbc.org.br/obesidade.asp?menu=5>>. Acesso em: 11 de julho de 2011.

THIRLBY RC, Randall J ET AL. **A Genetic "Obesity Risk Index" for Patients With Morbid Obesity**. Obes Surg 12: 25-29, 2002.

USO DE DROGAS PSICOTRÓPICAS POR POLICIAIS MILITARES DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE

Sandra Martello¹
Carlos Alexandre Fett²

RESUMO

O uso de drogas entre policiais militares compreende um dos mais sérios problemas. E será que é feito o acompanhamento dos policiais militares usuários de substâncias psicoativas dentro da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso? O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento quanto ao uso de drogas psicotrópicas na vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias por policiais militares em 05 unidades da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande. Foi utilizado um questionário não identificado com questões objetivas e padronizadas, contendo perguntas sobre o uso de drogas psicotrópicas, sexo e idade e aplicado em 237 policiais selecionados aleatoriamente. O consumo de drogas psicotrópicas observado por membros da PMMT, e, embora semelhante à de outros estudos, conclui-se que estes profissionais estão sujeitos a riscos de se tornarem usuários de drogas lícitas e ilícitas e alerta em relação à necessidade de implantação de políticas específicas de controle ao consumo de drogas nas corporações militares.

Palavras-chave: *Psicotrópicos - Polícia Militar - Uso de drogas.*

ABSTRACT

Drug use among military police comprises one of the most serious problems. And is it made up of military police drug users within the Military Police of Mato Grosso? The aim of this study was to conduct a survey on the use of psychotropic drugs in life, in the past 12 months and past 30 days by military police on 05 units of the Military Police of Mato Grosso, in the cities of Cuiabá and Lowland Grande. A questionnaire not identified with objective and standardized questions, including questions about the use of psychotropic drugs, sex and age and implemented in 237 selected aleatoriamente. O consumption of psychotropic drugs PMMT observed by members of the police, and although similar to other studies was used, it is concluded that these professionals are subject to risks becoming users of licit and illicit drugs and alert regarding the need to implement specific policies to control drug use in military corporations.

Key-words: *Psychotropic - Military Police - Drug abuse.*

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Especialista em Ortodontia e Odontopediatria, Odontóloga pela UNOESTE-SP.

² Graduado em Educação Física pela UFMT, Mestre em biodinâmica humana - UNESP, Doutor em clínica médica pela USP.

INTRODUÇÃO

O uso de drogas psicotrópicas constitui um grave problema de saúde pública. Conforme os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS, “cerca de 10% das populações dos centros urbanos de todo o mundo, consomem abusivamente substâncias psicoativas, independente da idade, sexo, nível de instrução e poder aquisitivo”.³ “Tal realidade encontra equivalência no território brasileiro e o consumo de tais substâncias encontra ressonância nos diversos seguimentos da sociedade”.⁴

Na atualidade, drogas lícitas como o álcool e o tabaco, e ilícitas como a maconha, a cocaína e as anfetaminas são utilizadas por milhões de pessoas em todo o mundo, e no Brasil não é diferente, pois aqui também esses grupos se avolumam a cada ano, geralmente causando graves consequências para o usuário e a sociedade.

O estilo de vida estressante, o enfretamento da violência nas ruas, a má distribuição de renda, a falta de tempo e perspectivas de uma vida melhor, além de valores psicológicos e/ou espirituais possibilita no policial militar uma vulnerabilidade psicoestrutural para o uso de substâncias psicoativas.

Um dos questionamentos da pesquisa é: será que é feito o acompanhamento dos policiais militares usuários de substâncias psicoativas dentro da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso?

Considerando que o uso de drogas psicotrópicas têm sido uma constante na existência do homem, que os policiais militares são vulneráveis e que o uso de tais substâncias muitas vezes acaba resultando em agravos a saúde e comportamentos de riscos.

³ OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório sobre a Saúde no Mundo 2001 - Saúde Mental: Nova Concepção, Nova Esperança**. OMS, Genebra, 2001.

⁴ BRASIL, República Federativa do. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

O objetivo deste estudo foi realizar um levantamento sobre o uso de drogas psicotrópicas em 05 unidades da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande.

Os procedimentos metodológicos caracterizam-se em uma pesquisa de campo com abordagem quantitativa e qualitativa de caráter descritivo comparativo com interesse em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los quantitativamente.

A pesquisa com levantamento de dados foi realizada na cidade de Cuiabá e Várzea Grande - MT, durante o mês de abril de 2011, estudando o uso de drogas psicotrópicas pelos policiais militares lotados na Companhia de Policiamento do Pedra 90, 1º, 3º, 4º e 9º Batalhão de Polícia Militar. Foi obtida uma amostragem de 237 policiais militares entrevistados em cinco unidades da PMMT, que conta com um universo total de 937 policiais.

A pesquisa foi estruturada com base em um questionário não identificado com questões objetivas e padronizadas, contendo perguntas sobre uso de drogas psicotrópicas, sexo e idade dos policiais selecionados para a pesquisa.

Todos os questionários foram realizados individualmente, somente após a explicação aos participantes da pesquisa sobre o propósito da coleta de informações, sendo dada a garantia de anonimato ao entrevistado, que se deu início ao trabalho.

Com os resultados obtidos foi possível realizar uma série de análises, usamos para isso a percentagem simples da estatística descritiva. Os resultados foram organizados em gráficos e tabelas. A discussão foi baseada na análise qualitativa.

O processamento das informações fez-se com base na classificação adotada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) com relação a: uso na vida (uso de pelo menos uma vez na vida), uso no ano (uso de pelo menos uma vez nos últimos 12 meses que antecederam a pesquisa), uso no mês (uso de pelo menos uma vez nos últimos trinta dias que antecederam a pesquisa).

1 DROGAS PSICOTRÓPICAS

O termo droga tem origem na palavra *drogg*, proveniente do holandês antigo e cujo significado é folha seca. Esta denominação é devido ao fato de, antigamente, quase todos os medicamentos utilizarem vegetais em sua composição. Atualmente, porém, o termo droga, segundo a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), “abrange qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento”.⁵

As drogas utilizadas para alterar o funcionamento cerebral, causando modificações no estado mental são chamadas drogas psicotrópicas. O termo psicotrópico é formado por duas palavras: psico e trópico. Psico está relacionado ao psiquismo, que envolve as funções do sistema nervoso central; e trópico significa em direção a. Drogas psicotrópicas, portanto, são aquelas que atuam sobre o cérebro, alterando de alguma forma o psiquismo. Por essa razão, são também conhecidas como substâncias psicoativas.

As drogas psicotrópicas dividem-se em três grupos: depressoras, estimulantes e perturbadoras.

1.1 DROGAS DEPRESSORAS

1.1.1 ÁLCOOL ETÍLICO - ETANOL

⁵ OBID. OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS. **Informações sobre droga:** definição e histórico. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php#definicao>>. Acessado em: 01 de jun. de 2011.

Conforme Cataldo Neto o álcool etílico “é uma substância depressora do Sistema Nervoso Central, se origina da fermentação de carboidratos”.⁶

Segundo Cataldo Neto, “o Sistema Nervoso Central (SNC) é o órgão mais rapidamente afetado pelo álcool, sua intoxicação produz sedação, diminuição da ansiedade, fala pastosa, ataxia, prejuízo da capacidade de julgamento e desinibição do comportamento”.⁷

Ainda relata o autor que, “estas alterações dependem de vários fatores, como a dose ingerida, a velocidade de absorção, o peso, a genética do indivíduo e o desenvolvimento de tolerância”.⁸

1.1.2 BENZODIAZEPÍNICOS

Os benzodiazepínicos são medicamentos que têm a propriedade de atuar quase que exclusivamente sobre a ansiedade e tensão, sendo, por esse motivo, denominados ansiolíticos.

De acordo com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), “todos os benzodiazepínicos são capazes de estimular os mecanismos do cérebro que normalmente combatem estados de tensão e ansiedade”.⁹

Ainda relata que:

Devido às tensões do dia-a-dia ou por causas mais sérias, determinadas áreas do cérebro funcionam exageradamente, resultando em estado de ansiedade, os benzodiazepínicos exercem um efeito contrário, isto é, inibem os mecanismos que

⁶ CATALDO NETO, Alfredo. **Psiquiatria para estudantes de medicina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 338.

⁷ CATALDO NETO, Alfredo, op., cit., p. 335.

⁸ Idem.

⁹ CEBRID. CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. **Drogas psicotrópicas**. 5 ed. Brasília: SENAD, 2010. Disponível em: <[http:// www.cebrid.epm.br](http://www.cebrid.epm.br)> Acessado em: 01 de jun. de 2011.

estavam hiperfuncionantes, e a pessoa fica mais tranquila, como que desligada do meio ambiente e dos estímulos externos.¹⁰

1.1.3 BARBITÚRICOS

Os barbituricos são chamados de hipnóticos, pois têm a propriedade de induzir ao sono (também chamados de soníferos). Segundo Sobrinho “essas drogas foram desenvolvidas para o tratamento de insônia, ansiedade, tensão e epilepsia, sendo algumas usadas como anestésicos”.¹¹

Ainda de acordo com Sobrinho, “o uso frequente, dos barbitúricos provocam rápida tolerância, grave dependência e severa síndrome de abstinência, incluindo convulsões”.¹²

1.2 DROGAS ESTIMULANTES

1.2.1 COCAÍNA

Conforme Cataldo Neto “a cocaína é uma substância psico-estimulante extraída das folhas de uma planta ‘Erythroxylum coca’, originária da América do Sul”.¹³ Cataldo Neto diz ainda que, “os efeitos mais relevantes da cocaína situam-se no sistema nervoso central, uma vez que promove ações estimulantes responsáveis pela instalação da dependência”.¹⁴

Segundo o site anti drogas:

¹⁰ CEBRID. CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. **Drogas psicotrópicas**. 5 ed. Brasília: SENAD, 2010. Disponível em: <[http:// www.cebrid.epm.br](http://www.cebrid.epm.br)> Acessado em: 01 de jun. de 2011.

¹¹ SOBRINHO, Luiz Sergio Torre; GRISSOLIA, Cíntia Ayres. **Viva livre das drogas**. Porto Alegre: Age, 2000, p. 31.

¹² Idem.

¹³ CATALDO NETO, Alfredo, op., cit., p. 342.

¹⁴ Idem.

A cocaína é uma das drogas ilegais mais consumidas no mundo, ela é um psicotrópico, pois age no sistema nervoso central, isto é, sua atuação é no cérebro e na medula espinhal, exatamente nos órgãos que comandam os pensamentos e as ações das pessoas.¹⁵

Segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas:

A cocaína também pode ser encontrada sob a forma de base, conhecida como crack e merla (mela, mel ou melado), que por serem pouco solúveis em água, mas se volatilizarem quando aquecidas, são fumadas em “cachimbos” ou cigarros de tabaco ou maconha.¹⁶

1.2.2 TABACO: NICOTINA – CIGARRO

Segundo Roeder “a nicotina é uma substância estimulante do sistema nervoso, encontrada nas folhas da planta *Nicotiana tabacum*, que é conhecida popularmente como tabaco”.¹⁷ Segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), o tabaco, pode ser usado de diferentes formas: “inalado por meio de cigarro, charuto, cigarro de palha e cachimbo; aspirado por meio de rapé; mascado por meio de fumo-de-roló”.¹⁸ Todas as formas de consumo geram algum tipo de prejuízo ao organismo do usuário.

1.2.3 ANFETAMINA

Para De Paula, “anfetaminas são drogas sintéticas, isso é, obtidas em laboratórios através de reações químicas, que possuem poderosa ação estimulante sobre o sistema nervoso central e podem ser utilizadas para tirar o sono ou como

¹⁵ ANTI DROGAS. **Cocaína**. Disponível em: <<http://www.antidrogas.com.br/cocaina.php>> Acessado em: 09 de ago. 2011.

¹⁶ ANTI DROGAS. **Cocaína**. Disponível em: <<http://www.antidrogas.com.br/cocaina.php>> Acessado em: 09 de ago. 2011.

¹⁷ ROEDER, Maika Arno. **Atividade física, saúde mental e qualidade de vida**. Rio de Janeiro: Shape, 2003, p. 58.

¹⁸ OBID. OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS. **Informações sobre droga:** definição e histórico. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php#definicao>>. Acessado em: 01 de jun. de 2011.

moderadores de apetite”.¹⁹ Segundo Sielski as “anfetaminas também são conhecidas como ‘Rebite’ especificamente entre os motoristas que trabalham à noite, pois a droga ‘prega’ (=rebite) o condutor ao volante, impedindo-o de dormir”.²⁰

Segundo informações do CEBRID:

As anfetaminas agem de maneira ampla afetando vários comportamentos do ser humano. A pessoa sob sua ação tem insônia (isto é, fica com menos sono), inapetência (perde o apetite), sente-se cheia de energia e fala mais rápido, ficando “ligada”.²¹

1.3 DROGAS PERTURBADORAS

1.3.1 MACONHA

Segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), “a maconha (haxixe, erva, baseado) é o nome dado a uma planta conhecida cientificamente como *Cannabis sativa*”.²²

Os efeitos provocados pelo THC no sistema nervoso central dependem da dose consumida, da experiência, da expectativa e do ambiente. Os efeitos esperados são: “leve estado de euforia, relaxamento, melhora da percepção para música, paladar e sexo, prolonga a percepção de tempo, risos imotivados, devaneios e fica mais falante”.²³

¹⁹ DE PAULA, Wilson Kraemer; PIRES, Gisele de Souza Paula. **Viver livre das drogas: tudo que você precisa saber sobre o uso de drogas e sua prevenção.** Florianópolis: Letras Brasileiras, 2002, p. 49.

²⁰ SIELSKI, Fernando. **Filhos que usam drogas: guia para os pais.** Curitiba: Adrenalina, 1999, p. 48.

²¹ CEBRID. CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. **Drogas psicotrópicas.** 5 ed. Brasília: SENAD, 2010. Disponível em: <<http://www.cebrid.epm.br>> Acessado em: 01 de jun. de 2011.

²² OBID. OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS. **Informações sobre droga:** definição e histórico. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php#definicao>>. Acessado em: 01 de jun. de 2011.

²³ Idem.

Esse psicotrópico, quando usado regularmente, traz problemas cognitivos como o prejuízo na memória e na habilidade de resolver problemas, comprometendo seu rendimento intelectual. Pode gerar a síndrome amotivacional, caracterizada por problemas de atenção e motivação.

1.3.2 ALUCINÓGINO SINTÉTICOS

Segundo o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, “perturbadores ou alucinógenos sintéticos são substâncias fabricadas (sintetizadas) em laboratório, não sendo, portanto, de origem natural, e que são capazes de provocar alucinações no ser humano”.²⁴

A MDMA (3,4 metilenodioxometanfetamina), conhecida popularmente como êxtase, e por outros nomes populares como: “MDMA, A, E, I X, XTC e ADAM, pílula do amor, bala, etc é uma outra droga do grupo dos alucinógenos sintéticos”.²⁵

Conforme o OBID, “a droga apresenta efeitos semelhantes aos estimulantes do sistema nervoso central (agitação), bem como efeitos perturbadores (mudança da percepção da realidade)”.²⁶ Seus efeitos mais marcantes são “a sensação de melhora nas relações entre as pessoas, o desejo de se comunicar, melhora na percepção musical e aumento da percepção das cores”.²⁷

Os dados apresentados a seguir são resultado do levantamento de informações relacionadas ao uso de drogas psicotrópicas, entre os policiais militares

²⁴ CEBRID. CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. **Drogas psicotrópicas**. 5 ed. Brasília: SENAD, 2010. p. 53. Disponível em: <[http:// www.cebrid.epm.br](http://www.cebrid.epm.br)> Acessado em: 01 de jun. de 2011.

²⁵ OBID. OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS. **Informações sobre droga:** definição e histórico. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php#definicao>>. Acessado em: 01 de jun. de 2011.

²⁶ Idem.

²⁷ OBID. OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS. **Informações sobre droga:** definição e histórico. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php#definicao>>. Acessado em: 01 de jun. de 2011.

do Estado do Mato Grosso. Compilamos o relato dos policiais como verdadeiros para o uso de tais drogas, uma vez que o método empregado para a coleta dos dados assegurava o anonimato e teve baixo índice de rejeição.

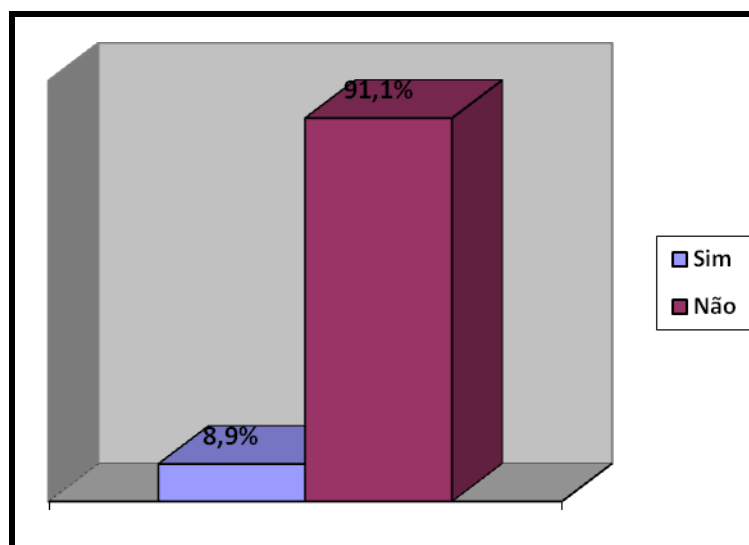
Dos 237 policiais militares que responderam ao questionário, 41 (17,3%) correspondem ao sexo feminino, 196 (82,7%) ao sexo masculino. O perfil dos entrevistados correspondeu à faixa de idade entre 20 a 47 anos, a maior concentração entre 26 e 34 anos. (Tabela 1).

Tabela 1
Distribuição dos participantes que responderam o questionário

Faixas Etárias (anos)	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino		N	%
	N	%	N	%		
20 - 25	20	8,4	3	1,3	23	9,7
26 - 34	94	39,7	32	13,5	126	53,2
> de 34	82	34,6	6	2,5	88	37,1
Total	196	82,7	41	17,3	237	100

Fonte: Originado da pesquisa

A figura 1 mostra o 'uso na vida' de qualquer droga psicotrópica, exceto tabaco e álcool que serão mostrados separadamente por terem outro perfil de uso, ou seja, são drogas legalizadas. Dos 237 policiais militares entrevistados apenas 8,9% disseram ter feito uso de algum tipo de droga psicotrópica, o que corresponde a uma população de 21 policiais.



Fonte: Originado da pesquisa

Figura 1 - Uso na vida de diferentes drogas psicotrópicas (exceto álcool e tabaco), nas 5 unidades da polícia militar de Cuiabá e Várzea Grande

Segundo uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com 1,3 mil policiais civis e militares o envolvimento de PMs com o álcool e drogas ilícitas está diretamente ligado ao estresse da profissão, à falta de condições de trabalho e aos baixos salários. Segundo a coordenadora científica do estudo, Maria Cecília Minayo, “o policial está mais propenso ao uso dessas substâncias do que outros profissionais”.²⁸

Para Robson Souza (2009) as possíveis causas da dependência de substâncias psicoativas entre policiais militares estão entre os “problemas conjugais, familiares, círculo de amizade com uso substâncias psicoativas, consumismo, individualismo e problemas psiquiátrico”.²⁹

²⁸ MINAYO, Maria Cecília. **PMs usam drogas por estresse, diz pesquisa**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br>> Acessado em: 10 de jul. de 2011.

²⁹ SOUZA, Robson. **A representação social dos policiais militares da Bahia: dependentes de substâncias psicoativas**. Disponível em: <https://blog.ufba.br/twiki/bin/viewfile/PROGESP/Formacao3?rev=&filename=A_representa%E7%E3o_social_dos_policiais_militares_da_bahia.pdf> acesso em: 20 de ago. 2011.

Maria Helena dos Santos, psicóloga da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, em 2009, em um estudo realizado com 45 policiais, constatou que “o uso de drogas lícitas ou ilícitas é como forma de alívio do estresse”. De acordo com a pesquisa, “70% dos profissionais entrevistados responderam que faziam uso de substâncias psicoativas para o alívio das tensões ou sofrimentos”.³⁰

Em relação aos dados sobre a prevalência do uso na vida de qualquer droga psicotrópica verificou-se que 8,9% dos entrevistados já usaram algum tipo de droga, o que corresponde a uma população estimada de aproximadamente 21 policiais, excluindo-se da análise o álcool e o tabaco. As porcentagens de uso na vida das drogas foram as seguintes: em primeiro lugar aparece a maconha (4,6%), seguida de cocaína (1,7%), Benzodiazepínicos (1,3%), barbitúricos e alucinógenos com (0,8%), e os orexígenos, estimulantes e xaropes (codeína) aparecem com um uso menos expressivo (0,4%). Outros (2,1%) afirmaram ter experimentado outros tipos de drogas. (Tabela 2).

Tabela 2

Prevalência do ‘uso na vida’ de droga psicotrópica

Droga	%
Maconha	4,6
Outras drogas	2,1
Cocaína	1,7
Benzodiazepínicos	1,3
Barbitúricos	0,8
Alucinógenos	0,8
Orexígenos	0,4
Estimulantes	0,4
Xaropes (codeína)	0,4

Fonte: Originado da pesquisa

³⁰ PORTAL COMUNIDADE SEGURA. **Mato Grosso terá estudo sobre estresse policial.** Disponível em: < <http://www.comunidadessegura.org/pt-br/MATERIA-mato-grosso-tera-estudo-sobre-estresse-policial> > acesso em: 20 de ago. 2011.

Este dado é inferior ao encontrado por Sérgio Henrique Nascente Costa (2009), em um estudo realizado, para verificar a prevalência do uso de drogas psicotrópicas por membros da Polícia Militar no Estado de Goiás, cujos resultados obtidos a partir da aplicação do questionário em 221 sujeitos foram: “uso na vida – maconha (8,1%); cocaína (1,8%); estimulantes (7,2%); solventes (10%); sedativos, ansiolíticos, antidepressivos (6,8%); LSD (0,54%)”.³¹

O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que a droga mais consumida no Brasil é a “maconha por ser mais barata que outras drogas e ter, segundo o estudo, uma rede de distribuição eficiente”.³² O relatório também revela que um terço de toda a cocaína produzida na América do Sul tem como destino o mercado brasileiro, são estimados cerca de 900 mil usuários. Explica o delegado da Polícia Federal Márcio Nunes que devido “a posição geográfica do Brasil, estar ao lado de países vizinhos onde ocorre plantio de arbusto que fornece a folha de coca e também de maconha, facilita a questão da entrada de drogas”.³³

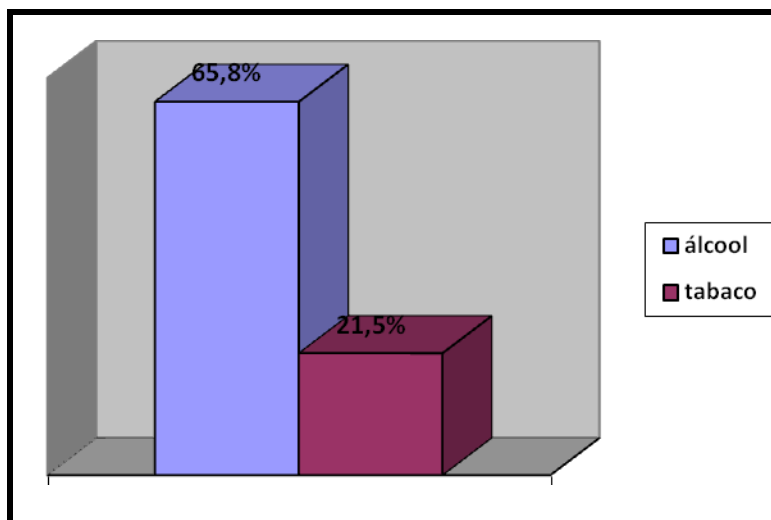
A figura 2 mostra as porcentagens e a população estimada que fez uso na vida de álcool e tabaco. Nota-se que cerca de 65,8% dos entrevistados já fizeram uso na vida de álcool, mas no total da amostra apenas 21,5% experimentou cigarros, sendo assim, o álcool foi considerada a droga mais usada por policiais militares. “Um estudo realizado na Polícia Militar no Estado de Goiás referente ao uso de drogas lícitas apresentou o percentual de tabaco (39,9%) e álcool (87,8%)”.³⁴

³¹ COSTA, Sérgio Henrique Nascente. **Uso de Drogas Psicotrópicas por Policiais Militares de Goiânia e Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil**. Tese doutorado. Universidade Federal de Goiás - Pós-graduação em Ciências da Saúde. UFG, 2009, p. 14.

³² BOM DIA BRASIL. **Maconha é a droga mais consumida no Brasil, aponta relatório da ONU**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/06/droga-mais-consumida-no-brasil-e-maconha-aponta-relatorio-da-onu.html>> Acesso em: 20 de ago. 2011.

³³ BOM DIA BRASIL. **Maconha é a droga mais consumida no Brasil, aponta relatório da ONU**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/06/droga-mais-consumida-no-brasil-e-maconha-aponta-relatorio-da-onu.html>> Acesso em: 20 de ago. 2011.

³⁴ COSTA, Sérgio Henrique Nascente. op. cit., p. 14.



Fonte: Originado da pesquisa

Figura 2 - Percentual de uso *na vida* de bebidas alcoólicas e tabaco

Nos dias de hoje, há um intenso conteúdo emocional e apelo na mídia que levam as pessoas a fazerem uso de bebidas e cigarros. Há uma grande falta de controle na regulamentação das propagandas de substâncias psicoativas de maior circulação social e, inclusive, de maior relevância no âmbito de saúde pública, como é o caso do álcool. Bastos ressalta “a incoerência da mídia que dá ênfase à lição moral e pânico quando aborda o consumo das drogas ilícitas e se omite quanto aos danos relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas e cigarros”.³⁵

A tabela 3 mostra a proporção de indivíduos que relataram ter consumido algum tipo de droga psicotrópica pelo menos uma vez na vida, pelo menos uma vez nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias que antecederam a pesquisa.

O uso de drogas psicotrópicas nos últimos 12 meses que antecederam a pesquisa foi de (70,58%) no total, e de (50,38%) nos últimos 30 dias. Essas porcentagens são inferiores às prevalências observadas em um estudo realizado por Costa em 2009, para verificar a prevalência do uso de drogas lícitas por membros da Polícia Militar no Estado de Goiás, onde apresentou o percentual de uso no último

³⁵ BASTOS, F.I.; CARLINI-COTRIM. **O consumo de substâncias psicoativas entre jovens brasileiros: dados, danos e algumas propostas.** In: Comissão Nacional de população em desenvolvimento. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.* Brasília: CNPD, 1998.

ano: “tabaco (15,4%); álcool (72,9%); drogas ilícitas (10,5%)”.³⁶ O estudo avaliou o uso das drogas nos últimos 30 dias que antecedeu a pesquisa, cujo percentual foi: “tabaco (14,5%); álcool (57,5%); drogas ilícitas (9,2%)”.³⁷

Tabela 3

Comparativo do uso de drogas nos três períodos (vida, ano e mês)

Droga	Uso na vida	Uso nos últimos 12 meses (%)	Uso nos últimos 30 dias (%)
Álcool	65,8	57,8	38,4
Tabaco	21,5	12,7	11,9
Drogas ilícitas	8,9	0,8	0,8

Fonte: Originado da pesquisa

As drogas lícitas são as mais consumidas devido serem produzidas e comercializadas sem problema algum. Apesar de trazerem prejuízos aos órgãos do corpo são liberadas por lei e aceitas pela sociedade.

Numa pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde notou-se “quão grande é o mercado das drogas permitidas, pois essas promovem maior necessidade ao usuário e maior custo, já que são encontradas em todos os bairros espalhados pelas cidades”.³⁸

Quanto às drogas lícitas utilizadas pelos policiais, encontramos a ocorrência no uso do álcool, principalmente por ser uma substância lícita, está presente em quase todas as culturas e participa do cotidiano e de vários rituais da humanidade.

O álcool é uma das poucas drogas psicotrópicas que tem seu consumo admitido e até incentivado pela sociedade. Esse é um dos motivos pelos quais ele é encarado de forma diferenciada, quando comparado com as demais drogas. Apesar

³⁶ COSTA, Sérgio Henrique Nascente. op. cit., p. 14.

³⁷ Idem.

³⁸ CABRAL, Gabriela. **Drogas lícitas**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/drogas/drogas-licitas.htm>> Acesso em: 07 de out. 2011.

de sua ampla aceitação social, o consumo de bebidas alcoólicas, quando excessivo, passa a ser um problema.

Além dos inúmeros acidentes de trânsito e da violência associada a episódios de embriaguez, o consumo de álcool a longo prazo, dependendo da dose, frequência e circunstâncias, pode provocar um quadro de dependência conhecido como alcoolismo. De acordo com o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), “o consumo inadequado do álcool é um importante problema de saúde pública, especialmente nas sociedades ocidentais, acarretando custos para a sociedade e envolvendo questões médicas, psicológicas, profissionais e familiares”.³⁹

Com relação às drogas ilícitas, a maconha foi a droga mais consumida pelos policiais militares. É quase certo que o motivo para um maior número de usuários utilizarem a maconha se dá por ser uma droga mais fraca, que prejudique menos o organismo, não comprometendo de forma acentuada seu desempenho no dia-a-dia, sendo uma droga mais barata e de fácil acesso, o que também favorece o seu uso.

Ficou evidenciado que o uso de drogas psicotrópicas dentro das Unidades da Polícia Militar de Mato Grosso foi diminuído significativamente comparando o uso de drogas nos três períodos (vida, ano e mês).

Segundo Jedrzejczak (2002 apud COSTA, 2009) estudos realizados em instituições militares de outros países,

Demonstram que o uso de drogas psicotrópicas é uma situação preocupante, responsável por transtornos graves tanto no local de trabalho como no ambiente familiar e que merecem atenção especial, por meio da implementação de programas e/ou políticas de prevenção para dissuadir o uso de drogas.⁴⁰

Diante de todos os resultados acima expostos, analisados e discutidos,

³⁹ OBID. OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS. **Informações sobre droga:** definição e histórico. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php#definicao>>. Acessado em: 01 de jun. de 2011.

⁴⁰ COSTA, Sérgio Henrique Nascente. op., cit., p. 112.

observa-se que a nossa pesquisa, na verdade, revelam uma realidade amostral que caracteriza um pouco a dependência de drogas no âmbito da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso.

É importante ressaltar que os resultados obtidos foram através da aplicação de questionário com questões objetivas e padronizadas respondidas pelos policiais militares. Os dados reunidos em uma pesquisa dessa natureza são muito complexos, pois permitem o cruzamento de muitas variáveis.

Ficou evidenciado que não são feitos acompanhamentos dos policiais militares usuários de substâncias psicoativas dentro da Polícia Militar de Mato Grosso. O que temos é um grupo de Apoio ao dependente químico, que tem como parceiros o Grupo de Alcoólicos Anônimos, CAPS – Centro de Atenção Psicossocial.

O grupo é destinado aos militares, policiais civis e agentes prisionais e também atende a comunidade externa. Atualmente temos 07 (sete) pacientes em atendimento, sendo 05 (cinco) policiais militares e 02 bombeiros. Entre outros o grupo atende dependentes emocionais e depressivos.

A demanda é espontânea e também encaminhada pelo Serviço de Assistência Social ao Policial Militar (SAS). O SAS, é um setor vinculado ao Comando Geral Adjunto PMMT, criado fundamentalmente para prestar assistência social básica aos policiais militares advindos do interior para resolver problemas funcionais e/ou de saúde em Cuiabá, como por exemplo intermediações de passagens; apoio de viaturas aos policiais e seus dependentes, aos locais necessários; agendamento de consultas e outros.

O SAS atualmente não tem nenhum projeto interno voltado para tratamento de alcoolistas ou drogadictos, os pacientes são encaminhados de acordo com a sua necessidade para outras entidades especializadas. O que temos são parcerias com algumas comunidades terapêuticas para alcoolistas e drogadictos, conseguindo descontos para os policiais militares que fazem uso de substâncias psicoativas.

CONCLUSÃO

Os dados encontrados neste trabalho demonstraram que o uso de drogas psicotrópicas na PMMT assemelha-se de maneira geral as tendências dos dados de outros estudos brasileiros e internacionais relatados na literatura científica.

É evidente que o consumo de drogas psicotrópicas por membros da PMMT, embora semelhante à de outros estudos, mostra que estes profissionais estão sujeitos a riscos de se tornarem usuários de drogas lícitas e ilícitas e alerta em relação à necessidade de implantação de políticas específicas de controle ao consumo de drogas nas corporações militares, uma vez que seus profissionais lidam a todo o momento com situações de estresse e necessitam de constante concentração e equilíbrio no desempenho das suas funções.

Os policiais militares pesquisados apresentaram um elevado índice de consumo de drogas psicotrópicas. Conclui-se que a profissão policial é uma das mais desgastantes, pois são profissionais que vivenciam dia a dia situações de conflito, violência, mortes e estão em contato diário com entorpecentes. O uso de drogas lícitas e ilícitas são formas de extravasar essa tensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTI DROGAS. **Cocaína.** Disponível em: <<http://www.antidrogas.com.br/cocaina.php>> Acessado em: 09 de ago. 2011.

BASTOS, F.I.; CARLINI-COTRIM. **O consumo de substâncias psicoativas entre jovens brasileiros: dados, danos e algumas propostas.** In: Comissão Nacional de população em desenvolvimento. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.* Brasília: CNPD, 1998.

BOM DIA BRASIL. **Maconha é a droga mais consumida no Brasil, aponta relatório da ONU.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/06/droga-mais-consumida-no-brasil-e-maconha-aponta-relatorio-da-onu.html>> Acesso em: 20 de ago. 2011.

BRASIL, República Federativa do. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CABRAL, Gabriela. **Drogas lícitas.** Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/drogas/drogas-licitas.htm>> Acesso em: 07 de out. 2011.

CATALDO NETO, Alfredo. **Psiquiatria para estudantes de medicina.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CEBRID. CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. **Drogas psicotrópicas.** 5 ed. Brasília: SENAD, 2010. Disponível em: <<http://www.cebrid.epm.br>> Acessado em: 01 de jun. de 2011.

COSTA, Sérgio Henrique Nascente. **Uso de Drogas Psicotrópicas por Policiais Militares de Goiânia e Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil.** Tese doutorado. Universidade Federal de Goiás - Pós-graduação em Ciências da Saúde. UFG, 2009.

DE PAULA, Wilson Kraemer; PIRES, Gisele de Souza Paula. **Viver livre das drogas:** tudo que você precisa saber sobre o uso de drogas e sua prevenção. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2002.

MINAYO, Maria Cecília. **PMs usam drogas por estresse, diz pesquisa.** Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br>> Acessado em: 10 de jul. de 2011.

OBID. OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS. **Informações sobre droga:** definição e histórico. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php#definicao>>. Acessado em: 01 de jun. de 2011.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório sobre a Saúde no Mundo 2001 - Saúde Mental: Nova Concepção, Nova Esperança.** OMS, Genebra, 2001.

PORTAL COMUNIDADE SEGURA. **Mato Grosso terá estudo sobre estresse policial.** Disponível em: <<http://www.comunidadesegura.org/pt-br/MATERIA-mato-grosso-tera-estudo-sobre-estresse-policial>> acesso em: 20 de ago. 2011.

ROEDER, Maika Arno. **Atividade física, saúde mental e qualidade de vida**. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

SIELSKI, Fernando. **Filhos que usam drogas**: guia para os pais. Curitiba: Adrenalina, 1999.

SOBRINHO, Luiz Sergio Torre; GRISSOLIA, Cíntia Ayres. **Viva livre das drogas**. Porto Alegre: Age, 2000.

SOUZA, Robson. **A representação social dos policiais militares da Bahia: dependentes de substâncias psicoativas**. Disponível em: <https://blog.ufba.br/twiki/bin/viewfile/PROGESP/Formacao3?rev=&filename=A_representa%E7%E3o_social_dos_policiais_militares_da_bahia.pdf> acesso em: 20 de ago. 2011.

USO DE ARMAS E MUNIÇÕES NÃO LETAIS NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL DO ESTADO DE MATO GROSSO COM ÊNFASE A COPA 2014

Sergio Alves Ribeiro Padilha¹
Airton Benedito Siqueira Junior²

RESUMO

Este artigo propõe avaliar a utilização de armas e munições não letais, em possíveis desordens pública nos estádios de Futebol no estado de Mato Grosso com ênfase a Copa 2014, sua forma correta de emprego, bem como as implicações que as mesmas trazem com o seu emprego incorreto, pois todas, de alguma forma, podem causar lesões, devendo ser aplicadas de forma técnica e com conhecimento do momento e meio em que serão inseridas. A metodologia utilizada foi a qualitativa e quantitativa, hipotético dedutivo e estruturalista. Tão fundamental quanto bem aplicar é saber quais armas e munições estão disponíveis para o emprego. Sendo assim o treinamento, planejamento e execução do policiamento nos estádios de futebol são de fundamental importância para o emprego dessas armas.

Palavras-chaves: *Armas e Munições Não Letais - Estádios de Futebol - Polícia Militar de Mato Grosso.*

ABSTRACT

This article proposes to assess the use of arms and non-lethal ammunition, in possible disorders in the public Football stadiums in the state of Mato Grosso with emphasis on 2014 World Cup, his job correctly, as well as implications that they bring to their employment incorrect because, all in some way, can cause injuries, should be applied with technical and knowledge of time and a half that will be inserted. The methodology used was qualitative and quantitative, hypothetical deductive and structuralist. So fundamental is applied as well to know what weapons and ammunition are available for employment. Thus the training, planning and execution of policing in the stages of Football is of fundamental importance for employment these weapons.

Keywords: *Weapons and Ammunition Non-Lethal - Stadiums Football - Military Police of Mato Grosso.*

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Acadêmico do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) – APMCV, Bacharel em Segurança Pública.

² Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Segurança Pública, Especialista em Segurança Pública.

INTRODUÇÃO

No ano de 2014 o Brasil realizará a Copa Mundial de Futebol, maior evento desportivo do planeta, acontecimento considerado pelos especialistas e grandes empreendedores como o maior evento de negócios do mundo. O Estado de Mato Grosso após um processo acirrado de seleção foi escolhido como uma das cidades sedes para realização dos jogos, uma vez que os projetos apresentados atenderam satisfatoriamente as principais preocupações da FIFA para o pleno sucesso do evento: **Proteção, Segurança, Infraestrutura e Mobilidade Urbana**. Os investimentos para atender as condições preestabelecidas, sob todos os aspectos, devem contemplar adequadamente todos os setores envolvidos, principalmente a Segurança Pública, uma vez que a cobertura dos jogos e todos os fatos serão transmitidos para todas as nações em tempo real, criando assim um cenário intolerante a cometimento de equívocos, situação desde já observada nos jogos ocorridos nos campeonatos estaduais das cidades sedes.

O Futebol como prática esportiva na Capital Estado nos últimos anos não tem atraído grande público, motivando em muitas ocasiões o emprego de policiamento improvisado, realizado com efetivo destinado ao serviço diário o que aumenta o risco do emprego indiscriminado das armas e munições não letais para dar incremento à supremacia da força.

Diante à possibilidade de emprego da Polícia Militar em tumultos nos estádios de futebol, recai assim os seguintes questionamentos: a Polícia Militar esta preparada para emprego em policiamento de práticas desportivas (futebol)? Utiliza com razoabilidade armas e munições não letais nas atividades de Controle de Distúrbios Cíveis nos Estádios de Futebol? Há treinamento contínuo para emprego do policiamento em Estádio de Futebol?

Sendo assim o objetivo deste artigo é avaliar a utilização das armas e munições não letais nos estádios de futebol, identificando o prejuízo causado pelo

uso incorreto dessa força não letal, e ainda se estão recebendo treinamento para utilizarem adequadamente.

O procedimento metodológico utilizado foi a qualitativa e quantitativa através de pesquisa de campo, hipotético dedutivo, pois parte de um conhecimento prévio existente para propostas regulamentadora e estruturalista pois visa mudanças institucionais.

Esta pesquisa tem grande importância tanto no âmbito interno da Polícia Militar, bem como para a sociedade de um modo geral. Atualmente, o uso de armas e munições não letais por policiais militares, visa não somente a garantia da sua própria integridade física, mas também, dar uma resposta aos anseios da sociedade, visando minimizar a utilização de força física, nos momentos em que grupos de pessoas venham ofender os direitos e garantias fundamentais assegurados na lei.

CONCEITUAÇÃO DE ARMAS NÃO LETAIS.

Nas últimas décadas houve um constante desenvolvimento das armas letais, havendo também uma evolução desses estudos, visando à busca por equipamentos que sejam mais efetivos, porém não provoquem mortes, as denominadas armas não letais.

Uma conceituação das armas não letais é apresentada por ALEXANDER, que diz o seguinte:

As armas não letais são concebidas e empregadas tanto para incapacitar pessoal como material, enquanto minimizam o risco de mortes e danos indesejados a instalações e ao meio ambiente. Contrariamente às armas que destroem permanentemente alvos através de explosão, as armas não letais permitem que os efeitos sejam reversíveis nos alvos e/ou possibilitem a discriminação entre alvos e não alvos na área de impacto.³

³ ALEXANDER, John B. **Armas não-letais: Alternativas para os conflitos do século XXI**. Tradução de José Magalhães de Souza. Rio de Janeiro: Welser-Itage/Condor, 2003, p. 35.

Desse modo essa definição dá ênfase aos efeitos reversíveis desses tipos de armas. Todavia em se tratando de sua aplicação, as armas não letais:

Não representam o material em si, mas as técnicas voltadas para o modo como elas são empregadas. Entretanto não fica descartada a possibilidade de uma arma não letal causar uma letalidade, por incidentes relativos à má utilização, devido ao desconhecimento do seu manuseio e falta de treinamento. Portanto as tecnologias não letais seriam um conjunto de conhecimentos e princípios científicos utilizados na produção e emprego de equipamentos não letal.⁴

Portanto para Nascimento, “independente dos tipos de armas, experiência tem demonstrado que os agentes tidos como não letais, se mal empregados, podem gerar a letalidade ou não produzir o efeito desejado”.⁵

ARMAS E MUNICOES NÃO LETAIS UTILIZADOS NA PMMT

Várias são as armas não letais utilizadas pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, sendo as mais utilizadas em controle de distúrbios civis, conhecidas como agentes químicos não letais (Granadas Lacrimogêneas e Explosivas com carga mista) e as munições de impacto controlado (Elastômero).

A Granadas de gás lacrimogêneo são empregadas nas operações de controle de distúrbios civis e combate à criminalidade.

O agente lacrimogêneo, por ser um material com características químicas agressivas, deve ser utilizado em concentrações adequadas por profissionais treinados, em locais abertos e arejados, que permitam a descontaminação após ação policial; exceto, em operações de combate à criminalidade onde haja a

⁴ NASCIMENTO, Josebel Silveira. **A difusão da doutrina de gerenciamento de situações policiais críticas, perante as unidades operacionais da Polícia Militar em São Luiz do Maranhão**. São Luiz, 2003. p. 91. (Monografia apresentada na Universidade Estadual do Maranhão).

⁵ Idem. p. 89

necessidade de desalojar agressores em ambientes fechados (como por exemplo: residências, galerias, celas, penitenciárias, presídios, etc).⁶

As granadas explosivas de Efeito Moral são empregadas em operações de controle de distúrbios e adestramento de tropa. Possui grande efeito atordoante pela detonação da carga, sendo assim não devem ser utilizadas em ambientes confinados.

Possui seu corpo cilíndrico em material de borracha, sendo acionado pela retirada do pino de segurança. Com o lançamento e explosão, o corpo se fragmenta, portanto se utilizado a curta distância, pode causar lesões superficiais e não letais. A distância de segurança para todas elas, segundo o fabricante, é de um raio de 10 metros. O retardo destes tipos de granadas é de 2,5 s, o que possibilitam que estas sejam lançadas por cima ou por baixo, dependendo das circunstâncias do teatro de operações.⁷

As munições de impacto controlado são fabricadas em calibre 12 ou em calibre 38.1 mm, são projéteis de borracha (elastômero). Vários são os modelos das munições, sendo cada uma empregada para diferentes situações.

Importante destacar, que tais munições não são precisas, forçando que o policial direcione seu disparo sempre para baixo da linha da cintura. A distância do alvo também é importante, para não causar lesões graves, como também para que haja resultado eficiente, ou seja, acerto.

A distância de segurança entre o atirador e o alvo nunca poderá ser inferior a 20 metros e superior 50 metros, tanto para os cal 12 quanto 38,1 mm;
O tiro sempre deverá ser feito na direção das pernas.
Não realize o tiro direcionado para o chão, com intuito que este suba para o alvo, pois poderá atingir um resultado inesperado e negativo;
As munições de impacto controlado, inevitavelmente, trarão lesões, portanto, devem ser observadas sempre as prioridades de emprego dos meios.⁸

⁶ CONDOR, Tecnologias não letais. **Catálogo de Fichas Técnicas**. Disponível em: <<http://www.condornaletal.com.br>>. Acessado em: 18 de jun de 2011.

⁷ Idem.

⁸ CONDOR, Tecnologias não letais. **Catálogo de Fichas Técnicas**. Disponível em: <<http://www.condornaletal.com.br>> Acessado em: 18 de jun de 2011.

Desse modo, torna-se necessário que observemos uma série de requisitos que preencham as características da atividade de controle de tumultos. Sabemos que seria impossível que um único agente possa atender a todos os requisitos mas, ainda assim, os mesmos devem ser observados para que os requisitos que se encaixem de forma satisfatória aos objetivos pretendidos.

- a) segurança: é um critério primordial e prega que o agente não deve ser letal, independentemente de sua concentração.
- b) eficiência: o agente químico deve produzir ação fisiológica, sendo que essa deve se realizar em baixas concentrações; da mesma forma, o mesmo deve permitir a recuperação rápida da vítima, sem a permanência de qualquer resíduo, a partir do momento em que a pessoa for retirada da área que está contaminada pela ação do agente.
- c) aplicação: segundo esse critério, o agente químico deve ser aplicado em concentrações suficientes por sistema que estejam inseridos dentro dos requisitos policiais exigidos.
- d) não persistência: diz respeito ao tempo de duração da ação do agente químico, agente esse que não deve apresentar problemas para a descontaminação; a persistência depende de alguns fatores, a saber: a natureza, os métodos a serem utilizados na disseminação, o tempo e a área que foi contaminada.
- e) aceitabilidade: refere-se à tolerância do agente pelo público em geral. Esse critério possui grande peso na observação de todos os critérios, pois a resposta negativa de parte da comunidade a um determinado agente pode equilibrar a outra vantagem que o mesmo ofereça.⁹

Outro aspecto que devemos avaliar são as considerações táticas.

O planejamento para a utilização dos agentes de controle de distúrbios e armas munição menos que letal, deve ser um processo continuado e os resultados devem ser considerados no procedimento operacional padrão. Os procedimentos abaixo devem ser conhecidos do departamento de planejamento e todos servidores devem ser treinados na implementação do planejamento. O planejamento deve ser flexível o suficiente para permitir mudanças baseadas em formações específicas, porém deve abranger a maior quantidade de fatores, incluindo o seguinte:

- Tamanho e ações da manifestação (devem influenciar a decisão para uso);
- Rotas de escapes para manifestação (devem incluir uma rota controlada para a dispersão da manifestação)
- Controle da força (uso escalonado) – uso progressivo e proporcional da força
- Comando (ter uma estrutura de comando organizada);
- Consequências para o cidadão e comunidade; (a disseminação de agentes de controle podem ter consequências severas na comunidade)

⁹ ZUQUETTO, Waldir Contini. **Os agentes químicos utilizados pela Polícia Militar de São Paulo no controle de distúrbios civis**. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. São Paulo: CAES, 1987, p. 21.

- Primeiros socorros – todos os indivíduos incluindo membros da tropa podem necessitar atenção médica
- Concentração de letalidade – quando utilizada em ambiente fechados os agentes de controle podem concentrar em doses letais e o deslocamento de oxigênio pode criar um ambiente de perigo
- Estoque suficiente para a ação – considerações devem ser dadas a quantidade e tipo de agente de controle utilizadas baseado no tamanho da unidade e necessidade.¹⁰

A utilização das armas não letais foi regulamentada conforme o Código de Conduta para funcionários encarregados pela aplicação da lei, conforme o 8º Congresso da ONU Set/1990, Disposto no seu parágrafo 2º diz:

Os governos e entidades responsáveis pela aplicação da lei deverão preparar uma série tão ampla quanto possível de meios e equipar os responsáveis pela aplicação da lei com uma variedade de tipos de armas e munições que permitam o uso diferenciado da força e de armas de fogo. Tais providências deverão incluir aperfeiçoamento de armas incapacitantes Não Letais para uso nas situações adequadas, com o propósito de limitar cada vez mais a aplicação de meios capazes de causar morte ou ferimentos as pessoas.

§ 13º diz “Ao dispersar grupos ilegais, mas não violentos, os responsáveis pela aplicação da lei deverão evitar o uso da força, ou quando tal não for possível, deverão restringir tal força ao mínimo necessário”.¹¹

Com o advento das armas não letais houve uma expectativa por parte da sociedade, dentre elas o respeito aos Direitos Humanos, a preservação a integridade física dos agentes da lei, a manutenção da Ordem Pública, a preservação do patrimônio público e privado, a aplicação da força de forma gradual, agindo assim de acordo com a lei e respeitando direitos humanos – ONU, obtendo com isso o reconhecimento da opinião pública.

As armas não letais já obtiveram grandes sucessos em diversas ocorrências principalmente envolvendo marginais, como as rebeliões em presídio, prisão de

¹⁰ U.S DEPARTAMENT OF HOMELAND SECURITY. **Riot Control Agents and Less Lethal Munitions**. Managing Civil Action in threat incidents. Tradução de Alessandro de Souza Soares. Cuiabá, MT. 2007, Pag 9-11

¹¹ ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios básicos sobre uso da força e armas de fogo – PBUFAF**, 1990. Disponível em <<http://un.org>>. Acessado em 12 de jun 2011.

terrorista, até mesmo nas reintegrações de posse, porém se não utilizadas da forma correta conforme os requisitos legais poderão causar repúdio perante a opinião pública.

“para que as armas não letais sejam aceitas, é essencial um intenso treinamento. Os soldados e seus comandantes devem incorporar esses sistemas nos exercícios de todos os níveis, desde o adestramento individual até os exercícios de Unidades, assim como inclui-los em jogo-de-guerra de alto nível e simulações”.¹²

Portanto os agentes responsáveis pelo emprego desses armamentos tem que ter conhecimento técnico sobre elas, visto que não existe 100% não letal, pois o conceito não letal não pode ser entendido como uma justificativa para o seu uso indiscriminado, mas sim, voltado às garantias constitucionais dos Direitos Humanos.

TUMULTOS NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL

As atitudes, os costumes e comportamentos tradicionalmente aceitos na sociedade, regem o padrão da boa conduta. Quando uma pessoa se encontra em meio a uma multidão em desordem, varias influências psicológicas tendem a diminuir o seu comportamento moral, ou muitas vezes, desaparecer por completo.

Quando analisamos as partidas de futebol percebemos que sempre existem uma presença massiva de público, havendo uma tendência maior de que situações de conflito aconteçam. Sob essa questão, REIS contribui para essa discussão, afirmando que:

As formas de violência observadas em estádios de futebol são similares as presentes em eventos de multidões, o que respalda a análise de que a violência não é fruto do futebol em si, mas está associada aos eventos futebolísticos por vários fatores, e, em nosso país, podemos dizer que há uma cultura do vínculo de uma relação quase simbiótica entre futebol e violência.¹³

¹² ALEXANDER, Jonh B. **Armas Não Letais: Alternativas para Conflitos do Século XXI**, Tradução de Jose Magalhaes de Souza. Rio de Janeiro: Welser-Itage. Condor. 2003. p. 35.

¹³ REIS, Heloisa Helena Baldy. **Futebol e sociedade: As manifestações da torcida**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1998. p. 117. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física.

Conforme já descrito as armas não letais se forem empregadas de forma incorreta podem ocasionar a morte, além de não produzir o efeito desejado. Citamos alguns casos ocorrido no Brasil e no mundo, onde o uso incorreto veio a causar sérias lesões e graves tragédias.

Durante a Intifada de outubro de 2000, 153 dos 595 feridos atendidos pelo centro médico Rambam, de Haifa, haviam sido atingidos por essa munição. Dois morreram devido às balas que penetraram o olho e atingiram o cérebro, outros dois ficaram cegos e um se tornou psicótico.

No Brasil, em 1999, uma bala de borracha tirou um olho de um carpinteiro da Novacap que participava de uma manifestação para cobrar o aumento de 28,86% prometido pelo governador Joaquim Roriz. Um fotógrafo do jornal Agora foi ferido da mesma maneira ao cobrir uma manifestação anti-Alca na Avenida Paulista, em 2000 e perdeu 90% da visão.

Na Irlanda do Norte, usam-se desde meados dos anos 70 as balas de plástico (PVC), mais precisas e supostamente menos perigosas. Ainda assim, já mataram 17 pessoas desde 1975, incluindo nove crianças e jovens de 10 a 17 anos. Centenas de pessoas ficaram seriamente feridas, paralisadas, cegas ou aleijadas.¹⁴

Desse modo as chamadas balas de borracha que são consideradas não letais, contudo podem cegar pessoas, quebrar ossos, podendo até mesmo causar a morte, quando disparadas de perto e na parte superior do corpo, em desacordo com as normas de utilização do fabricante.

Jogo trágico no Peru no ano de 1964.

A polícia não estava preparada e nem tinha efetivo suficiente para controlar a situação. Saiu disparando tiros para o alto e bombas de gás lacrimogênio para todo lado, sufocando os que tinham invadindo o campo. Para piorar, os portões do estádio estavam trancados, para evitar a entrada de penetras, e ninguém conseguia sair.

O resultado disso tudo, é claro, só poderia ser uma tragédia. Pessoas morreram pisoteadas. Outras morreram sufocadas pelo **gás lacrimogênio**. Outras, ainda, esmagadas contra os portões fechados. Foi uma carnificina.

Resultado final da tragédia: um estádio completamente depredado, estádio de sítio decretado em todo o país e 318 mortos e mais de 500 feridos, nessa que foi a pior

¹⁴ HERMMANN, Cavalcante Lima, **A viabilidade da utilização de “armas não letais” no sistema de segurança pública brasileira**. Sergipe, 2008, p. 58 (Monografia apresentada na Universidade federal de Sergipe).

tragédia ocorrida em estádios de futebol, mas que quase nunca é lembrada, talvez porque aconteceu num país pobre e pouco desenvolvido.¹⁵

No estado de Mato Grosso já ocorreu uma situação envolvendo a utilização de gás lacrimogêneo, granadas explosivas de efeito moral e munição de impacto controlado na final do campeonato estadual, onde jogavam os times Mixto x União no ano de 2008, felizmente não teve nenhuma vítima fatal, mas muitas pessoas se machucaram.

Jogadores e torcedores do time de Rondonópolis choravam em campo e nas arquibancadas por mais um título perdido. Ao final da partida, torcedores do União invadiram o campo e tentaram agredir os jogadores do alvinegro. Outro grupo de torcedores foi para cima dos torcedores do Mixto. A Polícia Militar teve que agir, usando balas de borracha, gás lacrimogêneo e spray de pimenta, o que atingiu até a tribuna de imprensa. Na revolta, até banheiros químicos foram jogados arquibancada abaixo.¹⁶

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso no ano de 1996 regulamentou os procedimentos e diretrizes operacionais para o planejamento do policiamento em eventos desportivos.

O controle de tumultos e de distúrbios no interior de Praças Desportivas deve ser planejado com antecedência e por locais, de modo que a ação física da tropa aproveite a arquitetura existente, uma vez que a peculiaridade dessas ações no interior de Estádios é justamente a limitação do uso de Agentes Químicos e de Bombas de Efeito Moral, sendo que estas últimas não podem ser utilizadas.

- A limitação do uso de Agentes Químicos dentro das Praças Desportivas, ou mesmo sua proibição, é devido ao fato das mesmas não possuírem vias de acesso fáceis para escoamento das massas, como ocorre em locais abertos como Ruas, Avenidas ou Praças, mesmo porque resultam **pânico**.

- Pelas mesmas razões anteriores, Bombas de tipo “Efeito Moral” não podem ser utilizadas em hipótese alguma dentro de Estádios, mesmo porque resultam em Pânico.¹⁷

¹⁵ HENDERSON. Hoje na História: Jogo trágico no Peru. WordPress. Disponível em: <<http://depokafe.wordpress.com/tag/tragedia/>>. Acessado no dia 13 de junho de 2011.

¹⁶ RDM Noticias. Mixto vence o Mato-grossense 2008. **Jaciara Online**. Disponível em <http://www.jaciaraonline.com.br/index.php?pg=ver_noticia&id=152&tipo=10>. Acessado no dia 13 de jun de 2011.

¹⁷ MATO GROSSO (ESTADO). **Diretriz de Ação Operacional da PMMT n. 023/PM-3/96, Estabelece normas para o planejamento do policiamento ostensivo nas praças desportivas**. PM-MT. 1996. p.09.

Nos estádios de futebol o pânico também pode ser causado por diversos fatores, não somente pela utilização de Agentes Químicos e Granadas de Efeito Moral.

O Pânico corresponde a uma exacerbação do sentimento do medo, em alguns casos infundados, fazendo com que a situação fuja do controle racional.

O pânico pode atuar como fator de agravamento de desastres. É normal que, em circunstâncias de desastres naturais e humanos, condutas irracionais, motivadas pelo pânico, provoquem mais traumatismos e mortes que os causados pelos desastres primários.

O pânico pode ser provocado pela surpresa, relacionada com o desenvolvimento de situações inusitadas e imprevisíveis; insegurança, relacionada com o desconhecimento dos prováveis desdobramentos de uma situação emergencial; inexperiência, relacionada com pouca vivência diante de situações anteriores de risco; ação de contágio, provocada por influências comportamentais interativas entre os indivíduos e um determinado grupo populacional; ação de fobias particulares que atuam sobre um determinado indivíduo.¹⁸

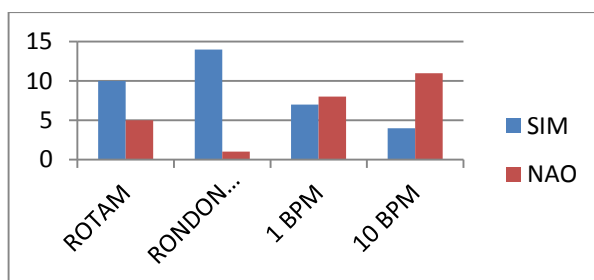
Portanto na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso existe tão-somente um item na diretriz operacional que versa sobre a utilização das Armas não letais nos eventos desportivos ocorridos nos estádios de futebol, proibindo o seu uso com apenas uma justificativa (porque resulta pânico).

Porém essa justificativa não seria suficiente para regular tal proibição, mesmo porque em qualquer ação de controle de distúrbios civis, são utilizadas armas e munições não letais e da mesma forma causam pânicos, mesmo sendo em ambiente aberto.

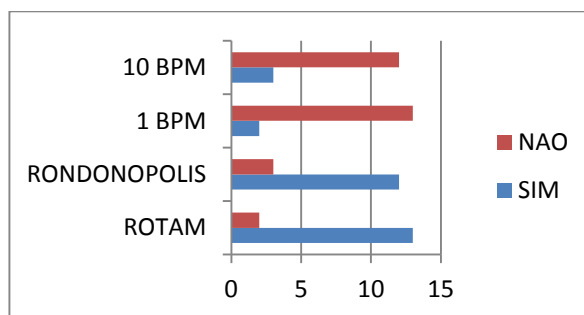
Portanto do ano de 1996 a 2011, quinze anos se passaram e muitos foram os avanços das tecnologias não letais, havendo também a necessidade de uma atualização das normas regulamentares quanto ao uso das armas e munições não letais pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

¹⁸ PARAIBA (ESTADO). **Manual de Desastres Humanos**, Defesa Civil - PB. Pag. 180, Disponível em <<http://www.defesacivil.pb.gov.br/arquivos/downloads/livros/dessociais.pdf>>. Acessado em 19 de jun 2011.

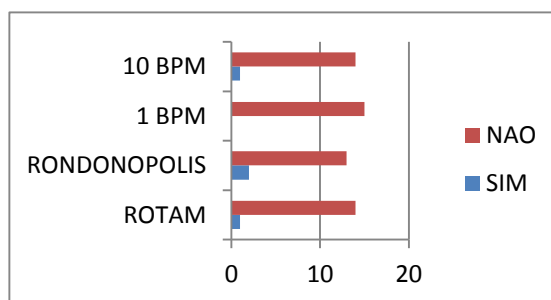
Devido ao problema exposto neste artigo, foi realizado um questionário para os militares que atuam nos jogos de futebol, sendo entrevistados 15 (quinze) policiais dos seguintes Batalhões (ROTAM, 1BPM, 10BPM e Rondonópolis).



Fonte: Originado da pesquisa
Figura nº. 01. Utilizaram munições não letais nos estádios de futebol



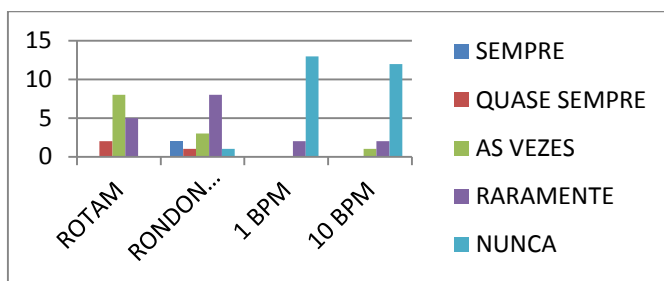
Fonte: Originado da pesquisa
Figura nº. 02. Possuem curso para o uso de armas e munições não-letais



Fonte: Originado da pesquisa
Figura nº. 02. Possuem curso de Policiamento em Eventos

Na figura 01 observamos que o Batalhão ROTAM e o Batalhão de Rondonópolis utilizaram as armas não letais em número maior, podemos então relacionar com a figura 02, demonstrando que a maior utilização das armas não letais ocorreu por policiais militares que possuem o curso de capacitação para utilização de armas e munições não letais e serem considerados aptos para utilizá-las.

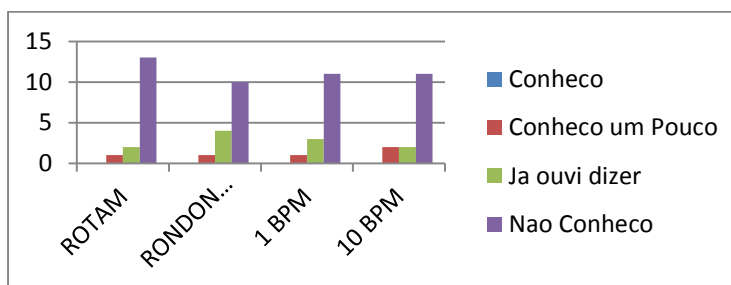
Na figura 03, ao observarmos podemos constatar a falta de um curso específico em policiamento em eventos desportivos na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Comprovando assim o problema elencado, e provando a real necessidade da capacitação dos policiais.



Fonte: Originado da pesquisa

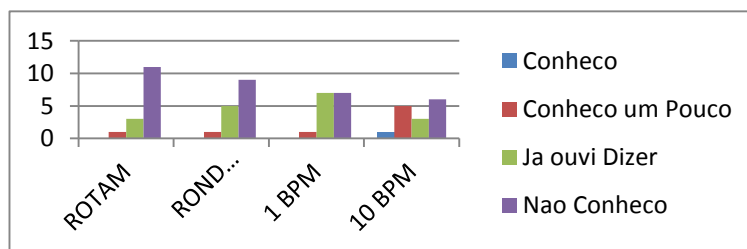
Figura nº. 02. Realiza treinamentos para o uso de armas e munições não-letais e para os policiamentos em eventos desportivos

A figura 04, observamos que os Batalhões responsáveis pelo policiamento nos eventos desportivos, não estão realizando treinamento constante e adequado.



Fonte: Originado da pesquisa

Figura nº. 02. Conhece a Diretriz Operacional n. 236/96 (Regula o policiamento em eventos desportivos)



Fonte: Originado da pesquisa

Figura nº. 02. Conhece alguma normatização ou procedimento operacional padrão sobre emprego de armas e munições não letais nos estádios de futebol

As figuras 05 e 06, demonstra ainda a falta de conhecimento das normas que regulam os policiamento em eventos desportivos e a utilização das armas e munições não letais.

No questionário foi realizada ainda a seguinte pergunta: Em eventual tumulto dentro de um estádio de futebol, que meio você empregaria para dar resolutividade a situação? Foi observado que grande quantidade dos entrevistados, mesmo sem possuírem conhecimento técnico adequado e sem realizarem treinamento específico, descrevem que utilizariam as armas e munições não letais, ou seja, embora os policiais não estarem preparados para utilizarem as tecnologias não letais, pois não possuem cursos de capacitação e nem treinamento adequado, possuem consciência profissional da aplicabilidade dos instrumentos a dispor das forças de segurança, com inafastável observância as garantias constitucionais .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, externamos que, mesmo uma arma criada com todos os atributos de não letalidade, pode vir a ser modificada ou desvirtuada em seu uso e acabar ultrajando a sua finalidade, tornando a igual ou mais ofensiva até do que as armas convencionais. Ainda que as armas não letais como os gases

lacrimogêneos sejam considerados inofensivos, sua má utilização, seja por dolo seja por culpa, tende a torná-las armas cruéis nas mãos de pessoas despreparadas, sem treinamento ou mal-intencionadas. Além disso, pode se tornar armas mais poderosas e de maior alcance podendo matar centenas de pessoas em caso de utilização de gás lacrimogêneos nos estádios de futebol sem vias de fuga, como vimos nas reportagens referenciadas.

Tão fundamental quanto bem aplicar é saber quais armas e munições poderão estar disponíveis para o emprego. Sendo assim o planejamento e execução do policiamento nos eventos desportivos é de fundamental importância que os responsáveis em todos os escalões tenham conhecimento. Mais importante ainda é uma intensa capacitação especializada dos policiais para manusearem as armas não letais e capacitando também a lidarem com o comportamento da sociedade e os fatores psicológicos que as influenciam.

Sendo assim após análises propostos, e verificados uma desatualizada norma institucional reguladora do uso de armas não letais em eventos desportivos, bem como a falta de conhecimento técnico específico dos policiais militares, fazendo com que o uso dessas armas esteja sendo utilizadas de forma inadequadas. Sugerimos então:

- Implantação na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso de uma Companhia Especializada em Policiamento em Eventos Desportivos.
- A criação de um Curso Operacional de Policiamento em Eventos Desportivos, com finalidade de capacitação dos policiais, dando ênfase na utilização de armas não letais nos jogos de futebol preparando assim para a copa de 2014.
- Criação de uma norma institucional atualizando, regulando e padronizando a utilização das armas e munições não letais na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, dando ênfase na utilização dentro dos estádios de futebol, evitando assim o seu uso indiscriminado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, John B. **Armas não-letais: Alternativas para os conflitos do século XXI**. Tradução de José Magalhães de Souza. Rio de Janeiro: Welsler-Itage/Condor, 2003.

CONDOR, Tecnologias não letais. **Catálogo de Fichas Técnicas**. Disponível em: <<http://www.condornaletal.com.br>> Acessado em: 18 de jun de 2011.

HENDERSON. Hoje na História: Jogo trágico no Peru. **WordPress**. Disponível em: <<http://depokafe.wordpress.com/tag/tragedia/>>. Acessado no dia 13 de jun de 2011.

HERMMANN, Cavalcante Lima, **A viabilidade da utilização de “armas não letais” no sistema de segurança pública brasileira**. Sergipe, 2008, (Monografia apresentada na Universidade federal de Sergipe).

MATO GROSSO (ESTADO). **Diretriz de Ação Operacional da PMMT n. 023/PM-3/96, Estabelece normas para o planejamento do policiamento ostensivo nas praças desportivas**. PM-MT. 1996.

NASCIMENTO, Josebel Silveira. **A difusão da doutrina de gerenciamento de situações policiais críticas, perante as unidades operacionais da Polícia Militar em São Luiz do Maranhão**. São Luiz, 2003. (Monografia apresentada na Universidade Estadual do Maranhão).

ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios básicos sobre uso da força e armas de fogo - PBUFAF**, 1990. Disponível em <<http://un.org>>. Acessado em 12 de jun 2011.

PARAIBA (ESTADO). **Manual de Desastres Humanos, Defesa Civil - PB**. Pag. 180, Disponível em <<http://www.defesacivil.pb.gov.br/arquivos/downloads/livros/dessociais.pdf>>. Acessado em 19 de jun 2011.

RDM Noticias. Mixto vence o Mato-grossense 2008. **Jaciara Online**. Disponível em <http://www.jaciaraonline.com.br/index.php?pg=ver_noticia&id=152&tipo=10>. Acessado no dia 13 de jun de 2011.

REIS, Heloisa Helena Baldy. **Futebol e sociedade: As manifestações da torcida**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física.

U.S DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY. **Riot Control Agents and Less Lethal Munitions**. Managing Civil Action in threat incidents. Tradução de Alessandro de Souza Soares. Cuiabá, MT. 2007.

ZUQUETTO, Waldir Contini. **Os agentes químicos utilizados pela Polícia Militar de São Paulo no controle de distúrbios civis**. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. São Paulo: CAES, 1987.

O AGENTE DE PROTEÇÃO DA CASA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO NO ATENDIMENTO DE AUTORIDADE DURANTE A COPA DO MUNDO DE 2014 EM CUIABÁ

Rachid Mohamed Rachid Hassoun¹

RESUMO

O conjunto de todas estas características formam as competências necessárias para o trabalho como agente de proteção de dignitários. Mas tendo em vista, um evento como a Copa do Mundo, exige-se desses agentes algumas outras habilidades pessoais. O problema de pesquisa que orienta este estudo é o seguinte: se o agente de proteção de dignitários está preparado para o atendimento de autoridade durante o evento da Copa de 2014? Este artigo tem como objetivo conhecer as principais características do agente de proteção dignitários e as habilidades pessoais que irão ser necessárias para demandas da Copa do Mundo de 2014. A metodologia aplicada, de acordo com os objetivos é a realização de uma pesquisa quantitativa, qualitativa e descritiva com realização de pesquisa de campo para uma amostra de 44 agentes de proteção da Casa Militar que representa 92% da população investigada. Ao final, concluímos que, quanto às características do agente de proteção de dignitários, entendemos que o profissional para exercer a função de agente de proteção de dignitários, num evento como a Copa do Mundo, precisa ter além dos conhecimentos técnicos de praxe e especializados na área de segurança, capacitações voltadas para atendimento de autoridades e principalmente a estrangeira.

Palavras-Chaves: *Proteção - Dignitário - Copa de 2014 - Cultura e história.*

ABSTRACT

The set of all these features form are necessary conditions in order to carry out the agents protection duty. But the question is? an event like the World Cup, these agents require some other personal skills. The purpose of this research is to identify the main points of the protection agent in order to find out dignitaries and personal skills will demands for an event like the World Cup 2014. The problem that guides this research is: the needs features professional protection agent of dignitaries will request for the 2014 World Cup? The methodology research includes a survey detailing the quantity, the quality according the goals. We conclude that, the professional to act as agent for the protection of dignitaries at an event like the World Cup 2014, must have, besides the usual technical knowledge specialized in security, training focused on care and especially the foreign authorities.

Key Words: *Protection – dignitary - 2014 World Cup – Culture and history.*

¹Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, pós-graduando do Curso de Gestão de Segurança Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

INTRODUÇÃO

Após dois anos vivenciando e trabalhando na Secretaria da Casa Militar do Estado de Mato Grosso, e sendo o atual Superintendente de Segurança Governamental, responsável diretamente pela segurança da maior autoridade do executivo estadual, passado por diversas situações operacionais relacionadas ao atendimento (proteção de dignitários) de autoridades nacionais e internacionais e participando diretamente na segurança de grandes eventos promovidos pelo Estado e com o advento da Copa do Mundo de 2014, sendo a capital de mato-grossense escolhida como cidade sede dos jogos da copa do mundo, sentimos a necessidade de fazer uma avaliação do nível de conhecimento e permitir conhecer as principais características dos militares que trabalham diretamente na segurança do primeiro mandatário do Estado, familiares e outras autoridades, visando melhorar a qualidade do serviço através de cursos e capacitações.

Nesse artigo vamos abordar especificamente o conhecimento e características do agente de proteção de dignitário, ressaltando que para se promover a segurança de dignitário requer um conjunto de ações e medidas, respaldado em tecnologia e inteligência de caráter preventivo e operacional para neutralizar quaisquer possíveis ataques.

Levantamos o seguinte questionamento: O agente de proteção de dignitários está preparado para o atendimento de autoridade durante o evento da Copa do Mundo em 2014? Esta problemática será analisada sob a ótica dos seguintes aspectos: técnicos, idioma, conhecimento de turismo, geografia, história.

Queremos demonstrar a situação e condição atual dos aspectos já citados dos agentes de proteção de dignitários frente ao evento copa do mundo, buscando apresentar propostas.

Optou-se, neste artigo, de acordo com os objetivos propostos, pela pesquisa quantitativa, qualitativa e descritiva, pois esta significa “transformar opiniões e informações em números para facilitar a classificação e análise, exige o uso de

ferramentas e de técnicas estatísticas”.² A pesquisa de campo foi realizada para uma amostra de 44 agentes de proteção da Casa Militar que representa 92% da população investigada.

Um evento como a Copa do Mundo, é considerado um dos maiores acontecimentos desportivos do mundo, perdendo em grandiosidade apenas para os Jogos Olímpicos pela mobilização de várias nações, participantes do evento, mas ainda assim destacando-se por seduzir mais intensamente o interesse do público, acontecimento evidenciado pelas altas audiências registradas pelas emissoras de TV.

A escolha do Brasil como sede da Copa de 2014 oficializada pela FIFA - *Fédération Internationale de Football Association* em outubro de 2007 é de enorme importância, já que abriu inúmeras possibilidades de investimentos e desenvolvimento para o nosso país. Mas em contrapartida, muitos desafios devem ser ultrapassados para que se possa dar sustentáculo à realização deste megaevento esportivo.³

O futebol transformou-se num patrimônio cultural do Brasil, sendo demonstrado em práticas corriqueiras e até no contexto artístico (música e literatura). Os brasileiros identificam-se com o futebol e jogam de forma característica, despertando a admiração de torcedores de várias nacionalidades que apelidaram o Brasil de país do futebol.

Não existem dúvidas de que o país terá enorme visibilidade durante a Copa; perspectivas revelam que cerca de meio milhão de turistas internacionais virão assistir ao evento, e além do que, milhões de expectadores estarão acompanhando o evento pela tv, Internet, redes sociais.⁴

² SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Cortez, 2002, p. 48

³ BUENO, Rodrigo. **Folha de São Paulo**. Horizontes da Copa do Mundo de 2014. São Paulo: Edição 1263, 2010, p.8A.

⁴ BASTOS, Marilene. **Marketing de Entretenimento: Copa 2014**. São Paulo: Editora SENAC, 2010, p.23

É uma grande oportunidade para anular a imagem negativa muitas vezes associada ao Brasil e fixar uma imagem internacional positiva. Para Fernandes a Copa pode ainda: “representar, a maior oportunidade para o desenvolvimento do turismo brasileiro neste século”.⁵

A cidade de Cuiabá conquistou o direito a ser uma das 12 cidades que terá a privilégio de sediar os jogos. Sediar megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas representam muito mais do que eventos esportivos, e sim, uma grande chance de negócios, que influenciam a socioeconômica das regiões.⁶

As estimativas chamam a atenção para a grandiosidade do evento. Em uma pesquisa realizada pelo IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a pedido do Ministério do Turismo em 2010:

Estima-se que 7,8 milhões de estrangeiros devem visitar o Brasil entre os anos de 2012 e 2014, sendo que, durante a realização do torneio, 750 mil turistas são aguardados e, devem permanecer no país, em média, 20 dias, gastando aproximadamente doze mil reais, totalizando uma receita de 8,54 bilhões de reais.⁷

Castrillone complementa os dados acima, dizendo:

Os investimentos para a realização da Copa do Mundo de 2014 vão injetar na economia R\$ 158 bilhões de reais, segundo levantamento do IPEA. De acordo com o estudo, o valor para os investimentos diretos, organização e infra-estrutura serão da ordem de R\$ 31,8 bilhões, somados aos indiretos na produção de bens e serviços de R\$ 122,9 bilhões.⁸

⁵ FERNANDES, Luisa Pimentel. **Tópicos de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2010, p. 47

⁶ BARRETO, José Alfredo. **Marketing esportivo**. São Paulo: Editora Thomson Learning, 2010, p. 63

⁷ ALTAMAN, Fábio. Revista **VEJA**. Uma Copa pra você. Edição 2167. São Paulo: Editora Abril, 2010, p. 36

⁸ CASTRILLONE, Marluce V. **Eventos esportivos internacionais: perspectivas e oportunidades**. São Paulo: Editora Cortez, 2010, p. 26

Uma das principais vantagens para a concretização de um megaevento como a Copa é a promoção internacional, pois traz enorme visibilidade ao país e é uma grande oportunidade.

Tendo em vista os benefícios expostos, acima, verifica-se que a realização da Copa de 2014 é de suma importância para o Estado de Mato Grosso, possibilitando o desenvolvimento regional em vários aspectos.

Para que isso de fato ocorra, a contento, é necessário que haja não só uma coordenação de excelência na estrutura esportiva mas, especialmente, um planejamento que possibilite a capacitação dos recursos humanos e o melhoramento da infra-estrutura urbana e turística no Estado mato-grossense.⁹

Sendo Mato Grosso, um Estado privilegiado pelas suas belezas naturais, todo o projeto da Copa do Mundo de 2014, deve estar pautado na “Sustentabilidade, para impedir impactos ambientais negativos e dar prosseguimento às preocupações sustentáveis já seguidas em outros países que sediaram a Copa, não afetando estes esforços”.¹⁰

Um dos segmentos a serem priorizados pelo planejamento da Copa do Mundo de 2014, é a segurança, no caso específico deste artigo, o tema em tela são os agentes de proteção de dignitários.

Dignitário é todo indivíduo que ocupa cargo elevado, com alta graduação honorífica e que foi elevado a alguma dignidade. Dentre os dignitários estão às autoridades (presidentes, governadores, ministros, papas, etc.), as celebridades (astros do cinema, da música, etc.) e, também, indivíduos que por motivos

⁹ Editorial. Jornal **A GAZETA**. A Copa é Nossa. Cuiabá: Millenium, Edição 6948, 2010, p.10B

¹⁰ BRASIL, República Federativa do. Ministério do Turismo. **Copa do Mundo de 2014**. Brasília. Imprensa Oficial, 2010, p.58

especiais se tornam potenciais alvos de hostilidade e precisam utilizar este tipo de segurança.¹¹

A segurança pode ser entendida como uma série de medidas destinadas ao dignitário, que objetivam garantir, de modo mais amplo possível, a sua integridade física.

Uma das necessidades básicas do ser humano é segurança, a qual se constitui na garantia que o cidadão e a coletividade que o integra possam desfrutar da sua liberdade bem como do seu patrimônio, imune de qualquer perigo ou dano, numa situação de tranquilidade pública.¹²

É garantido “[...] aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade”.¹³

No desempenho de suas atribuições, a autoridade pública torna-se um foco de atenção e da população, expondo-se as mais diversas reações do público. Para tais situações, a equipe de segurança deverá estar preparada, recebendo periodicamente instruções que objetivem ao aperfeiçoamento da qualificação, ao habilitar o agente à detecção de situações de risco bem como a aplicação das medidas preventivas pertinentes.¹⁴

O decreto nº 2368 estabelece que a Casa Militar do Estado de Mato Grosso, possui as seguintes competências:

Assistir direta e imediatamente ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional, realizar o assessoramento

¹¹ MENDES, Augusto Ferreira. **Manual de Segurança e proteção de Dignitários**. São Paulo: Editora Moderna, 2009, p. 63

¹² FERREIRA, Marcelo Brito. **Segurança de dignitários**. São Paulo: Editora Moderna, 2008, p. 45

¹³ BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do**. Brasília: Senado, 2001, p. 52

¹⁴ GONÇALVES, Antonio Miranda. **Planejamento de Segurança de Dignitários**. São Paulo: Editora Cortez, 2009, p.71

pessoal em assuntos militares e de segurança, coordenar as atividades institucionais de inteligência e contra inteligência, coordenar o cerimonial militar, zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela segurança pessoal do Governador, do Vice-Governador e respectivos familiares, do titulares dos órgãos essenciais do Governo do Estado e de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Governador, bem como pela segurança do Palácio Governamental, das residências do Governador e Vice-Governador do Estado, do Transporte Aéreo e Viário da Governadoria e ainda outras atribuições que lhe forem confiadas. ¹⁵

Entendemos que o conceito de agente de proteção da Casa Militar do Estado de Mato Grosso como sendo o militar formado e com capacitação específica para promover a segurança de dignitários. O Curso de segurança de dignitário foi criado através do decreto nº 7.870 de 13 de julho de 2.006, possuindo carga horária de 84 horas/aulas. As disciplinas ministradas são: Planejamento das Operações, Noções de Inteligência e Contra Inteligência, Etiqueta Social, Direção Defensiva, Direção Evasiva e Defensiva, Salvamento Aquático, Primeiros Socorros, Artefatos Explosivos, Observação, Memorização e Descrição, Técnicas e Táticas de Tiro Defensivo, Imobilizações Táticas, Técnicas de Proteção de dignitários, Simulado Coletivo ¹⁶.

Para Dantas, “A segurança de dignitários implica em um conjunto de medidas técnicas que visam salvaguardar a pessoa do dignitário” ¹⁷, mas tratando-se de um evento peculiar como a Copa do Mundo, é exigido desses agentes outras habilidades, como o domínio de outra língua estrangeira, o conhecimento básico sobre história, geografia e turismo do Estado e curso de técnicas contra terrorismo.

Com o propósito de verificar as características e nível de conhecimento do agente de proteção de dignitários, frente às exigências de um mega evento como a Copa do Mundo de 2014, foi elaborado questionário que foi aplicado aos integrantes

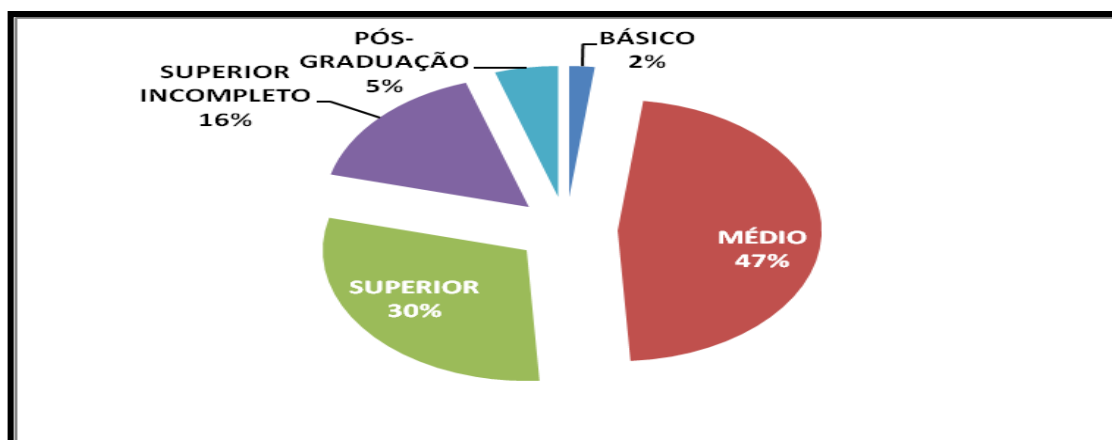
¹⁵ MATO GROSSO (ESTADO). **Decreto nº 2.368, de 10 de fevereiro de 2010.** Estrutura Organizacional da Casa Militar: Disponível em: <http://www.casamilitar.mt.gov.br/TNX/index.php?sid=121>. Acessado em: 21 de set. 2011.

¹⁶ MATO GROSSO (ESTADO). Decreto nº 7.870/06. Cria no âmbito da **Casa Militar do Estado de Mato Grosso o Curso de Proteção de Dignitários e dá outras providências.** Cuiabá: Diário Oficial, 2006.

¹⁷ DANTAS FILHO, D. **Segurança e planejamento.** Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2004, p.52

da Superintendência Governamental de Segurança da Casa Militar de Mato Grosso, composto por onze perguntas abertas, objetivando coletar dados sobre o recurso humano que integra o serviço de proteção de dignitário.

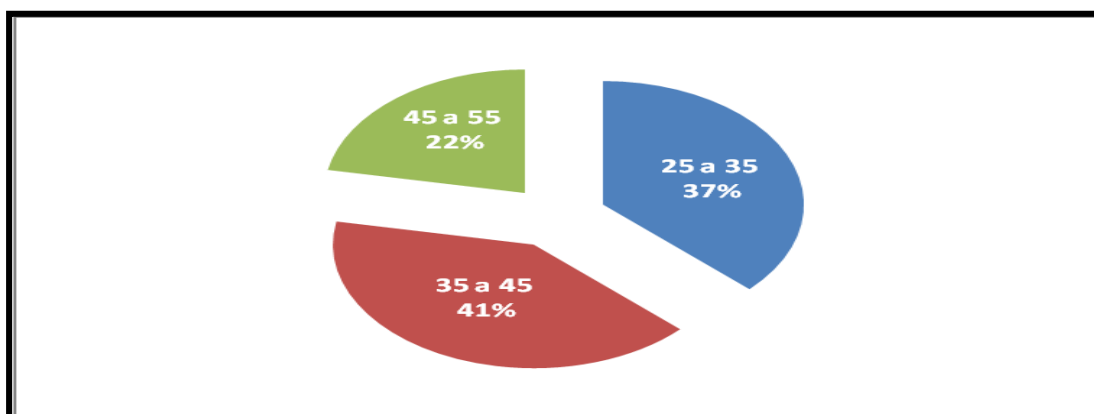
Distribuímos 44 (quarenta e quatro) questionários – todos respondidos – no período de 20 a 22 de agosto de 2011. O público estudado é composto por 82% de Praças e 18% de Oficiais. Os resultados obtidos são apresentados a seguir, sob a forma de figuras e análises pertinentes.



Fonte: Originado da pesquisa

FIGURA 01. Nível de escolaridade dos agentes de proteção

Conforme configura acima, a maioria do efetivo da Casa Militar é composto por praças, a maioria tem apenas o ensino médio com 47% e básico com 2%, que anteriormente para ingresso na Polícia Militar era exigido somente ensino básico e hoje exige-se ensino médio. Seguido por detentores de diploma de curso superior, com 30%, superior incompleto com 16% e em seguida com pós-graduação com 5%. Buscamos conhecer primeiro o nível de escolaridade dos agentes de proteção de dignitários, para quando for realizado cursos ou capacitações termos condições através dessas informações realizar planejamento adequado a realidade apresentada, tem maior assim um melhor aproveitamento.

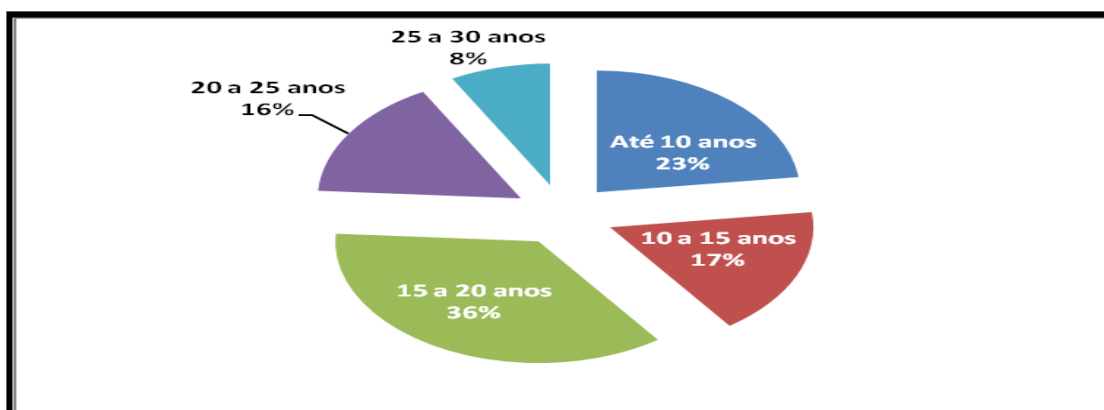


Fonte: Originado da pesquisa

FIGURA 02. Faixa etária dos agentes de proteção

Conforme o figura acima, a faixa etária é bem mista, dos 25 aos 35 anos, com 37%, sendo que na faixa etária dos 35 aos 45 anos, com 41%, e por último a faixa etária dos 45 anos aos 55 anos, com 22%. Temos que conciliar a experiência profissional com idade do militar, em virtude das particularidades da atividade desenvolvida, pois exige-se excelente vigor físico.

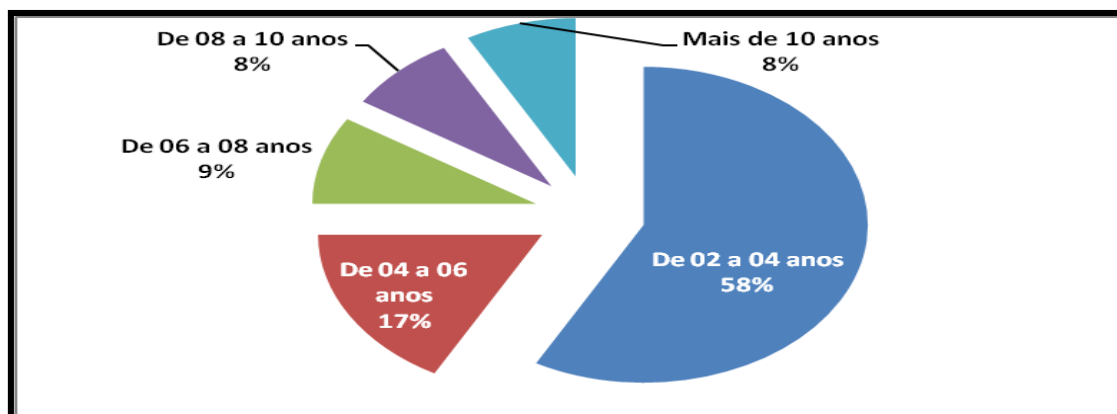
Notamos que há um percentual elevado na faixa etária dos 45 aos 55 anos, que pode implicar diretamente na qualidade técnica do serviço desenvolvido, pois a atividade exercida pelo agente de proteção requer uma ótima resistência física.



Fonte: Originado da pesquisa

FIGURA 03. Tempo de serviço na Polícia Militar

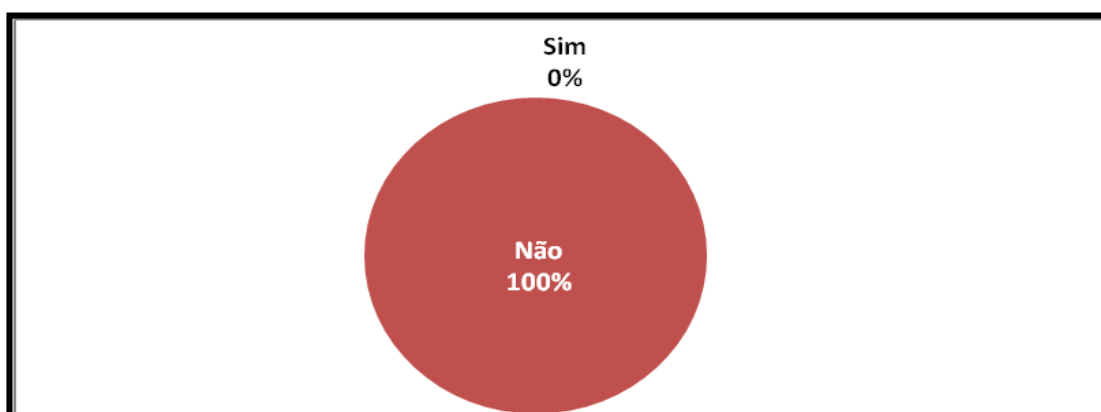
Analisando a figura 03, verificamos que 36% dos entrevistados têm mais de 15 anos de serviço policial militar, 23% até 10 anos de serviço na PMMT. Sendo que 17% dos entrevistados tem entre 10 á 15 anos, 16% entre 20 a 25 anos, e 8% tem de 25 a 30 anos. Isto demonstra que os pesquisados possuem uma boa experiência profissional, condição primordial para o bom desempenho da missão de segurança de autoridades. O agente de proteção de dignitário tem que ter um bom tirocínio policial, para resolver questões operacionais das mais diferentes formas, com abordagens diferenciadas, por agem sempre num universo político.



Fonte: Originado da pesquisa

FIGURA 4. Tempo de serviço dos agentes de proteção na Casa Militar

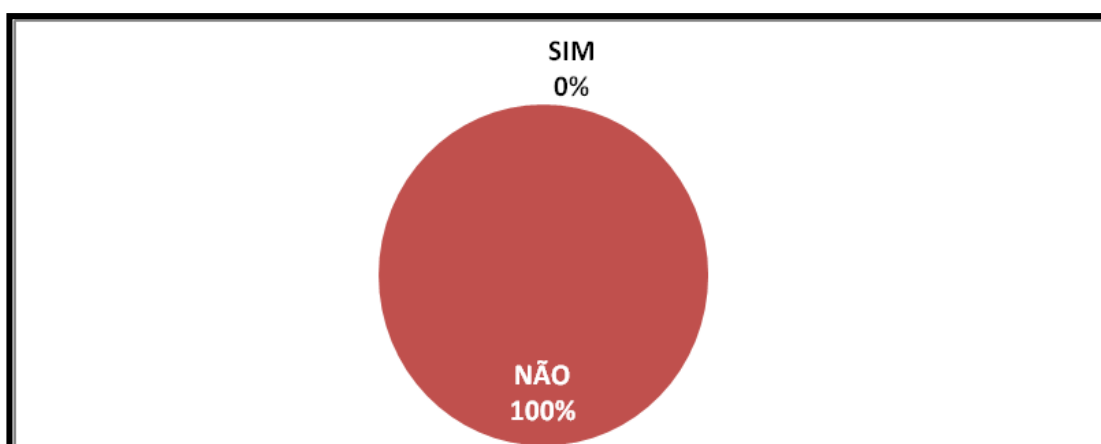
Analisando a figura 04, verificamos que 58% dos entrevistados têm entre 2 e 4 anos de serviço na Casa Militar/MT, 17% tem entre 04 e 06 anos de serviço, 9% tem entre 06 e 08 anos, e 8% entre 08 a 10 anos, e ainda 8% com mais de 10 anos. Podemos vislumbrar também que os agentes de proteção desempenham, suas atividades há um bom tempo, alicerçando a questão da experiência funcional. O detalhe pode ser o diferencial na qualidade do serviço prestado.



Fonte: Originado da pesquisa

FIGURA 5. Agentes de proteção com capacitação para atendimento de autoridade estrangeira

Analisando a figura 05, podemos constatar que 100% dos entrevistados não possui nenhum treinamento ou capacitação para atendimento de autoridades estrangeiras. Isto ocorre porque nunca houve uma capacitação específica para este segmento de autoridade. Com advento da Copa do Mundo requer que se realize curso voltado para essa necessidade apresentada.

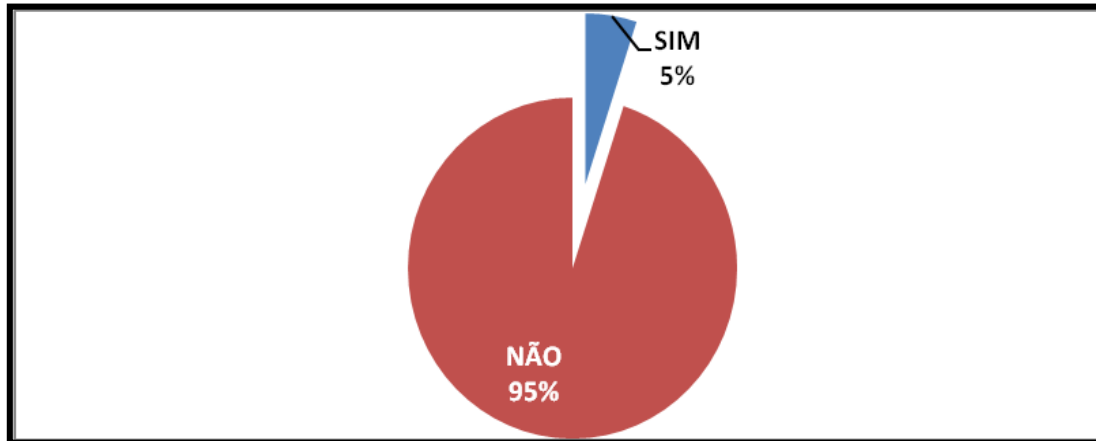


Fonte: Originado da pesquisa

FIGURA 6: Agentes de proteção com capacitação contra ataques terroristas

No âmbito da Casa Militar não houve qualquer treinamento ou capacitação, para o enfrentamento de atentados terroristas, até porque essa situação é totalmente fora do nosso cotidiano, mas como, iremos sediar um evento mundial, como a Copa do Mundo, recebendo turistas e autoridades de várias nacionalidades, é um tipo de

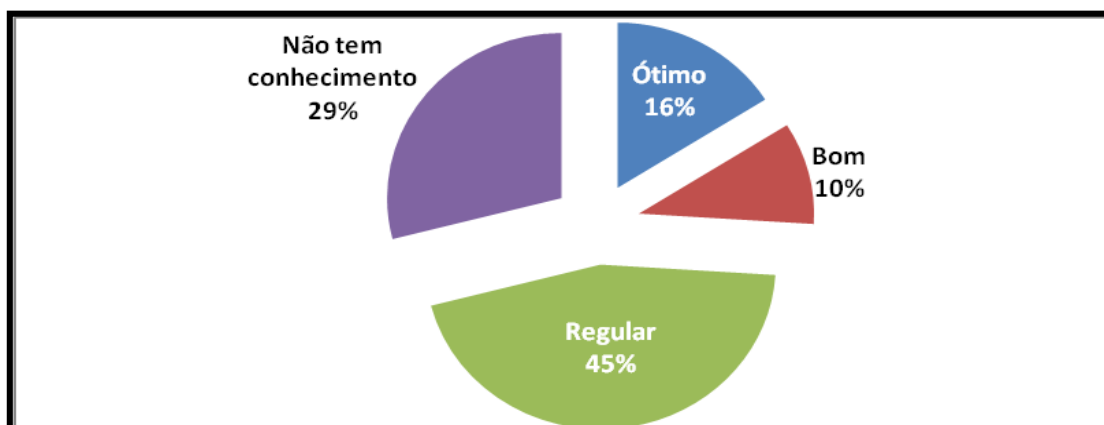
acontecimento que devemos nos ater, e preparar adequadamente os agentes de proteção, porque qualquer pessoa pode ser um alvo em potencial.



Fonte: Originado da pesquisa

FIGURA 7. Agentes de proteção que falam outros idiomas

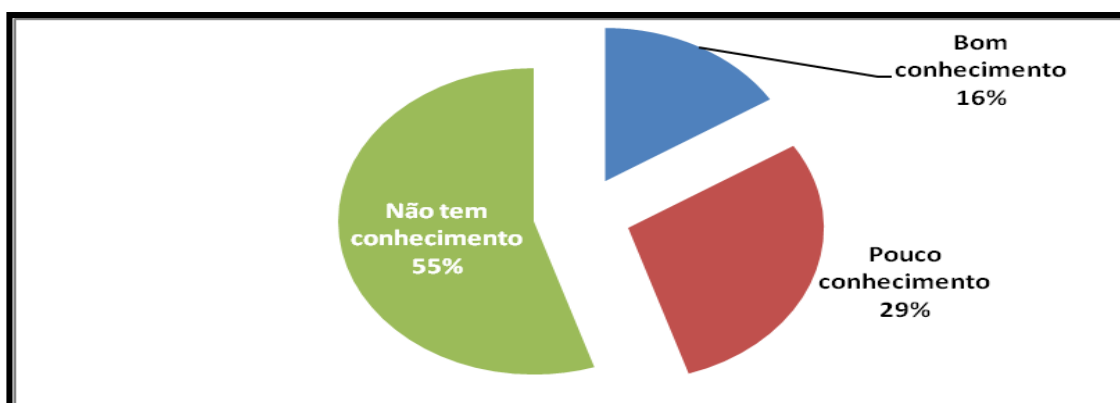
Indagados sobre o conhecimento de uma segunda língua, verificamos que a maioria dos agentes de proteção cerca e 95%, não tem domínio de outra língua estrangeira. Diante da necessidade de intercâmbio constante com as equipes de segurança internacionais para a Copa de 2014, destacamos a importância da comunicação em língua estrangeira para que providências especiais sejam planejadas, como, por exemplo, a necessidade de maior atenção com hábitos alimentares, cuidados médicos e riscos que envolvam o dignitário.



Fonte: Originado da pesquisa

FIGURA 08. Agentes de proteção com conhecimento sobre os principais pontos turísticos do Estado de Mato Grosso

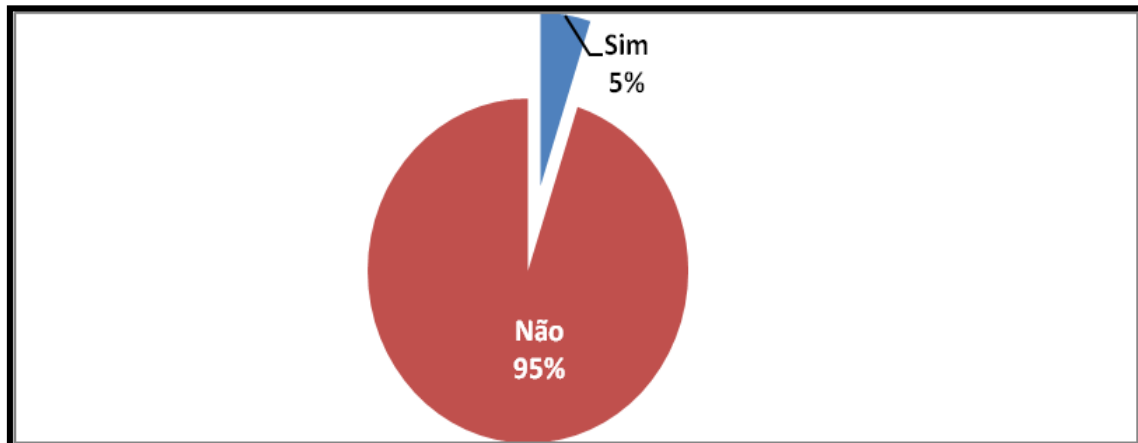
Em relação a figura 08 sobre conhecimento dos pontos turísticos de Mato Grosso, o nível de conhecimento é regular, com 45% ou seja a maioria, 29% não tem conhecimento, 16% tem conhecimento ótimo e 10% tem conhecimento bom. Esse é um ponto que precisa ser melhorado até a Copa de 2014, pois, geralmente, o primeiro contato com a autoridade em decorrência do serviço é realizado pelo agente de proteção. Daí a necessidade de conhecimento do turismo local.



Fonte: Originado da pesquisa

FIGURA 09. Conhecimento dos agentes de proteção sobre história e geografia de Mato Grosso?

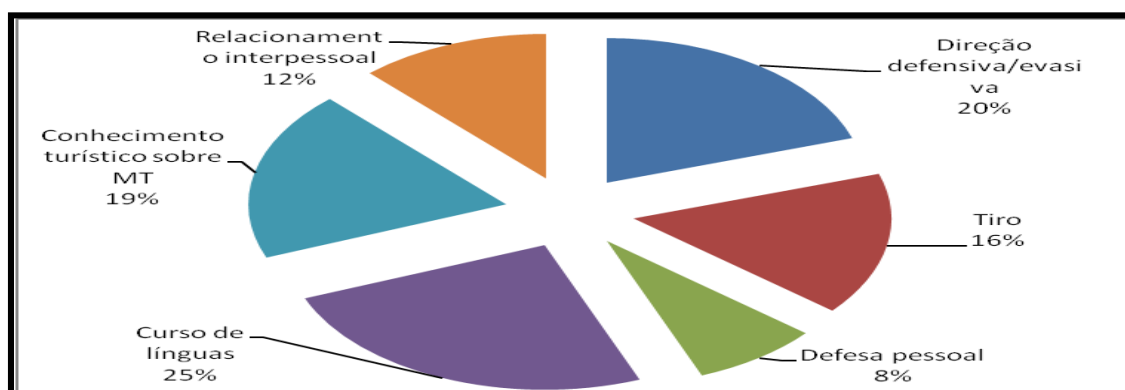
Em relação ao nível de conhecimento sobre a história e geografia de Mato Grosso, 55% dos entrevistados disseram que não tem conhecimento, 16% disseram ter um bom conhecimento e 29% responderam ter um conhecimento regular sobre a história e geografia de Mato Grosso. A carência desse conhecimento nos remete a melhoria na grade curricular do curso de proteção de dignitários realizado pela Casa Militar, pois muitas missões são realizadas no interior do Estado.



Fonte: Originado da pesquisa

FIGURA 10. Agentes de proteção que realizaram exame físico, médico ou escrito para ingressar na Casa Militar/MT

Analisando o gráfico 11, podemos constatar que 95% dos entrevistados não passaram por nenhuma avaliação física, médica ou escrita, quando ingressaram na Casa Militar, enquanto 5% disseram que sim. Podemos verificar que o critério adotado para ingresso de militares na Casa Militar necessita de um maior aprimoramento em termos de seleção.



Fonte: Originado da pesquisa

FIGURA 11. Tipos de treinamentos ou capacitação que o agente de proteção gostaria de realizar

Nesta figura foi revelado pelos nossos entrevistados as principais carências, em termos de treinamento e capacitação, para o bom desempenho de sua função. Com 25% temos o cursos de idiomas, com vistas a Copa do Mundo de 2014, em

seguida, temos o curso de direção defensiva e evasiva com 20%. Uma capacitação sobre os principais pontos turísticos de Mato Grosso, também foi lembrado pelos nossos entrevistados, com 19%. Curso de Tiro com 16% e relacionamento interpessoal com 12%. Analisando as informações colhidas, necessitamos criar periodicamente rotinas de treinamento em virtude da grande rotina diária, o que gera comodismo e desatenção por parte do agente de proteção durante a execução da atividade.

CONCLUSÃO

A Copa de 2014 para muitas pessoas será a oportunidade para romper a imagem estereotipada e primária que se tem sobre o Brasil, e para outros mais experientes, uma renovação de imagem. Sendo assim, a mobilização conjunta dos diversos segmentos da sociedade organizada é essencial para o sucesso do evento, pois se trata de uma oportunidade extraordinária para agenciar o desenvolvimento local, no caso, do Município de Cuiabá e fortalecer a imagem do Brasil, no exterior.

As cidades que irão sediar os jogos da Copa do Mundo de Futebol devem estar devidamente preparadas para receber este megaevento. Todas as esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal, mais a iniciativa privada e entidades do terceiro setor, devem unir-se num esforço maior, no sentido de planejar e executar as tarefas essenciais e indispensáveis à sua realização.

Além das melhorias na infraestrutura do país e na mobilidade urbana, um dos trabalhos que antecedem a realização da Copa do Mundo é a qualificação profissional. São três anos pela frente para aproveitar a oportunidade de aperfeiçoar este aspecto, tendo sempre em vista, a necessidade de diálogo, a hospitalidade e a receptividade dos nossos agentes de proteção frente aos visitantes.

Com o presente trabalho realizado buscamos evidenciar as características do agente de proteção e identificarmos as necessidades em termos de formação e capacitação. Para termos agentes de proteção de dignitários preparados para o atendimento de autoridade, temos que primeiro buscar idealizar um processo de

seleção voltado exclusivamente para critérios técnicos. Avaliar o grau de escolaridade, faixa etária, tempo de serviço e principalmente saúde são critérios mínimos que se podem exigir numa seleção. Uma boa seleção corresponde a um futuro desempenho satisfatório.

A capacitação é uma ferramenta que produz uma mudança relativamente permanente em um indivíduo e que melhora sua aptidão para desempenhar um determinado cargo. Ele traz uma mudança de habilidades, conhecimentos, e principalmente atitudes, trazendo tranquilidade e confiança na realização da atividade. O estudo nos mostra através da pesquisa realizada a falta de capacitações dos agentes de proteção de dignitários como no atendimento de autoridade estrangeira, idioma, turismo, geografia, história, técnicas anti-terroristas.

O empenho na qualificação é justificado ao considerar que o treinamento da equipe de segurança pessoal pode ter efeitos positivos na prevenção de uma ação delituosa. As dificuldades impostas inibem o criminoso que, provavelmente, será acuado a desistir da realização do atentado. A eficiência do sistema de segurança pode ser estimada pela não ocorrência do delito. Para tanto, os serviços de segurança de dignitários devem se empenhar na atualização de sua doutrina, na revisão de suas técnicas operacionais e de seus programas de formação com o objetivo de aprimorar a qualificação daqueles que tem por mister a segurança do Chefe de Governo.

A Missão de garantir a integridade física, moral de um dignitário é muito delicada, e se exige qualificações adequadas e planejamento repletos de possibilidades de risco, sem deixar que isso interfira no dia a dia da autoridade.

Entendemos que a Casa Militar do Estado de Mato Grosso de acordo com o estudado, não está preparada para o atendimento de autoridade no mundial. Para tanto apresentamos as seguintes propostas:

Aperfeiçoamento no processo de seleção para ingresso na Casa Militar como grau de escolaridade, avaliação médica, avaliação física, avaliação de direção de veículos, comportamento gerais e boas maneiras, relacionamento em grupo, análise

do extrato de alterações, e controle de processo jurídico emitido pela Corregedoria Geral, certidão negativa criminal, investigação social, realizando assim uma seleção criteriosa teremos conseqüentemente resultados satisfatórios em termos de qualidade de serviço.

Os agentes de proteção de dignitários, devem ser qualificados e capacitados conforme a necessidade de novos conhecimentos. É importante observar que além das características adequadas às necessidades de sua profissão, o agente de proteção de dignitário, necessita ser capacitado em algumas habilidades pessoais como língua estrangeira, conhecimentos gerais sobre turismo, cultura, história e técnicas contra ataques terroristas. Com um bom programa de capacitação em língua estrangeira, vamos aprimorar a comunicação desses profissionais com os dignitários e seus convidados estrangeiros, eliminando a barreira do idioma.

Em termos de estrutura organizacional da Casa Militar sugerimos a criação de um setor ou gerência, responsável pela seleção, formação, capacitação, treinamento e avaliação de pessoal e desdobramento de funções específicas. Realização de cursos específicos para Copa do Mundo de 2014 e em especial voltados a técnicas de anti-terroristas.

Ressaltamos ainda que o aumento gradual do efetivo da Casa Militar é importante para o atendimento futuro, pois a preparação do agente de proteção demanda tempo, além da necessidade de revisão a ajuste, principalmente, das disciplinas da grade curricular do curso de proteção de dignitários de forma que possam contemplar conhecimentos, técnicas e habilidades voltadas para o atendimento de autoridade para a Copa do Mundo de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAMAN, Fabio. Revista **VEJA**. Uma Copa pra você. Edição 2167. São Paulo: Editora Abril, 2010, p.36

BARRETO, José Alfredo. **Marketing esportivo**. São Paulo: Editora Thomson Learning, 2010, p.63

BASTOS, Marilene. **Marketing de Entretenimento: Copa 2014**. São Paulo: Editora SENAC, 2010, p.23

BRASIL, República Federativa do. Ministério do Turismo. **Copa do Mundo de 2014**. Brasília: Imprensa Oficial, 2010, p.58

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República**. Brasília: Senado, 2001, p.52

BUENO, Rodrigo. **Folha de São Paulo**. Horizontes da Copa do Mundo de 2014. São Paulo: Edição 1263l, 2010, p.8A

CASTRILLONE, Marluce V. **Eventos esportivos internacionais: perspectivas e oportunidades**. São Paulo: Editora Cortez, 2010, p.26

DANTAS FILHO, D. **Segurança e planejamento**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2004, p.52

Editorial. Jornal **A GAZETA**. A Copa é Nossa. Cuiabá. Millenium, Edição 6948, 2010, p.10B

FERNANDES, Luisa Pimentel. Tópicos de Megaeventos Esportivos. Brasília: Ministério do Esporte, 2010, p.47

FERREIRA, Marcelo Brito. **Segurança de dignitários**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 2004, p.52

FOLHA, de São Paulo. Horizontes da Copa do Mundo de 2014. Edição 1263. Ano 27. São Paulo. 2010, p.8A

GONÇALVES. Antonio Miranda. **Planejamento de Segurança de Dignitários**. São Paulo: Editora Cortez, 2009, p.71.

MATO GROSSO (ESTADO). Decreto nº 7.870/06. **Cria no âmbito da Casa Militar do Estado de Mato Grosso o Curso de Proteção de Dignitários e dá outras providências**. Cuiabá: Diário Oficial, 2006.

_____. Decreto nº 2.368, de 10 de fevereiro de 2010. **Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Casa Militar**. Disponível em:

<<http://www.casamilitar.mt.gov.br/TNX/index.php?sid=121>> Acessado em: 19 de set. 2011.

MENDES, Augusto Ferreira. **Manual de Segurança e proteção de Dignitários**. São Paulo: Editora Moderna, 2009, p.63.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Cortez, 2002, p. 48.

TRÁFICO DE DROGAS NA FAIXA DE FRONTEIRA

Flavio Ramalho dos Santos¹

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de sistematizar informações acerca da opinião dos cidadãos de Cáceres/MT e Policiais sobre a atuação do GEFRON, o qual por força do Decreto Estadual nº 1.215 de 28.08.03 que aprovou o seu Regimento Interno, tem por finalidade prevenir e reprimir os crimes na fronteira oeste mato-grossense, tendo por fundamento a integração dos órgãos de Segurança Pública e como meta a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo, ainda, cumprir e preservar os direitos e garantias individuais do cidadão. A delimitação cronológica do estudo abrange o ano de 2009 e a delimitação espacial restringe-se ao município de Cáceres. Confirmou-se a hipótese de que a política de segurança pública adotada pelo GEFRON mantém os crimes registrados em níveis aceitáveis conforme entendimento de mais de 80% da sociedade cacerense e policiais do grupo, fortalecendo o Estado Democrático de Direito e reduzindo as oportunidades delituosas na região.

Palavras -chave: *GEFRON - fronteira - segurança pública.*

ABSTRACT

This survey aims to systematize information about the views of citizens from Cáceres/ MT and Cops on the role of GEFRON, which by virtue of State Decree N°. 1215 of 28.08.2003 which approved its Bylaws, is to prevent and prosecute crimes in the western border of Mato Grosso, and based on integration of the organs of public security and the goal of defending the democratic rule of law and human dignity, and they have to comply with and preserve the individual rights and guarantees of citizens . The chronological delimitation of the study covers the years 2009 and spatial boundaries is restricted to the city of Cáceres / MT. At the end confirmed the hypothesis that the public safety policy adopted by GEFRON recorded crime remains at acceptable levels as understanding more than 80% of the company and police Cácerense group, strengthening the democratic rule of law and reducing criminal opportunities in the region.

key words: *Gefron - frontier - public safety.*

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Graduado em Direito - UNIC, Graduado em Curso de Formação de Oficiais - APMCV, Pós Graduado em nível de Especialização em Gestão de Pessoas - FESPSP e em Gestão em Segurança Pública - UFMT.

INTRODUÇÃO

A elaboração de uma monografia traz ao pesquisador ao menos dois sentimentos distintos, quais sejam, superação por proporcionar a oportunidade de estudar de forma organizada e padronizada sobre um determinado assunto que lhe causa angústia ou dúvida, e o sentimento de satisfação por registrar no papel a trajetória da construção do seu pensamento. Sendo que para FURASTÉ monografia é um documento constituído de uma só parte ou de um número preestabelecido de partes que se completam².

Somos cômicos que diversas são as fontes de assuntos, entretanto, para o momento, destacamos duas, a vivência ou experiência pessoal: fruto da leitura e conversações sobre os problemas que ocorrem suscitando a necessidade de buscar uma resposta satisfatória, as inquietações surgidas frente ao problema e às hipóteses frágeis representando uma vivência que mereceriam melhor análise e maior aprofundamento; e o senso comum: por não apresentar explicações, comprovadas e fundamentações.

Assim, em que pese o pesquisador ter ao longo de mais de um ano, como integrante do Grupo Especial de Segurança de Fronteira – GEFRON, incrementado sua experiência pessoal e profissional, permanecia a sua inquietação quanto à adequação da política de segurança pública dispensada para a faixa de fronteira, mas precisamente para o município de Cáceres, por ser o principal pólo dessa faixa que conta com 28 municípios, e ter em sua malha viária a BR 070, que é a única via oficial de ligação entre a República Federativa da Bolívia e o Estado do Mato Grosso, no fortalecimento do Estado Democrático de Direito e na redução das oportunidades delituosas na região.

O tema é extremamente relevante para a sociedade mato-grossense à medida que as ações segurança pública adotada na faixa de fronteira repercutem em todo Estado, no tocante as taxas de violência e criminalidade de todos os municípios em

² FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 13 ed. Porto Alegre: Brasil, 2005, p. 13.

especial dos grandes centros. Bem como, permitem que os agentes públicos analisem se estão versando o erário de maneira a obter os melhores resultados ao menor custo.

O problema estudado é justamente a inexistência de informações sistematizadas acerca da opinião pública da região de Cáceres/MT sobre a atuação do GEFRON, o qual por força do Decreto Estadual nº 1.215 de 28.08.03 que aprovou o seu Regimento Interno, tem por finalidade prevenir e reprimir os crimes nessa região, tendo por fundamento a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo, ainda, cumprir e preservar os direitos e garantias individuais do cidadão.

A delimitação cronológica do estudo abrange o ano de 2009 e a delimitação espacial restringe-se ao município de Cáceres / MT pelos motivos já aventados.

A hipótese levantada é que a política de segurança pública adotada pelo GEFRON mantém os crimes registrados em níveis aceitáveis pela maioria da sociedade cacerense, fortalecendo o Estado Democrático de Direito e reduzindo as oportunidades delituosas na região.

Justifica-se tal estudo devido à manutenção das inquietações do pesquisador frente às frágeis respostas apresentadas à temática em outros trabalhos, por carecem de maior aprofundamento em termos de explicações, fundamentação e comprovação através de amostra significativa da população.

Assim o pesquisador realizou um trabalho monográfico que quanto à metodologia teve inicialmente um enfoque bibliográfico, por basear-se na leitura, análise e interpretação de textos de autores selecionados; e num segundo momento um enfoque na pesquisa de campo, onde por meio de entrevista tenta-se verificar se a política de segurança pública adotada esta alinhada aos motivos pelos quais o GEFRON foi criado. Caracteriza-se este estudo como uma pesquisa quantitativa, sem formação de juízo de valoração.

O trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro apresentou informações conceituais a cerca das palavras que compõe o problema da pesquisa, a

fim de que o leitor tenha condições de entender o que venha a ser Estado, Política de Segurança Pública, Estado Democrático de Direito, GEFRON, Cáceres, bem como todo o arcabouço jurídico que permeia a temática.

O segundo capítulo discorreu sobre a metodologia da pesquisa adotada, com a descrição do objeto de estudo, as questões norteadoras, o tipo de pesquisa, o sujeito da pesquisa e amostragem, o local de realização e como foi realizada a coleta de dados, o tratamento dos dados e a análise e interpretação dos dados pesquisados.

O terceiro capítulo apresentou os resultados da pesquisa com a análise quantitativa dos dados, bem como a discussão dos resultados. Na conclusão, arrazoamos sobre a comprovação da hipótese proposta por meio de considerações finais.

Enfim, a intenção do pesquisador foi de contribuir para a ciência através da elaboração de um trabalho científico relevante, bem como possibilitar o melhoramento do serviço prestado a sociedade mato-grossense pelo órgão o qual tem a honra de compor.

1 METODOLOGIA DA PESQUISA

O trabalho monográfico tem em sua gênese uma viagem por fatos históricos e conceitos a fim de proporcionar uma contextualização teórica sobre a evolução histórica do Grupo Especial de Segurança de Fronteira - GEFRON, bem como reverência as normas legais que norteiam o exercício do mister versado.

Já a pesquisa de campo teve a finalidade de buscar subsídios com vista a levantar informações à cerca opinião da sociedade cacerense e público interno sobre a política de segurança pública adotada pelo GEFRON no ano de 2009.

Assim, foram dois os grupos pesquisados, quais sejam, policiais e população de Cáceres/MT, sendo semelhantes os questionários aplicados à exceção do acréscimo do questionamento ao primeiro grupo sobre o tempo de efetivo serviço.

Abrindo um parêntese, frisamos ser de vital importância para os gestores antes de adotar novas estratégias ou diretrizes, conhecer e compreender os anseios do seu público alvo.

É importante entender o que as pessoas acreditam ser verdade em relação aos comportamentos organizacionais. Consideram que as pesquisas são instrumentos de inigualável valor, para diagnosticar os problemas organizacionais. E, quando bem fundamentadas, aplicadas e analisadas, elas podem contribuir para a solução de diversas deficiências, incluindo dificuldade de relacionamento, falta de motivação, insatisfação no ambiente de trabalho e elaboração de políticas.

1.1 OBJETO DE ESTUDO

Diagnosticar se a política de segurança pública reprime e previne os crimes na faixa da fronteira oeste mato-grossense.

1.2 PROBLEMA/PROBLEMATIZAÇÃO

A inexistência de informações sistematizadas acerca da opinião dos moradores da região de Cáceres/MT, bem como dos policiais que compõe o efeito, sobre a atuação do GEFRON, o qual por força do Decreto Estadual nº 1.215 de 28.08.03 que aprovou o seu Regimento Interno, tem por finalidade prevenir e reprimir os crimes nessa região, tendo por fundamento a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo, ainda, cumprir e preservar os direitos e garantias individuais do cidadão.

A hipótese levantada é que a política de segurança pública adotada pelo GEFRON mantém os crimes registrados em níveis aceitáveis pela maioria da sociedade cacerense, fortalecendo o Estado Democrático de Direito e reduzindo as oportunidades delituosas na região.

1.3 QUESTÕES NORTEADORAS

Realizamos uma análise crítica do Decreto Estadual nº 3.994, de 13.03.02, que cria o Grupo Especial de Segurança de Fronteira e do Decreto Estadual nº 1.215, de 28.08.03, que aprova o seu regimento, e após identificar todas as suas atribuições legais, buscamos avaliar o grau de eficiência e eficácia das políticas de segurança pública adotada, através de uma pesquisa de opinião junto à sociedade cacerense, a fim de identificar se a política de segurança pública implementada coaduna com ditames legais.

Assim, ciente dos objetivos gerais e específicos a serem alcançados no presente trabalho de pesquisa, foram estabelecidos quatro passos:

- O desenvolvimento de um plano para coleta de informações;
- A coleta de dados;
- A análise e classificação dos dados, e;
- A interpretação dos dados.

De modo que, quando da elaboração do plano para coleta de informações foi estabelecido que o questionário fosse dirigido à obtenção do nível de satisfação do público alvo com cada uma das atribuições legais do grupo.

1.4 TIPO DE PESQUISA

a. Quanto aos fins: exploratória e descritiva. Exploratória por conta da escassez de documentos ou conhecimento acumulado e sistematizado acerca do tema específico; e descritiva, pois visa descrever a percepção da sociedade cacerense sobre a imagem do GEFRON;

b. Quanto aos meios: de campo, bibliográfica e documental. De campo, haja vista, que teremos que sair a campo entrevistando o público alvo, aplicando questionários; bibliográfica à medida que pretendemos analisar trabalhos científicos que já escreveram sobre a imagem, papel e atuação do GEFRON no combate a

criminalidade na faixa de fronteira; e documental pela análise das Leis, Decretos e relatórios relacionados ao tema.

1.5 DELIMITAÇÃO CRONOLÓGICA E ESPACIAL DO OBJETO

A delimitação cronológica do estudo abrange o ano de 2009 e a delimitação espacial restringe-se ao município de Cáceres-MT.

1.6 INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Os dados foram obtidos através da aplicação de questionário fechado, que constitui uma fonte primária, por ter uma relação direta com os fatos analisados, existindo um relato ou registro da experiência vivenciada³.

1.7 SUJEITOS DA PESQUISA E AMOSTRAGEM

a. População:

- “A população residente no município de Cáceres/MT, de 10 anos ou mais de idade, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é de 67.910 pessoas (população total = 85.857 habitantes) ⁴”;

- Os policiais do GEFRON, que segundo o seu setor administrativo é de 97 policiais, sendo 90 policiais militares e 7 policiais civis.

b. Amostra

- Foram entrevistados 3.206 moradores de Cáceres, perfazendo um percentual de 4,72% dos sujeitos da pesquisa;

- Foram entrevistados 67 policiais, perfazendo um percentual 69,07% dos sujeitos da pesquisa.

³ RICHARDSON, R Jarryl. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo. Atlas, 1985, p. 208.

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. Disponível em: Http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&pag_inatural=1&uf=51&ketra=C. Acessado dia 10 de Ago de 2010.

1.8 COLETA DE DADOS

- Dados primários – foram obtidos através da aplicação de questionários estruturadas aos cacerenses e aos policiais do GEFRON;
- Dados secundários – obtidos através de pesquisa documental.

1.9 TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados foram organizados de forma que evidenciassem informações relevantes, em termos dos objetivos da pesquisa. O tratamento estatístico utilizado foi à distribuição de frequências e percentual, que consiste na organização dos dados de acordo com as ocorrências dos diferentes resultados observados, sendo para tanto, utilizado o programa Excel da Microsoft.

As questões do questionário foram organizadas separadamente para facilitar a compreensão e a comparação das respostas, bem como foram utilizadas tabelas no corpo do trabalho para evidenciar os dados obtidos e comparar as variáveis, ao final serão colocados gráficos para facilitar a visualização dos dados obtidos, utilizando, para tal, o gráfico de setores.

Os dados secundários serviram de apoio logístico às análises das questões geradoras.

1.10 PESQUISA DE VALORES

“Mesmo no ambiente de trabalho é possível encontrar pessoas que, embora exercendo as mesmas funções e expostas a condições semelhantes, comportam-se de forma diferente⁵”. Isto porque cada pessoa tem sua própria história, suas próprias experiências, valores, religião, necessidades e objetivos, e este conjunto faz com que as reações perante o ambiente, colegas, superiores e adversidades sejam muito particulares de cada indivíduo.

⁵ LEBOYER, Claude Levy. **A Crise das Motivações**. São Paulo: Atlas, 1994, p. 138.

Em se tratando de trabalho, principalmente em grandes Corporações, é fundamental examinar quais as necessidades e valores importantes para a situação específica de trabalho, ou seja: o que motiva e o que satisfaz o trabalhador no desenvolvimento das suas atividades.

1.11 DIFICULDADES NA OBTENÇÃO DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Inicialmente a pesquisa foi realizada de casa em casa, sendo observada a demora no preenchimento dos questionários, dificuldade dos entrevistados interpretarem a legenda do questionário, o elevado número de questões, e a pouca escolaridade dos moradores onde foram observadas.

Quando se tentou distribuir os questionários nas residências para passar recolhendo posteriormente, constatou um grande número de extravio e preenchimento equivocado de questionários.

1.12 ESTRATÉGIAS NA OBTENÇÃO DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Foram montados stands em locais de grande circulação, onde eram apresentados os equipamentos, viaturas e filmes para divulgar os serviços prestados pelo GEFRON, ao mesmo tempo em que agentes de campo realizavam a coleta dos dados, vale salientar que, embora, fossem os agentes de campo policiais militares, nenhum se identifica ou portava qualquer objeto que os relacionasse a caserna, de forma a influenciar nas respostas dos entrevistados.

Percebeu-se ser de extrema valia a orientação prévia aos entrevistados quanto às legendas e questões, antes do preenchimento dos quesitos propostos.

Ord	Data	Horário	Local
1	21/08/09 Sexta-feira	18 as 24:00	Praça Barão - Centro
	22/08/09 Sábado	08 as 12:00	Praça Cohab Nova
		16 as 04:00	Praça Barão - Centro
3	23/08/09 Domingo	08 as 12:00	Distrito de Limão
		16 as 22:00	Praça Barão - Centro
4	24/08/09 Segunda-feira	08 as 17:00	Praça Major João Dias - Centro
		18 as 23:00	Praça Barão - Centro
5	25/08/09 Terça-feira	08 as 17:00	Hospital Regional
		18 as 23:00	Praça Barão - Centro
6	26/08/09 Quarta-feira	08 as 22:00	Universidade de Cáceres - UNEMAT
7	27/08/09 Quinta-feira	07 as 17:00	2º Batalhão de Fronteira do Exército Brasileiro
		19 as 20:30	Escola Estadual 11 de Março e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres
8	28/08/09 Sexta-feira	08 as 17:00	Escola Agrotécnica Federal de Cáceres
		19 as 22:00	Escola Estadual Mario Motta e Escola Estadual Rodrigo Fortes.

Fonte: Originado da pesquisa

Quadro 1 Calendário de coleta de dados - pesquisa de campo.

2 DIMENSÃO METODOLOGICA DO TRABALHO

Para realização trabalho de campo foram escolhidos dois os grupos a serem pesquisados, quais sejam, a comunidade local e os policiais integrantes do GEFRON, sendo semelhantes os questionários aplicados à exceção do questionamento a cerca de quanto tempo reside no município de Cáceres direcionado ao primeiro grupo, isto porque, àqueles que declaravam não residir naquele município eram dispensados; outra exceção está no questionado direcionado ao segundo grupo por conta da necessidade de se levantar em conta o tempo de serviço no GEFRON e na profissão.

2.1 QUESTIONÁRIO

O questionário aplicado aos Policiais Militares que trabalham no GEFRON foi composto no total de 35 itens a serem respondidos, sendo os seis primeiros voltados a uma análise do perfil do entrevistado, tendo perguntas sobre: sua religião, idade, tempo de serviço na Polícia, tempo de serviço no GEFRON, Estado Civil e Escolaridade; Já as outras 29 questões estavam direcionadas a visão que o entrevistado tem do Grupo Especial de Fronteiras enquanto instituição e seus integrantes.

Já o questionário aplicado aos Cidadãos de Cáceres foi composto no total de 34 itens a serem respondido, sendo os cinco primeiros voltados a uma análise do perfil do entrevistado, tendo perguntas sobre: sua religião, idade, tempo, residência em Cáceres, Estado Civil e Escolaridade; Já as outras 29 questões estavam direcionadas a visão que o entrevistado tem do Grupo Especial de Fronteiras enquanto instituição e seus integrantes.

Todas as questões são de respostas objetiva, haja vista o elevado número de questões para tabular. Toda via na primeira questão, sobre religião, foi deixado uma categoria em branco para o próprio entrevistado escrever sua religião, caso não tenha sido contemplada nas categorias anteriores.

2.2 METODOLOGIA

Desse modo foi elaborado uma planilha eletrônica no software Microsoft Excel, tendo como referência para cada coluna as possíveis respostas das questões, as linha foram preenchidas e representadas por cada questionário, no final da última coluna referente ao questionário foi inserido uma coluna com a soma da linha o que nos dá um controle por questionário, já na última linha há uma somatória dos grupos de resposta, o que nos dá um controle por questão.

Para transcrição do material em papel para digital foi considerado BN (Branco ou Nulo) toda questão que não houve resposta ou que havia duas ou mais

respostas, porém a tabulação não teve um rigor de gabarito, ou seja, caso a pessoa marcou duas respostas, mas escreveu erro ou nulo ou outra forma que se perceba claramente sua escolha, o item escolhido foi tabulado normalmente.

Após toda tabulação dos questionários dos policiais do GEFRON foi escolhido aleatoriamente 05 números do universo de 01 a 67, ou seja, uma amostragem de 7,5% para uma revisão e cálculo da margem de erro, os números escolhidos foram:

7	5	3	5	1
---	---	---	---	---

Fonte: Originado da pesquisa

Quadro 2 Números dos questionários escolhidos por amostragem para o cálculo de margem de erro

Como avaliamos 05 questionários e cada questionário tem 35 itens totalizou 175 respostas conferidas, onde não tivemos resposta lançada erroneamente na planilha eletrônica, agregado a uma amostragem de pesquisa muito grande de aproximadamente 73% do universo total existente; Podemos atribuir à margem de erro da pesquisa de 0,25% para mais e 0,25% para menos.

De mesma sorte, após toda tabulação foi escolhido aleatoriamente 64 números do universo de 0001 a 3206, ou seja, uma amostragem de 2% para uma revisão e cálculo da margem de erro, os números escolhidos foram:

501	562	603	665	732	815	888	899	912	930	945
977	993	1003	1009	1036	1234	1357	1420	1432	1467	1476
1481	1492	1512	1526	1537	1546	1555	1567	1570	1578	1582
1586	1592	1596	1602	1631	1635	1642	1801	1935	1955	1978
1989	1999	2001	2010	2155	2250	2587	2850	2987	3021	3034
3045	3058	3068	3089	3112	3156	3164	3179	3199	****	****

Fonte: Originado da pesquisa

Quadro 3 Números dos questionários escolhidos por amostragem para o cálculo de margem de erro.

Como avaliamos 64 questionários e cada questionário tem 34 itens totalizou 2176 respostas conferidas, e tivemos apenas 6 respostas lançadas erroneamente na planilha eletrônica, o que representa 0,28%. No entanto temos que levar em consideração a magnitude do universo o qual se está atribuindo as resposta, população de Cáceres, por esta razão trabalharemos com a margem de erro de 0,5% para mais e 0,5% para menos.

2.3 PESQUISA DE VALORES DA ANAMNESE

A faixa de fronteira oeste mato-grossense, especialmente na região de Cáceres, conta com vários personagens sendo que para a presente pesquisa foram considerados a comunidade que reside nesse local e os policiais do GEFRON, uma vez que, apesar de estarem inseridos no mesmo ambiente, percebem o mundo de maneira diferente. Isto porque, cada pessoa tem sua própria história, suas próprias experiências, valores, religião, necessidades e objetivos, e este conjunto faz com que as reações perante o ambiente, colegas e adversidades sejam muito particulares de cada indivíduo.

2.4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Serão interpretados os resultados da Pesquisa de valores, para mensurar a opinião dos entrevistados em relação à hipótese levantada pela pesquisa, qual seja, se a política de segurança pública adotada pelo GEFRON mantém os crimes registrados em níveis aceitáveis pela maioria da sociedade cacerense, fortalecendo o Estado Democrático de Direito e reduzindo as oportunidades delituosas na região.

Isto porque, como já vimos, a concepção do GEFRON se deu quando a sociedade exigiu e as autoridades públicas cômicos de sua responsabilidade não envidaram esforços em firmar presença do Estado através de um ente que congregasse vários órgãos estatais ligados aos sistemas de segurança pública, com vista a combater o crime instalado ou que se utilizava da fronteira oeste mato-grossense para a prática de seus ilícitos.

Assim, passados cerca de oito anos nos cabe colocar a crivo o trabalho desenvolvido pelo GEFRON frente à opinião da sociedade e dos policiais, por meio de um método científico que pode ser comprovado, com vista a aprimorar ou corrigir as políticas públicas desenvolvidas.

Temos certeza que a sociedade usufruirá dos frutos produzidos por este trabalho, pois deseja e tem direito a direito a uma segurança pública adequada, conforme previsão legal, assim como os gestores públicos terão a sua disposição uma ferramenta que os irão auxiliar na tomada de decisões de forma a melhor gerir o erário e manter a criminalidade em índices aceitáveis.

Por derradeiro, depois de acurada análise dos dados obtidos na pesquisa, concluímos que a hipótese formulada inicialmente, confirmou-se, uma vez que tanto a sociedade como os policiais do GEFRON entendem que os crimes na faixa de fronteira – oeste estão em níveis aceitáveis.

3. CONCLUSÃO

Os dados apurados na pesquisa mostram que a maioria da sociedade Cacerense e policiais entrevistados aprovam a política de Segurança Pública adotada pelo GEFRON para a faixa de fronteira oeste mato-grossense, sendo que pela pertinência, ratificamos algumas informações, conforme se vê abaixo:

a. De maneira geral 2584 (81 %) dos cidadãos de Cáceres e 54 (82 %) dos policiais entendem que o GEFRON é eficiente no combate ao tráfico de drogas.

b. Já quanto à eficiência do GEFRON no combate aos crimes de Contrabando e Descaminho temos que 2474 (77 %) da sociedade cacerense e 49 (74 %) dos policiais, avaliaram positivamente o serviço prestado.

c. Na visão dos 2334 (73 %) cidadãos de Cáceres e 53 (80%) dos policiais entrevistados, entendem que o GEFRON é eficiente no combate aos crimes de Roubo de Veículos.

d. Apesar do GEFRON trabalhar de forma integrada aos outros órgãos do sistema de segurança pública em especial aqueles de âmbito Estadual, 2486 (78%) dos cidadãos de Cáceres e 42 (64%) dos policiais, concordam em haver a devida integração.

e. Para 2522 (79%) dos Cidadãos de Cáceres e 63 (94%) dos policiais o GEFRON promove o combate à criminalidade.

f. No tocante a preservação dos direitos e garantias individuais do Cidadão percebemos que 2367 (74 %) dos Cidadãos de Cáceres e 63 (95 %) avaliam positivamente esse quesito.

g. Para 2809 (87%) dos Cidadãos de Cáceres e 66 (99%) dos policiais entendem que o GEFRON é bem aceito na sociedade.

h. Para 2157 (67%) dos Cidadãos de Cáceres e 60 (91%) dos policiais entendem que o GEFRON interage com a comunidade.

i. Para 2518 (79%) dos Cidadãos de Cáceres e 66 (99%) dos policiais entendem que o trabalho do GEFRON pode ser utilizado como modelo para outros Estados.

j. Para 2640 (83 %) dos Cidadãos de Cáceres e 60 (91%) dos policiais entendem que as ações do GEFRON devem ser ampliadas para outras regiões do Estado

Diante dos dados acima, constatamos ser muito positiva a avaliação interna e externa do trabalho desenvolvido pelo GEFRON, podendo inclusive ser utilizado como modelo para outros Estados e regiões do Mato Grosso.

Por outro lado, temos que a presente pesquisa técnico-científica perfunctoriamente se fundamenta na indagação, quanto à aceitabilidade da sociedade cacerense e público interno no tocante a política de Segurança Pública desenvolvida pelo GEFRON.

Sendo ponto nevrálgico deste estudo a inexistência de informações sistematizadas acerca do tema, em que pese às responsabilidades legais desse grupo.

Iniciamos o trabalho trazendo a baila informações conceituais acerca das palavras que compõe o problema da pesquisa, quais sejam, Estado, Política de Segurança Pública, Estado Democrático de Direito, GEFRON, Cáceres, bem como todo o arcabouço jurídico que permeia a temática.

Proseguimos o estudo, buscando apresentar a metodologia da pesquisa adotada e os resultados obtidos.

O trabalho mostrou que a grande maioria da sociedade cacerense e público interno aprovam as ações desenvolvidas pelo GEFRON, as quais têm consonância com os ditames legais pelo qual foi concebido, entretanto, nada está tão bom que não possa ser melhorado.

Por fim, indico que este trabalho monográfico tem duas pretensões, a saber, alcançar o sucesso acadêmico com o atingimento do objetivo geral e específico, e

sistematizar informações acerca do trabalho desenvolvido pelo GEFRON, com vista a fornecer ferramentas úteis à tomada de decisão dos gestores em Segurança Pública na fronteira oeste mato-grossense, tendo por base os resultados alcançados na pesquisa de campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 13 ed. Porto Alegre: Brasil, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. Disponível em:
[Http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&pag_inatural=1&uf=51&ketra=C](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&pag_inatural=1&uf=51&ketra=C). Acessado dia 10 de Ago de 2010.

LEBOYER, Claude Levy. **A Crise das Motivações**. São Paulo: Atlas, 1994.

RICHARDSON, R Jarryl. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo. Atlas, 1985.

OBRAS CONSULTADAS

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICIPIOS. Dados Gerais. Disponível em: http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/amm/dado_geral/mumain.asp. Acessado em 09 de Abr de 2010.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. Lei Federal nº. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, cria o fundo Nacional de Segurança Pública. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/#>. Acessado em 22 de mar de 2010.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal** (Publicada no Diário Oficial da União nº 191-a, de 5 de outubro de 1998). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>. Acessado em 22 de mar de 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP**, também conhecido por Plano Nacional Antiviolação, de 20 de junho de 2000. Brasília: Secretária Nacional de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.defesasocial.al.gov.br/arquivos/plano-nacional-de-seguranca-publica.pdf/view>. Acessado em 20 de mar de 2010.

JUCÁ, Roberta Laena Costa. **O papel da sociedade na política de segurança pública**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3525>. Acessado dia 13 de mar de 2010.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional - Esquematizado**. 8 ed. São Paulo: Método, 2005.

MATO GROSSO. Decreto n. 3.994, de 13 de março de 2002. Dispõe sobre a criação do Grupo Especial de Segurança de Fronteira - GEFRON. Cuiabá: Palácio Paiaguás, 2002.

MATO GROSSO. Plano de Trabalho de Segurança Integrada na Região da Fronteira Oeste. Cuiabá: Secretária Estadual de Justiça e Segurança Pública. 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 20 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

PESSOA, Robertônio. **Curso de Direito Administrativo**. 1 ed. Brasília: Consulex, 2000.

OLIVEIRA, Heverton Mourett. SIQUEIRA JUNIOR, Airton Benedito Monografia **Radiopatrulhamento aéreo: ampliação segurança e vetor de desenvolvimento na faixa de fronteira mato-grossense**. Porto Velho: CAO, 2006. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais), Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores, Polícia Militar de Rondônia.

SILVA, Maurozan Cardozo, Monografia **Ações integradas de Polícia - GEFRON**. Cuiabá: CAO, 2005. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais), Academia de Polícia Militar, Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

WIKIPEDIA. **Direitos Humanos**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_humanos. Acessado em 22 de mar de 2010.

WIKIPEDIA. **Sequestro do ônibus 174**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sequestro_do_%C3%B4nibus_174. Acessado em 19 de mar de 2010.

DIREITOS HUMANOS: VIOLAÇÕES POR POLICIAIS MILITARES

Maurozan Cardoso Silva¹

RESUMO

A violência policial é pauta das preocupações da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Câmara de Deputados, especialmente por violar direitos das pessoas já vulnerabilizadas pela exclusão social, por esta razão estudou-se as denúncias de violações registrados pela Corregedoria Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, constatando-se, num período de cinco anos, mais de oitocentos fatos ali registrados, que podem ser considerados como violação a direito fundamental do cidadão.

Palavras-chave: *Violência policial - Direitos humanos - Violações.*

RESUMEN

La violencia policial es la agenda de las preocupaciones de la Comisión de Derechos Humanos y las Minorías de la Cámara, sobre todo por la violación de los derechos de las personas ya vulnerables a la exclusión social, por esta razón hemos estudiado las denuncias de violaciones registrados por la División de Asuntos Internos de la Policía Militar de Mato Grosso, señalando que en un período de cinco años produjeran más de ochocientos expedientes hay hechos que pueden considerarse como violación del derecho fundamental de los ciudadanos.

Palabras clave: *Violencia policial - Derechos humanos - Violaciones*

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Direito pela Univesidade de Cuiabá, Especialista em Polícia Militar pelo Exército da Colômbia, Especialista em Gestão de Segurança Pública (CAO) pela UFMT e PMMT;

INTRODUÇÃO

A violação de direitos humanos por parte de corporações policiais é tema recorrente na sociedade brasileira, segundo a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados em seu relatório alusivo ao ano de 2007, a violência policial esteve em pauta durante todo o ano, sendo registrado dentre outros casos de arbitrariedade, o uso excessivo da força:

A violência policial foi outro assunto que esteve em pauta e mereceu a preocupação da CDHM durante todo este ano. Lamentavelmente, o emprego excessivo, desmensurado e arbitrário da força pelos agentes de segurança pública do Estado, especialmente contra os setores da sociedade brasileira já vulnerabilizados pela exclusão social, foi um elemento recorrente nas denúncias recebidas pela CDHM ao longo do ano.²

Acreditamos que o fato da CDHM ter constatado a violência praticada pelos agentes de segurança pública tem sido elementos recorrente de denúncias deve acender um sinal de alerta no gabinete dos gestores responsáveis por tais serviços, por esta razão propõe-se estudar o tema, elegendo como objeto a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

A Constituição da República em seu art. 1º, a dignidade humana é um dos seus fundamentos norteadores do Estado Brasileiro. Vejamos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
[...]
III - a dignidade da pessoa humana;³

Conforme previsão constitucional, às polícias militares compete a polícia ostensiva a preservação da ordem pública⁴, o que vale dizer que são as responsáveis por zelar pela paz e pela tranquilidade da sociedade.

² Comissão de Direitos Humanos e Minorias. *2007 Um ano de lutas e renovações*. Brasília: Edições Câmara, 2008.

³ BRASIL, *Constituição Federal*. 22 ed atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva 1999.

⁴ Idem, art. 144 § 5º.

Destarte, sendo a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, uma instituição da Democracia, que tem dentre as suas atribuições a preservação da ordem pública, que por sua vez é fator fundamental para o favorecimento da dignidade humana, não deveria ter registros de membros do seu quadro violando direitos humanos das pessoas, pois cada violação afeta profundamente a dignidade humana, pois são incompatíveis as atribuições dadas pela Constituição da República às polícias militares, com histórias de atos de violações, que não saem das pautas dos organismos de defesa de direitos humanos. Daí a necessidade de se conhecer as reclamações de violências policiais, para, assim, possibilitar ao administrador traçar estratégias para evitá-las.

1 DIREITOS HUMANOS E DIGNIDADE HUMANA

Terminada a Segunda Guerra Mundial e ainda abalados pelos seus efeitos, visando evitar novo Holocausto, a comunidade mundial aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, convencionando-se, assim, a proteção dos direitos das pessoas no âmbito da comunidade internacional.

Há que se ressaltar, porém, que a história dos direitos humanos não começa em 1948, com a Declaração Universal de Direitos Humanos, estabelecida pela ONU. Conforme João Baptista Herkenhoff o reconhecimento de tais direitos provém da Antiguidade: no Código de Hamurabi (Babilônia, século XVIII a.C.), no pensamento de Amenófis IV (Egito, século XIV a.C.) na filosofia de Mêncio (China século IV a.C.), na República de Platão (Grécia, século IV a.C.), contudo, sustenta que a garantia de tais direitos ficavam ao critério de cada governante⁵.

Com o advento da Revolução Francesa os direitos humanos ganharam *status* constitucional e, por intermédio do texto da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 1789, foram proclamados os direitos fundamentais do

⁵ HERKENHOFF, João Baptista, Gênese dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/herkenhoff/livro1/dhundo/index.html#1> Acesso em 12 de nov. de 2010.

Homem, bem como, impôs-se mecanismos de controle do Estado em relação ao cidadão.

Promulgada em 05 de outubro de 1988, a atual Constituição Brasileira, chamada por Ulisses Guimarães de Constituição Cidadã, pôs fim ao último período ditatorial do século XX e, na linha das constituições modernas, estabeleceu no seu art. 1º a dignidade humana como um de seus fundamentos principais.

Começa ali um novo País, com novos princípios, que em oposição ao regime anterior elegeu a pessoa humana como o centro de seus propósitos, elencado, de forma exemplificativa, um rol extenso de direitos que deveriam ser garantidos, fomentados e respeitados pelo Estado Brasileiro, tudo isto com o antigo propósito de se assegurar a liberdade, a igualdade, a fraternidade e a solidariedade ao povo brasileiro.

Desse modo a dignidade humana passa a ser o eixo da Norma Fundamental Brasileira e, com isto os direitos humanos, classificados como direitos fundamentais, embalados pelos ventos da Democracia, foram acrescidos ao ordenamento jurídico, como forma de garantia do indivíduo frente aos propósitos autoritários do Estado.

A palavra *dignidade* de que fala a Constituição Brasileira resume em seu significado importância que se deve dispensar a uma pessoa. O homem é dotado de capacidades racional e de realização, daí a sua importância incomensurável. Cada ser humano é único, ele tem a capacidade de pensar e agir de forma distinta. Dada a essas características de distinção existentes entre os homens é que podemos dizer que cada um é possuidor de dignidade.

É a dignidade humana o indutor do estabelecimento das normas de direitos humanos. É em razão da dignidade que cada indivíduo possui é que deve ter reconhecida a sua igualdade em relação ao seu semelhante, que deve ter respeitada a sua integridade, garantida a sua liberdade, bem como merecedor da solidariedade humana.

Nesse sentido, João Baptista Herkenhoff quando fala sobre direitos humanos manifesta-se da seguinte forma:

Por direitos humanos ou direitos do homem são, modernamente, entendidos aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. ⁶

Desse modo, por ser importante e por ser digno é que o indivíduo deve ter reconhecidos e respeitados os seus direitos.

1.1 VIOLENCIA

Violência, segundo João Baptista Herkenhoff, “é a qualidade ou característica daquilo que age com ímpeto, que se exerce com força, ou que se faz contra o direito e a justiça.”⁷

João Baptista Herkenhoff, para distinguir as espécies de violência estabeleceu o seguinte esquema:

- a) violência institucionalizada, decorrente da estrutura sócio-econômica vigente;
- b) a violência privada, de indivíduos ou grupos, que se manifesta através de comportamentos definidos como criminosos, pelo sistema legal;
- c) a violência oficial, representada pela repressão policial e por aquela exercida pelo aparelho judiciário e prisional.⁸

Interessa-nos neste estudo a violência policial, que, da forma como apontada pelo autor, é espécie de violência oficial exercida contra o direito e a justiça.

⁶ HERKENHOFF, João Baptista. *Curso de Direitos Humanos – Gênese dos Direitos Humanos*. São Paulo : Acadêmica, 1994, p. 30, v.1.

⁷ HERKENHOFF, João Baptista. *Direito e Utopia*. São Paulo: Acadêmica, 1993. p. 25.

⁸ Idem, p. 26.

1.2 SERVIR E PROTEGER COMO DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A data de 05 de outubro de 1988 também estabelece outro marco: A Constituição Federal atribuiu às polícias militares, no seu art. 144, §5º, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública⁹, o que, na essência, significa que a elas competem a garantia do equilíbrio dos direitos dos cidadãos brasileiros, que deve ser feito de modo que se evite que os cidadãos sofram agressões que impeçam o seu pleno desenvolvimento e gozo de poder viver na Democracia recém criada.

A dimensão das atribuições constitucionais dadas às polícias militares, ainda, não se cristalizou diante dos profissionais da segurança pública. Também não é fácil operar tal evento: num dia as polícias militares faziam parte do aparelho repressor da ditadura militar e no outro acordaram com Instituições da Democracia com obrigação de garantir tais os direitos que até então eram relegados em detrimento dos interesses do Estado ditatorial.

Já são passados pouco mais de vinte anos desde a inauguração da Constituição Cidadã e nesse período temos acompanhado o caminhar das polícias militares na busca de suas identidades. As grandes questões postas são: o que é a Polícia Militar? A quem serve? Tais questões são de respostas fáceis: a Polícia Militar é Instituição da Democracia e deve servir à comunidade.

Apesar das respostas serem fáceis, é, porém de difícil assimilação, pois, apesar da Constituição ter inaugurado um novo País, com novos valores e novos princípios, o ato não teve reflexo imediato dentro das instituições policiais, já que, apesar da nova Constituição, não houve, de forma concomitante, a substituição dos chefes e dos detentores do poder. A falta de substituição da cúpula hierarquizada permitiu, ao longo desse tempo, a continuidade da velha cultura organizacional, que sob argumento da defesa do interesse do Estado se aproveitava para violar direitos do cidadão.

⁹ BRASIL, *Constituição Federal*. 22 ed atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1999.

Apesar da nova ótica trazida pela Constituição da República, as Polícias Militares se mantêm quase que inalteradas e, como acontece até os dias de hoje, talvez pela comodidade que isso possa proporcionar, ainda não se desvincularam das ordens do executivo dos respectivos estados, para cumprirem, com autonomia, as suas atribuições constitucionais que lhes são afetas.

Isso significa dizer que apesar da Constituição da República ter transformado as polícias em Instituições de Estado, elas permanecem, a exemplo do que acontecia na época da ditadura, como órgãos de governo, atreladas ao Exército e aos governadores dos estados, que estabelecem as políticas de segurança conforme a leitura da conjuntura local e das cores partidárias que se sucedem no poder.

Por conseguinte, se as próprias instituições policiais ainda não descobriram a sua real identidade no contexto democrático, o que dirá dos seus membros! Conforme alhures citado, a Constituição Federal fala que compete às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, isto parece complexo, porém, para facilitar, plagiando os norte-americanos, dizemos que a nós, policiais militares, cabe “servir e proteger” a comunidade.

Se à Polícia Militar cabe servir e proteger a comunidade, é, portanto, paradoxal a ocorrência de policiais militares acusados de violações de direitos humanos. Mesmo assim, visando verificar a procedência das afirmações da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados buscou-se verificar se policiais militares do Estado de Mato Grosso violam os direitos das pessoas a quem estão obrigados a defender.

2. METODOLOGIA

Para responder ao problema proposto, lançou-se mão da pesquisa documental. Conforme Lino Rampazzo: A pesquisa é chamada “documental”

porque procura os documentos de fonte primária, a saber, os “dados primários” provenientes de órgãos que realizaram as observações.¹⁰

A fonte do estudo foram as ocorrências e os pedidos de providências registrados na Divisão de Atendimento ao Cidadão da Corregedoria Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso durante o período compreendido entre 2005 e 2009.

A Divisão de Atendimento ao Cidadão é uma seção da Corregedoria Geral da PMMT que tem, dentre as suas atribuições, a missão de receber as pessoas que procuram a Corregedoria Geral e registrar as ocorrências e os pedidos de providências envolvendo denúncias em desfavor de policiais militares.

A distinção entre ocorrência e pedido de providência está no fato de que a ocorrência é o dado resultante da denúncia de uma pessoa que procura pessoalmente a Divisão de Atendimento ao Cidadão para fazer o registro de sua queixa, já o pedido de providência é a denúncia que chega àquela Divisão por intermédio de documentos já formatados, sejam em forma de ofícios ou representações do próprio interessado, ou oriundo das ouvidorias ou de outros órgãos do Estado.

Cada ocorrência ou pedido de providência registrados na Divisão de Atendimento ao Cidadão recebe uma classificação, conforme a sua natureza.

Até o ano de 2006 esta classificação era feita de forma ampla, já que a natureza registrada buscava ser a mais próxima ao relato dos fatos, porém, a partir de 2007 tais dados passaram a ser registrados com base na classificação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que restringiu para dezesseis as citadas naturezas.

Os dados relativos às ocorrências e pedidos de providências são registrados de forma apartada, porém, para efeito desta pesquisa foram somados e, para dar uma visão homogênea do resultado, reclassificou-se os dados dos anos de 2005 e 2006, que estavam registrados com natureza ampliada, e foram colocados no formato estabelecido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Desse modo, algumas

¹⁰ RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2005, p. 51.

ocorrências dos anos de 2005 e 2006, que estavam registradas como “agressão”, foram, para efeito deste trabalho, reclassificadas como “ação policial resultante em lesão corporal” ou “abuso de autoridade”, conforme o caso; outros registros cuja natureza era ameaça, foram reclassificados como “abuso de autoridade” ou “participação de policiais em outros tipos de crimes”.

Apesar da classificação da Secretaria Nacional de Segurança Pública conter dezesseis espécies de ocorrências, elegeu-se como objeto da pesquisa as quatro espécies de naturezas que mais se aproximam do objetivo proposto, ou seja: analisar os casos de violação de direitos humanos, assim, de todas as ocorrências e pedidos de providências registrados na Divisão de Atendimento ao Cidadão trabalhou-se com:

- a) ação policial resultante em homicídio;
- b) ação policial resultante em tortura;
- c) ação policial resultante em lesão corporal;
- d) abuso de autoridade¹¹.

2.1 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No ano de dois mil e cinco registrou-se seis tentativas de homicídio, cinco casos de tortura, sessenta e oito ações policiais resultantes em lesão corporal, noventa e dois casos de abuso de autoridade, totalizando, assim, cento e setenta e um casos violações.

¹¹Monitoramento das condições de funcionamento, recursos humanos, recursos materiais convencionais, ações e a articulação com a Senasp: Corregedorias- Formulário xls. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/senasp/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMID01FDE79D86AA482EA3A212E94697F2C2PTBRIE.htm>, acessado em 07 dez. 2010.

Tabela 1
Ocorrências e Pedidos de Providências

Período	Natureza	Total
2005.....	Ação policial resultante em homicídio (tentado)	6
2005.....	Ação policial resultante em tortura	5
2005.....	Ação policial resultante em lesão corporal	68
2005.....	Abuso de autoridade	92
Total		171

Fonte: Divisão de Atendimento ao Cidadão da Corregedoria Geral da PMMT - Nov. 2010

No ano de dois mil e seis foram registrados quatro casos de homicídio, cinco casos de tortura, cinquenta e duas ações resultantes em lesões corporais e cento e onze casos de abuso de autoridade, totalizando cento e setenta e dois casos de violações.

Tabela 2
Ocorrências e Pedidos de Providências

Período	Natureza	Total
2006.....	Ação policial resultante em homicídio	4
2006.....	Ação policial resultante em tortura	5
2006.....	Ação policial resultante em lesão corporal	52
2006.....	Abuso de autoridade	111
Total		172

Fonte: Divisão de Atendimento ao Cidadão da Corregedoria Geral da PMMT - Nov. 2010

No ano de dois mil e sete não houve registro de homicídio, contudo, registrou-se um caso de tortura, cinquenta casos de lesões corporais e cento e sessenta e três casos de abuso de autoridade, totalizando duzentos e catorze casos de violações.

Tabela 3
Ocorrências e Pedidos de Providências

Período	Natureza	Total
2007.....	Ação policial resultante em homicídio	0
2007.....	Ação policial resultante em tortura	1
2007.....	Ação policial resultante em lesão corporal	50
2007.....	Abuso de autoridade	163
Total		214

Fonte: Divisão de Atendimento ao Cidadão da Corregedoria Geral da PMMT - Nov. 2010

No ano de dois mil e oito foram registrados dois homicídios, dois casos de tortura, trinta ações policiais resultantes em lesão corporal e cento e trinta e oito casos de abuso de autoridade, totalizando cento e setenta e dois casos de violações.

Tabela 4
Ocorrências e Pedidos de Providências

Período	Natureza	Total
2008.....	Ação policial resultante em homicídio	2
2008.....	Ação policial resultante em tortura	2
2008.....	Ação policial resultante em lesão corporal	30
2008.....	Abuso de autoridade	138
Total		172

Fonte: Divisão de Atendimento ao Cidadão da Corregedoria Geral da PMMT - Nov. 2010

No ano de dois mil e nove registrou-se um caso de homicídio, três casos de tortura, seis ações policiais resultantes em lesões corporais e cento e trinta e cinco casos de abuso de autoridade, totalizando 145 violações.

Tabela 5
Ocorrências e Pedidos de Providências

Período	Natureza	Total
2009.....	Ação policial resultante em homicídio	1
2009.....	Ação policial resultante em tortura	3
2009.....	Ação policial resultante em lesão corporal	6
2009.....	Abuso de autoridade	135
Total		145

Fonte: Divisão de Atendimento ao Cidadão da Corregedoria Geral da PMMT - Nov. 2010

Constatou-se, assim, que, no período abrangido pelo trabalho, o somatório dos registros totalizou 874 (oitocentas e setenta e quatro) violações a direitos humanos, numa média de 174,8 (cento e setenta e quatro vírgula oito) casos por ano.

É certo que a Divisão de Atendimento ao Cidadão da Corregedoria Geral da Polícia Militar, pelo fato de estar na Capital do Estado, concentra a maioria das denúncias, porém, há que se ressaltar que os dados com os quais trabalhou-se não representa a totalidade de denúncias formuladas contra policiais militares. A Divisão de Atendimento ao Cidadão é apenas uma das portas pelas quais as reclamações da população são registradas. O Estado de Mato Grosso é muito grande, mas graças a forma de organização da Polícia Militar, é possível o registro de ocorrência e de pedido de providência em todas as unidades da Corporação, já que em cada um dos onze Comandos Regionais existem as Divisões de Justiça e Disciplina e em cada Batalhão há a Seção de Justiça e Disciplina, que possuem atribuições para colherem as reclamações da sociedade e, por intermédio do poder disciplinar de cada comandante, é possível dar soluções aos casos ali apresentados sem que seja necessária a intervenção da Corregedoria Geral.

Em razão dessas características, os dados tratados, apesar de representarem a maioria dos registros feitos pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, não representam a totalidade de violência atribuída aos policiais militares de seu quadro.

3. CONCLUSÃO

Os homens e mulheres quando ingressam na Corporação, mesmo que seja só no aspecto formal, são pessoas idôneas e sem máculas, mas a partir do momento que começam a desenvolver de suas atividades, são colocados diante da cultura organizacional e das diversas formas de violências. Não se sabe, ao certo, até que ponto estes fatores influenciariam em na prática de ações violentas contra o cidadão, certo é, contudo, que não há como justificar agressões policiais. Sobre este aspecto, basta lembrar que o policial deve restringir seus atos dentro dos parâmetros legais. Os direitos humanos são garantias constitucionais que restringe a ação do Estado em face do cidadão, indistintamente, seja ou não criminoso, e a partir do momento que o policial, que na sua ação representa a força estatal, não observa a norma garantista, extrapola o seu dever e passa de defensor social a violador de direitos humanos.

João Batptista Herkenhoff, ao classificar a *violência oficial* como a representada pela *ação policial*,¹² pode levar à conclusão precipitada de que a repressão criminal legítima seria fator de prejuízo social, porém, entendemos, a princípio, que a violência não pode ser atribuída às instituições: polícias, mas aos seus respectivos agentes, quando não observam ou quando extrapolam os limites legais, garantidores dos direitos individuais.

Porém, pode-se dizer que há violência oficial quando os agentes estatais violam direitos individuais e permanecem impunes por inação ou condescendência dos dirigentes de tais órgãos.

¹² HERKENHOFF, João Baptista. *Direito e Utopia*. São Paulo: Acadêmica, 1993. p. 25.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Constituição Federal**. 22 ed atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1999.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 14 ed. Porto Alegre: [S. Ed.], 2006, p.28.

HERKENHOFF, João Baptista. **Direito e Utopia**. São Paulo: Acadêmica, 1993.

_____. **Curso de Direitos Humanos - Gênese dos Direitos Humanos**. São Paulo : Acadêmica, 1994, v.1.

_____. **Gênese dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/herkenhoff/livro1/dhmunido/index.html#1> Acesso em 12 de nov. 2010.

MINORIAS, Comissão de Direitos Humanos e. **2007 Um ano de lutas e renovações**. Brasília: Edições Câmara, 2008.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E OS CRIMES DE INCÊNDIO FLORESTAL E DE POLUIÇÃO POR QUEIMA INTENCIONAL NO BRASIL: UMA ABORDAGEM INICIAL

Alessandro Mariano Rodrigues¹

Alberto Waingort Setzer²

RESUMO

O presente artigo aborda a realidade dos crimes de incêndio florestal e de poluição por queima intencional no Brasil, em especial, no Estado de Mato Grosso, e revela a antinomia criada entre o artigo 144 da Constituição Federal e o Decreto nº 2.261, de 08 de julho de 1998, que institui, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - PREVFOGO, com a finalidade de prevenir e combater incêndios florestais, desenvolver e difundir técnicas de manejo controlado de fogo, capacitar recursos humanos e conscientizar a população sobre os riscos do emprego inadequado do fogo, como se órgão de segurança pública fosse, ao atuar, em substituição aos Corpos de Bombeiros Militares, fora do ciclo de polícia e do ciclo da persecução criminal, promovendo insegurança, intranquilidade e insalubridade pública; desvio de finalidade; desmantelamento institucional; desmatamento consentido; poluição atmosférica e impunidade.

Palavras-chave: *Corpo de Bombeiros Militar - Incêndio Florestal - Crime*

ABSTRACT

This article broaches the reality of the wildfire's crime and pollution by intentional burning fire in Brazil, in special, in the Mato Grosso State, revealing the contradiction between Article 144 of the Federal Constitution and the Decree No.2,261, of July 8, 1,998, setting up, within the framework of the Brazilian Institute of Environment and Natural Resources - IBAMA, the National System for Prevention and Combat of Wildfires - PREVFOGO, in order to prevent and combat wildfires, develop and disseminate management techniques controlled fire, train human resources and awareness the people about the risk of the inadequate use of fire, like a organ of public security and justice, operating, in substitution of the Military Fire Department, out of the police cycle and the cycle of criminal persecution, promoting insecurity, disquiet and public unhealthy; misuse under; dismantling institutional; deforestation consented; air pollution and impunity.

Key-words: *Military Fire Department - Wildfire - Crime*

¹ Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, graduado e especializado em Segurança Pública (UNISUL).

² Graduado em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia Mauá, com mestrado em Engenharia Ambiental - Technion Institute of Technology, doutorado em Engenharia Ambiental - Purdue University e pós-doutorado pela Joint Research Center/EEC, Ispra Itália.

INTRODUÇÃO

De tudo que assola a floresta e as demais formas de vegetação, a fauna e a flora, a vida em seus diferentes biomas, o fogo nos parece ser, de longe, a maior de todas as calamidades. Sua ira tem levado destruição e caos aos quatro cantos da terra, e graças à ambição do homem passamos a conviver em um mundo cada vez menos sustentável e imprevisível, onde o futuro de todos os seres, humanos, inclusive, não passa de incertezas e probabilidades. Esse cenário tem gerado angústia e medo e feito perdurar o estado das coisas, impedindo que haja segurança e paz.

O uso do fogo como ferramenta agrícola tornou-se um mau hábito, uma forma empobrecida e deturpada de cultura pré-colombiana cujo tempo e espaço já não o permitem mais fazê-lo. Entretanto, pouco se tem feito para combater essa prática abusiva, e a impressão que se passa por quem a dissimula é que sua ocorrência nada mais é que um evento natural e corriqueiro, uma maneira de se economizar tempo e dinheiro, podendo ser inclusive prescrita na forma de queima autorizada, quando, na verdade, não deveria sê-la.

A sabedoria popular nos ensina que onde há fumaça há fogo. Contudo, a insegurança pública nos revela que onde há fogo há poluição com danos à saúde, invasão e grilagem de terras, exploração de recursos naturais e minerais, erradicação da fauna silvestre, ameaça e constrangimento ilegal, violência sexual, trabalho escravo, lesão corporal, tentativa de homicídio, [...] e homicídio. É imperioso que preenchamos essa lacuna dentro do sistema penal brasileiro, para abolir, de vez, a entropia e o paradoxo criados entre o "*rigor do suplício*" e a "*certeza de punição*".³

Do exposto, perguntamos: será possível dimensionar o problema em epígrafe e ritualizar procedimentos específicos dentro do ciclo de polícia e do ciclo da persecução criminal com base em dados estatísticos, conceitos jurídicos e legislação vigente? Com efeito, nosso objetivo é descrever e analisar os motivos pelos quais vêm

³ BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 61.

afastando os órgãos de segurança pública, em especial, os Corpos de Bombeiros Militares, dos crimes de incêndio florestal e de poluição por queima intencional.

Para isso, quantificamos e comparamos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/CPTEC), do Sistema Único de Saúde (SUS/DATASUS), da Secretaria de Estado de Saúde (SES/VIGIAR) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBMMT); induzimos, de forma hermenêutica, e a partir da realidade de Mato Grosso, o caminho legal a ser percorrido para que a prevenção e a repressão destes dois ilícitos penais passem a vigorar de forma efetiva dentro do território nacional; e estruturamos, ao final, mudanças institucionais relevantes para que a ordem pública e a paz social sejam novamente restabelecidas.

2 LEGISLAÇÃO E CONFLITOS DE COMPETÊNCIA

Fechem os olhos por um instante. Imaginem, agora, um terrível incêndio. Vidas e patrimônios entregues à própria sorte [...]. Afinal, o que pensamos? Qual a nossa reação mais sensata? Correr para bem longe e nada fazer? Enfrentá-lo por nossa conta e risco? Certamente, que não! Resta-nos, protegidos, pedir ajuda profissional; solicitar, enfim, o socorro do Corpo de Bombeiros Militar.

Eis o ponto crucial onde queremos chegar e que julgamos da maior importância para a solução de muitos conflitos de ordem social. Afinal, o fogo sem controle ofende, apavora, fragiliza, remete-nos às piores sensações, deixando-nos inseguros e intranquilos. E pouco importa seu adjetivo, se residencial ou predial, industrial ou florestal; incêndio é incêndio em qualquer lugar e em qualquer circunstância, e não nos deixa alternativa a não ser prevenir e enfrentar sua fome impiedosa e avassaladora com a experiência, a vocação e o comprometimento legal de uma instituição cuja razão de existir remete-nos a esse estereótipo.

Causar incêndio florestal é crime contra a incolumidade pública e crime contra o patrimônio natural:

Art. 250 - Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem: Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa. § 1º - As penas aumentam-se de um terço: I - se o crime é cometido com intuito de obter vantagem pecuniária em proveito próprio ou alheio; II - se o incêndio é: [...]; h) **em lavoura, pastagem, mata ou floresta.** ⁴ [...] Art. 41 - Provocar incêndio em **mata ou floresta:** Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa. Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de detenção, de seis a um ano, e multa. ⁵ (Grifo nosso)

Ora, se causar incêndio florestal é crime duplamente tipificado, passivo de pena e multa, inclusive, cabe aos órgãos de segurança pública preveni-lo e contê-lo! E quem são eles, então, e onde estão elencados? Vejamos o que diz a Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da **incolumidade** das pessoas e do **patrimônio**, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e **corpos de bombeiros militares.** ⁶ (Grifo nosso)

O texto constitucional deixa-nos evidências bastante concretas e irrefutáveis de que a segurança pública somente poderá ser exercida "*através*" ⁷ dos órgãos nominados em epígrafe, entre eles, os Corpos de Bombeiros Militares. Isto quer dizer que todo agrupamento de pessoas que se aventura a combater incêndios florestais por iniciativa comum ou por vínculo com alguma instituição alienígena à regra nacional, é, na verdade, uma força irregular, uma milícia ambiental, levando, à sua maneira, uma falsa sensação de segurança, com sérios danos ao Estado Democrático de Direito.

⁴ BRASIL, República Federativa do. **Decreto-lei N° 2848, de 07 de setembro de 1940.** Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acessado em: 31 de ago. 2011.

⁵ BRASIL, República Federativa do. **Lei N° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acessado em: 31 de ago. 2011.

⁶ BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 2011, p. 102.

⁷ Idem, p. 102.

Todavia, testemunhamos a cada estiagem inúmeras ocorrências de incêndio florestal sendo conduzidas à revelia da segurança pública e da justiça, fora do "ciclo de polícia" e do "ciclo da persecução criminal".⁸ Na realidade são várias forças irregulares agindo em substituição aos Corpos de Bombeiros Militares, uma série de instituições paralelas e concorrentes, entre si mesmas, que se instalaram dentro dos órgãos ambientais, e que preferem aterrorizar a população com imagens póstumas da natureza a cumprir à lei propriamente dita. Ou alguém já assistiu uma pauta do tipo: Órgão ambiental consegue prevenir a derrubada de uma área equivalente a um campo de futebol e ainda evitar sua queima, salvando, assim, milhares de vidas silvestres e não permitindo o lançamento de aproximadamente 100 toneladas de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera?

Pelo contrário, o que vemos são imagens estarrecedoras de pátios e embarcações abarrotados de madeira sem procedência, extensas áreas queimadas pelo fogo ilegal, animais carbonizados, biodiversidade aniquilada. E, em primeiro plano, agentes ambientais em entrevistas nostálgicas, agindo como se o crime já não estivesse sido consumado e o infrator tomado rumo desconhecido! A passividade é tanta que ainda dá tempo de engordar algumas reses antes do jocoso anúncio, poluindo ainda mais o meio ambiente com a emissão de metano (CH₄)! Com efeito, esse denunciamento é típico de milícias que tentam se promover apontando a insegurança pública para dela se tirar proveito.

Sabemos que lá no meio da floresta em chamas, vidas divinamente lapidadas sobre a superfície da Terra, em variadas cores e formas, são consumidas quase que diariamente pelo fogo. E salvo o costume de alguns povos tradicionais (Art. 231, CF) na luta pela subsistência, a permissão para o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais também não se justifica mais, já que perdeu seu sentido diante do artigo 23 da Constituição Federal: "*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] VI - proteger o meio ambiente e*

⁸ LAZZARINI, Álvaro. A Segurança Pública e o Aperfeiçoamento da Polícia no Brasil. **A Força Policial**, São Paulo, n.5, 1995, p. 09.

combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora [...]".⁹ (Grifo nosso)

É, pelo visto o Decreto Federal nº 2.661, de 8 de julho de 1998, que regulamentou o artigo 27 do Código Florestal¹⁰ trinta e três anos depois, não observou este dispositivo constitucional ao permitir a queima controlada em florestas e demais formas de vegetação, quando, na verdade, deveria estar protegendo o meio ambiente e combatendo, sem concessão, a poluição em qualquer de suas formas, em especial, aquela gerada pela "queima de biomassa"¹¹ florestal, uma das principais fontes poluidoras do planeta, segundo dados do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*), ratificados adiante pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):

No caso do Brasil, a principal fonte de emissão de CO₂ é a destruição da vegetação natural, com destaque para o desmatamento na Amazônia e as queimadas no cerrado, englobadas na atividade 'mudança no uso da terra e florestas'. Esta atividade responde por mais de 75% das emissões brasileiras de CO₂, sendo a responsável por colocar o Brasil entre os dez maiores emissores de gases de efeito estufa para a atmosfera. [...] As queimadas constituem, também, um sério problema de saúde pública, por comprometerem severamente a qualidade do ar durante a estação seca em boa parte do Norte e Centro-Oeste do País, com reflexos no número de **internações por problemas respiratórios**, especialmente de crianças e idosos [...].¹² (Grifo nosso)

E mais ainda: Causar poluição de qualquer natureza, com danos à saúde humana, também é crime:

⁹ BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2011, p. 31.

¹⁰ BRASIL, República Federativa do. **Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acessado em: 31 de ago. 2011.

¹¹ SILVA, Ageo Mário Cândido da; MATTOS, Inês E.; FREITAS, Saulo R.; LONGO, Karla M.; HACON, Sandra S. **Material particulado (PM_{2.5}) de queima de biomassa e doenças respiratórias no sul da Amazônia brasileira**.

¹² BRASIL, República Federativa do. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010, p. 74. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf>>.

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em **danos à saúde humana**, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. § 1º. Se o crime é culposo: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa. § 2º. Se o crime: II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população: Pena - reclusão, de um a cinco anos. ¹³ (Grifo nosso)

Neste momento, três ministérios (Justiça, Meio Ambiente e Integração Nacional) discursam sobre um mesmo tema: incêndio florestal. Até aí tudo bem, a ideia é essa mesma, e quanto mais instituições envolvidas, melhor! Porém, cada uma delas com a sua expertise: uma prevenindo e atendendo a ocorrência criminal, outra promovendo a educação ambiental e outra articulando ações de magnitude extrema. Mas o que era para ser um sistema cíclico, aberto, dinâmico, com capacidade para auscultar a sociedade, identificar lacunas e retroalimentar-se, perdeu-se no vazio, no discurso inflamado e não vingou.

Também pudera! O embrião do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO) foi implantado em ventre alheio; um erro crasso que privou o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Segurança Pública do direito à convivência e do dever de cumprir suas responsabilidades fundamentais. Com isso, fizeram surgir, sob a mesma identidade, uma estrutura que, de maneira incontida e voraz, autônoma e ilegal, passou a recrutar, uniformizar e contratar mão-de-obra não especializada e temporária, submetendo-a a própria sorte e à periculosidade do ofício, como se bombeiros militares fossem:

Art. 18 - Fica criado, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais PREVFOGO. Parágrafo único. O PREVFOGO será coordenado pelo IBAMA e terá por finalidade o desenvolvimento de programas, integrados pelos diversos níveis de governo, destinados a ordenar, monitorar, **prevenir e combater incêndios florestais**, cabendo-lhe, ainda, desenvolver e difundir técnicas de manejo controlado do fogo, capacitar recursos humanos para

¹³ BRASIL, República Federativa do. Op.; cit.; p.4.

difusão das respectivas técnicas e para conscientizar a população sobre os riscos do emprego inadequado do fogo.¹⁴ (Grifo nosso)

3 MATO GROSSO E SUAS PECULIARIDADES

Conhecer a realidade de Mato Grosso talvez seja a melhor maneira de se compreender o fenômeno ora apresentado. Aqui, a baixa consciência ambiental, a intensa atividade antropogênica, a queima autorizada e o "*desvio de finalidade*"¹⁵ praticado e fomentado por algumas instituições de meio ambiente, e até de defesa civil, inclusive, fazem surgir, a cada ano, um número considerado de piromaníacos a ameaçar com fogo e impunidade vidas, patrimônios e o meio ambiente.

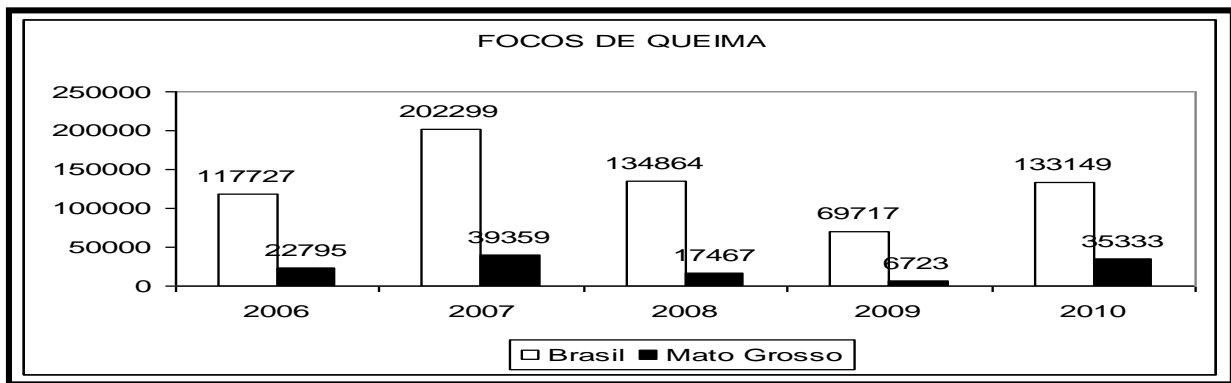
Considerando que de acordo com o artigo 27 do Código Florestal é "*proibido o uso de fogo nas florestas e nas demais formas de vegetação*"¹⁶, e que não se aplica mais a exceção encontrada no seu parágrafo único, não nos resta outro entendimento a não ser tratar cada foco de queima como uma ocorrência de segurança pública em andamento, a ser reprimida, inicialmente, pelo Corpo de Bombeiros Militar, e enquadrada, posteriormente, como crime de incêndio florestal ou crime de poluição de qualquer natureza, com dano direto à vida, ao meio ambiente ou à saúde humana.

Este cenário fica realmente perturbador quando analisamos os números disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e descobrimos que, nos últimos cinco anos, ocupamos o topo do ranking nacional com 17,59% dos focos de queima, e atendemos apenas 1,58% das ocorrências envolvendo essas ilicitudes:

¹⁴ BRASIL, República Federativa do. **Decreto N° 2.661, de 08 de julho de 1998**. Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2661.htm>. Acessado em: 01 de set. 2011.

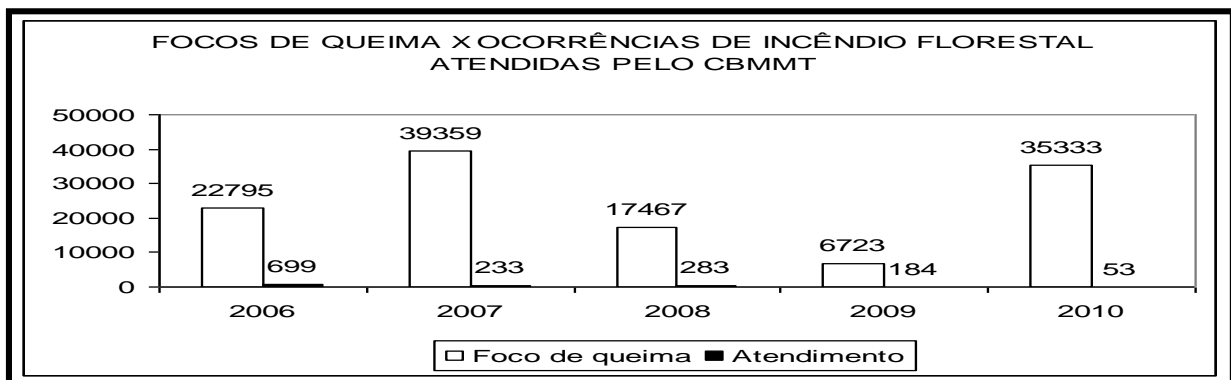
¹⁵ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1992, p. 96.

¹⁶ BRASIL, República Federativa do. Op.; cit.; p.5.



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2011.

Figura 1 - Focos de queima.



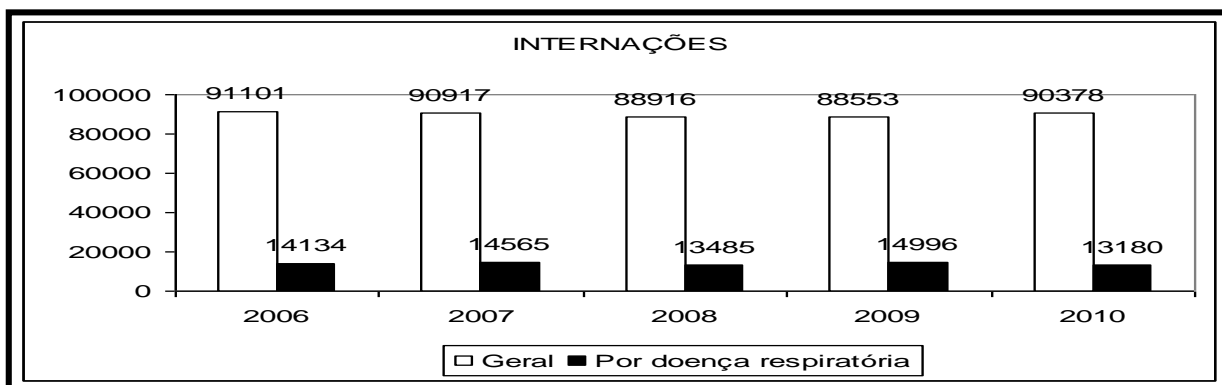
Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso (CBMMT), 2011.

Figura 2 - Focos de queima x ocorrências de incêndio florestal atendidas pelo CBMMT.

Dados do Sistema Único de Saúde (SUS/DATASUS)¹⁷ e da Secretaria Estadual de Saúde (SESMT/VIGIAR)¹⁸, coletados durante o segundo semestre do mesmo período, revelam, ainda, que o número de internações por doenças respiratórias em Mato Grosso corresponde a 15,7% do total, com custeio da ordem de R\$ 88.631.302,49:

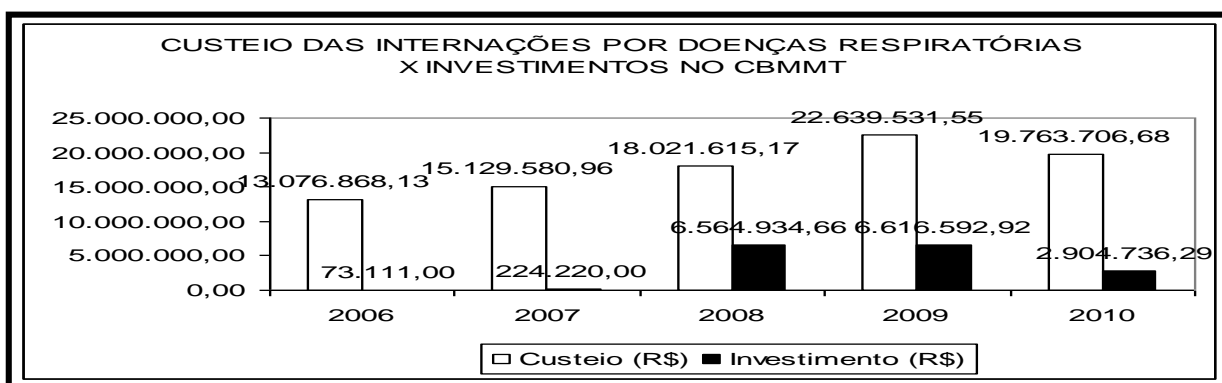
¹⁷ BRASIL, República Federativa do. **Ministério da Saúde**. Internações hospitalares em Mato Grosso. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defctohtm.exe?sih/cnv/rxmt.def>>. Acessado em 02 de set. 2011.

¹⁸ MATO GROSSO (ESTADO). **Secretaria Estadual de Saúde**. Internações hospitalares por doenças respiratórias. Disponível em: <<http://www.saude.mt.gov.br/aplicativo/indicadores/>>. Acessado em 02 de set. 2011.



Fonte: Sistema Único de Saúde (SUS) e Secretaria de Estado de Saúde (SESMT), 2011.
Figura 3 - Internações.

Nesse mesmo intervalo de tempo, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso (CBMMT) ¹⁹ recebeu investimentos da ordem de R\$ 16.383.594,87, número equivalente a 18,48% do custeio com internações por doenças respiratórias:



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde (SESMT) e Corpo de Bombeiros Militar (CBMMT), 2011.
Figura 4 - Custeio das internações por doenças respiratórias x investimento no CBMMT.

Inacreditavelmente, o efetivo do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso é dez vezes menor que o do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, cuja área é cento e cinquenta e seis vezes menor que o território matogrossense. A

¹⁹ MATO GROSSO (ESTADO). **Corpo de Bombeiros Militar**. Sistema Integrado de Administração Financeira. Cuiabá, 2011.

falta de estrutura adequada e de investimentos efetivos levou-nos a restringir em níveis críticos nossa área de atuação. Isso não quer dizer que desistimos das operações florestais, pelo contrário, sempre nos desdobramos em sacrifício e cumprimos nossa sagrada missão. Acontece que todas as tentativas de se buscar um atendimento mais efetivo, à altura da demanda e da nossa capacidade, foram, grosseiramente, ofuscadas por argumentos, digamos, nada sustentáveis, alheios ao bom costume e à legislação vigente.

Enquanto isso, nesse vácuo intencionalmente provocado, assistimos o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e a Superintendência Estadual de Defesa Civil (SUDEC) tentando preencher espaços não devidos com a formação de brigadas de incêndio florestal e a aplicação de sanções de pouco efeito socioambiental e jurídico. Segundo o coordenador do Instituto Centro Vida (ICV) de Mato Grosso, Sérgio Guimarães:

99% dos autuados no Estado não pagam suas multas junto aos órgãos fiscalizadores [Ibama e Secretaria Estadual de Meio Ambiente]. Tanto que pelos cálculos do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia [Imazon] somente 1% de R\$ 324 milhões, valor correspondente a 421 multas emitidas pelos dois órgãos entre 2005 e 2006, foram pagos até o mês de março de 2008. Soma-se a isso, a morosidade. Na Sema, em 2009, o valor total arrecadado com multas, infrações e prestações de serviços como emissão de guias, autorizações, licenças e carteiras de pescador atingiram a cifra de R\$ 31.623,095. Os dados sobre multas aplicadas ainda não foram finalizados. Mas no relatório de 2008 da Superintendência de Fiscalização da mesma secretaria, o total de multas aplicadas durante o ano atingiu a cifra astronômica de R\$ 1.280.834.060, totalizando 5.560 autos de infração. A maioria delas aplicadas em decorrência de **queimadas (R\$ 962.902.161,88)**, seguido da falta de licenciamento (R\$ 66.769.049,90) e do transporte e comercialização ilegal de madeira (R\$ 5.231.785,32). O desmatamento é o último colocado, com R\$ 224.939,32. “O maior problema é que não são responsabilizados pela multa. Ou seja, não pagam por haver várias instâncias onde se podem recorrer. Mesmo quando as sanções são aplicadas, o infrator não é responsabilizado efetivamente”, enfatiza Guimarães.²⁰ (Grifo nosso)

²⁰ GUIMARÃES, Sérgio. **Multas ambientais no vazio:** no Mato Grosso, 99% dos autuados não pagam por infrações. Disponível em: < <http://www.ecodebate.com.br/2010/04/27/em-mato-grosso-99-dos-infratores-nao-pagam-multas-ambientais/>>. Acessado em: 01 de set. 2011.

Também pudera! Quais das instituições acima podemos considerar como sendo de segurança pública? Onde estão a autoridade constituída e o devido processo legal? Em hipótese alguma a multa administrativa deve suprimir ou sobrepor-se ao rito processual penal! Sem exceção, todos os crimes envolvendo o fogo ambiental, e suas consequências, são passivos de pena e multa a serem decretadas pelo Poder Judiciário, denunciadas pelo Ministério Público e reprimidas pelo Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Judiciária Civil e Polícia Federal; cumprindo, assim, o dispositivo constitucional consolidado pelo seu artigo 5º, LIII, de que "*ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente*".²¹

O Parque Nacional de Chapada do Guimarães, no Estado de Mato Grosso, é um exemplo clássico dessa autogovernança. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) abriga e mantém, com recursos da União, uma brigada de incêndio florestal com o objetivo de fazer a repressão imediata do ciclo de polícia. E todo ano é sempre a mesma coisa: chega o período de seca, contratam trabalhadores temporários, uniformizam ao melhor estilo americano, apresentam-lhes o fogo e salvem-se quem puder. O pior é que depois disso ainda partem, entusiasmados, para a repressão mediata do ciclo de polícia, ou seja, a investigação:

A causa do incêndio ainda não foi investigada, mas, de acordo com o chefe do Parque, o fogo teve origem humana. "Esse incêndio começou na região de uma estrada, a gente ainda não sabe se foi alguém limpando pasto, ou limpando beira de estrada. **Será investigado**", afirmou.²² (Grifo nosso)

E vez ou outra, quando o fogo se alastra e a coisa começa a ficar séria demais e a brincadeira sem graça, acabam solicitando o reforço do Corpo de Bombeiros Militar:

²¹ BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2011, p. 18.

²² G1 Brasil. **Bombeiros atuam para combater incêndios na Chapada dos Guimarães**. 28 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/08/bombeiros-combatem-incendio-na-chapada-dos-guimaraes.html>>. Acessado em: 01 de set. 2011.

Está fechado, em pleno feriado da Independência, o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, que recebe milhares de turistas por ano. O motivo é o incêndio que, em oito dias, queimou 15% da reserva. **Nesta sexta os brigadistas receberam reforço no combate às chamas.** ²³ (Grifo nosso)

Contudo, alguém pode estar pensando: mas o que o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso tem a ver com o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães? Este não é de responsabilidade da União? Sim, é verdade! Entretanto, a nossa organização político-administrativa não contempla Unidade de Conservação (UC) como ente federativo; conforme o artigo 18 da Carta Magna somos, na verdade, União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Quando o constituinte elencou os órgãos de segurança pública sob os pilares do artigo 144 delegou atribuições e não feudos, cada qual na sua especialidade, no seu limite funcional, e os cristalizou como sendo um só organismo cujo objetivo comum é a paz social pela ordem pública.

Imaginem o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso não podendo passar sobre uma rodovia federal, porque lá o ostensivo cabe a Polícia Rodoviária Federal. Agora, imaginem um acidente de trânsito com vítima (s) presa (s) em ferragens. Como fica? Quem irá resgatá-la (s)? Quem responderá pela omissão do socorro? A única diferença deste exemplo com a situação em tela é que a Polícia Rodoviária Federal, além de órgão competente de segurança pública, não se prende a nenhum tipo mesquinhez ou vaidade! Entretanto, tudo fica mais claro quando recorreremos, novamente, ao artigo 23 da Constituição Federal: "*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora [...].*" ²⁴ (Grifo nosso).

²³ O Globo. **Incêndio fecha Parque Nacional da Chapada dos Guimarães em pleno feriado.** 07 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/09/07/297645941.asp>>. Acessado em: 01 de set. 2011.

²⁴ Op.; cit.; p. 5.

4 CICLO DE POLÍCIA E CICLO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL

A preservação da ordem pública contra os crimes de incêndio florestal e de poluição por queima intencional nasce com a prevenção direta do patrimônio florestal pelos Corpos de Bombeiros Militares. É nessa fase que se dá início ao chamado "*ciclo de polícia administrativa*"²⁵ onde a presença ostensiva e a dissuasão fazem coro com instituições afins e com as iniciativas da sociedade civil organizada, ora requerendo direitos ora cumprindo responsabilidades, tanto com a segurança pública (Art. 144, CF) quanto com o meio ambiente (Art. 225, CF).

A criação de brigadas ambientais, por exemplo, é uma dessas interações que vêm dando certo em algumas comunidades rurais e com alguns povos tradicionais, porém sua atuação se restringe a medidas socioambientais e de controle inicial do fogo acidental, desde que devidamente orientadas, equipadas e monitoradas. Esse modelo, além de possível e eficiente, difere totalmente daquele que algumas instituições de governo convencionaram chamar de brigadas de incêndio florestal. Ora, imaginem este mesmo substantivo adjetivando outro ilícito qualquer: brigadas de homicídio, ou brigadas contra homicídio, não importa: todas nos fazem lembrar uma força concorrente, uma milícia que se propõe a proteger alguém ou alguma coisa.

Se por algum motivo a prevenção não for o suficiente e a quebra da ordem pública ocorrer mesmo assim, queira por ato intencional de terceiros queira por força maior, a repressão deve ser imediata e feita a partir dali, e com exclusividade, pelos Corpos de Bombeiros Militares, órgãos de segurança pública especializados nesse tipo de contenção. A periculosidade envolvida e a ilicitude presente não permitem outro trato, lembrando que o flagrante delito, segundo o artigo 301 do Código de

²⁵ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 1817.

Processo Penal, somente será permitido a "*qualquer do povo*"²⁶ para a prisão do incendiário, e não para o combate às chamas. A magnitude do evento poderá ainda fazer com que o comandante da operação decida pela instalação de um posto de "*comando de incidentes*"²⁷ e o acionamento da "*defesa civil*"²⁸ para auxiliá-lo em suas atividades de controle e contenção.

Uma vez restaurada a ordem pública com a extinção do fogo e o rescaldo da área por ele consumida dá-se início a "*atividade de polícia judiciária*"²⁹ a partir do relatório de ocorrência devidamente preenchido e cientificado pela autoridade bombeiro militar. Este tem dois destinos, podendo seguir para a Polícia Judiciária Civil ou Polícia Federal. A determinante é a área, se Unidade de Conservação Federal ou Terra Indígena, Polícia Federal, as demais Polícia Judiciária Civil. É lá onde acontece a investigação propriamente dita do delito e dentro das diretrizes do direito processual penal cujo relatório final é encaminhado ao Ministério Público correlato para acusação (ou não) junto ao Poder Judiciário.

Nesse espaço de tempo percorrido entre a fase investigatória e a fase das penas poderão ocorrer perícias técnicas no local do crime; daí a necessidade de se preservá-lo. Em Mato Grosso a "*perícia de incêndio*"³⁰ em áreas estaduais ou municipais é responsabilidade exclusiva do Corpo de Bombeiros Militar, consolidada pelo artigo 82, VI, da Constituição Estadual, podendo sê-la nas demais circunscrições, caso haja solicitação formal do órgão competente, inserido no ciclo da persecução criminal.

²⁶ BRASIL, República Federativa do. **Decreto-lei N° 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acessado em: 01 de set. 2011.

²⁷ BRASIL, República Federativa do. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania**. Curso de Sistema de Comando de Incidentes. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2008, p. 19.

²⁸ Op.; cit.; p.4.

²⁹ MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 359.

³⁰ MATO GROSSO (ESTADO). **Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989**. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/v2008/doc/CONSTITUICAOMT.pdf>>. Acessado em: 01 de set. 2011.

O quadro abaixo é um extrato adaptado para os crimes de incêndio florestal e queima intencional e retrata bem o caminho legal a ser percorrido pelos órgãos de segurança pública e da justiça criminal, que vai da normalidade esperada para o cotidiano à fase das penas dentro do sistema prisional, não havendo outro, portanto, a seguir:

PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA						
ASSEGURANDO	RESTAURANDO	DE INCÊNDIO FLORESTAL	CICLO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL			
CICLO			POLÍCIA			
NORMALIDADE	QUEBRA DA ORDEM PÚBLICA		FASE INVESTIGATÓRIA	FASE PROCESSUAL	DECISÃO	FASE DA PENA
BOA ORDEM PÚBLICA	ECLOSÃO		FORMALIZAÇÃO	MP/DEFESA/JUIZ		SISTEMA PRISIONAL
	DURAÇÃO FLAGRÂNCIA		INQUISITÓRIA INFORMATIVA			
POLÍCIA ADMINISTRATIVA			POLÍCIA JUDICIÁRIA			
DISSUAÇÃO PRESENÇA	CONTENÇÃO		INVESTIGAÇÃO			
PREVENÇÃO	REPRESSÃO IMEDIATA		REPRESSÃO MEDIATA	REPRESSÃO MINISTÉRIO PÚBLICO / PODER JUDICIÁRIO		
CBM	CBM		PJC/DPF	MPE/MPF JUSTIÇA ESTADUAL/JUSTIÇA FEDERAL		
ZONA DE INTERSECÇÃO DE COMPETÊNCIAS						

Fonte: LAZZARINI, Álvaro. Segurança Pública e o Aperfeiçoamento da Polícia no Brasil, 1998, p.29.

Quadro N° 1 - Preservação da ordem pública

CONCLUSÃO

Ao analisarmos o crime de incêndio florestal percebemos que os artigos 250 do Código Penal Brasileiro e 41 da Lei de Crimes Ambientais não passam de letras mortas tamanho é o descaso das autoridades que ainda insistem em não enxergá-los ou desqualificá-los com teorias infundadas que afrontam, de forma sorrateira e ditatorial, o desenvolvimento sustentável e o Estado Democrático de Direito.

Flagramos a interferência ardilosa e desafiadora de instituições de governo dentro dos ciclos de polícia e da persecução criminal, encenando combater ilícitos que elas mesmas permitiram através da autorização de queima e da banalização de

queimadas, e fazendo-nos acreditar enquanto população que o dano causado não passa de uma questão meramente ambiental, sem vínculo algum com a segurança pública, numa contradição jamais vista e que só faz aumentar a sensação de desordem pública.

Identificamos, ainda, o desmantelamento real e gradativo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, presente em apenas 10% dos municípios e com orçamento aquém da realidade e do risco apresentados; boa parte, fruto da depreciação política, do interesse econômico, da passividade aparente e da invasão de competências por instituições que deveriam tão-somente cumprir o seu papel.

Por tudo isso, propomos: a) a revogação imediata do Decreto Federal Nº 2.661, de 08 de julho de 1998, e o banimento das autorizações de queima controlada em todo território nacional, por dano à saúde humana e ao meio ambiente; b) a transferência do Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PREVFOGO) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), no Ministério da Justiça; c) o aumento do efetivo dos Corpos de Bombeiros Militares condicionado à criação de unidades especializadas em incêndio florestal e meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. 5 ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2011.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2011.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto N° 2.661, de 08 de julho de 1998**. Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965, mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2661.htm>. Acessado em: 01 de set. 2011.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto-lei N° 2848, de 07 de setembro de 1940**. Código Penal Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acessado em: 31 de ago. 2011.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto-lei N° 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acessado em: 01 de set. 2011.

BRASIL, República Federativa do. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf>>. Acessado em: 31 de ago 2011.

BRASIL, República Federativa do. **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**. Disponível em: <<http://sigma.cptec.inpe.br/queimadas/>>. Acessado em: 31 de ago 2011.

BRASIL, República Federativa do. **Lei N° 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acessado em: 31 de ago. 2011.

BRASIL, República Federativa do. **Lei N° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acessado em: 31 de ago. 2011.

BRASIL, república Federativa do. **Ministério da Saúde**. Internações hospitalares em Mato Grosso. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/rxmt.def>>. Acessado em 02 de set. 2011.

BRASIL, República Federativa do. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania**. Curso de Sistema de Comando de Incidentes. Brasília: SENASP, 2008.

GUIMARÃES, Sergio. **Multas ambientais no vazio**: no Mato Grosso, 99% dos autuados não pagam por infrações. 27 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/04/27/em-mato-grosso-99-dos-infratores-nao-pagam-multas-ambientais/>>. Acessado em: 01 de set. 2011.

G1 Brasil. **Bombeiros atuam para combater incêndios na Chapada dos Guimarães**. 28 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/08/bombeiros-combatem-incendio-na-chapada-dos-guimaraes.html>>. Acessado em: 01 de set. 2011.

LAZZARINI, Álvaro. A Segurança Pública e o Aperfeiçoamento da Polícia no Brasil. **A Força Policial**, São Paulo, n.5, 1995.

MATO GROSSO (ESTADO). **Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989**. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/v2008/doc/CONSTITUICAOMT.pdf>>. Acessado em: 01 de set. 2011.

MATO GROSSO (ESTADO). **Secretaria Estadual de Saúde**. Internações hospitalares por doenças respiratórias. Disponível em: <<http://www.saude.mt.gov.br/aplicativo/indicadores/>>. Acessado em 02 de set. 2011.

MATO GROSSO (ESTADO). **Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças**. Disponível em: <http://web.fiplan.mt.gov.br/html/>. Acessado em: 18 de ago. 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1992.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

O GLOBO. **Incêndio fecha Parque Nacional da Chapada dos Guimarães em pleno feriado**. 07 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/09/07/297645941.asp>>. Acessado em: 01 de set. 2011.

OS INCÊNDIOS FLORESTAIS EM MATO GROSSO: OS IMPACTOS NA COPA DO MUNDO DE 2014

Vagner Jorge Santino da Silva¹
Agnaldo Pereira de Souza²

RESUMO

Como prevenir e atuar frente aos incêndios florestais durante a Copa do Mundo de 2014? A questão que se traz a baila são os impactos que podem ocorrer em razão de desastre tipificado como incêndio florestal durante a Copa do Mundo de 2014, e a preparação do Poder Público para as ações de prevenção e atendimento destes. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar os impactos que os incêndios florestais podem trazer em várias áreas como a saúde, a interrupção do fornecimento de energia elétrica e fechamento de aeroportos, que trarão prejuízos imediatos a Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá e, posteriormente, ao legado socioeconômico que se pretende alcançar. Fora empregada a metodologia dedutiva, analítica, qualitativa e a hermenêutica. Pontua-se evolução dos focos de calor no estado de Mato Grosso e suas interfaces, bem como a legislação aplicada ao tema proposto.

Palavras-chave: *Copa do Mundo - riscos de incêndios Florestais – desastres - impactos.*

ABSTRACT

How to prevent and act against forest fires during the World Cup 2014? The question that brings up are the impacts that may occur due to forest fire disaster typified as during the 2014 World Cup, and the preparation of the Government for the prevention and treatment of these. The objective of this paper is to analyze the impacts of forest fires can bring in several areas such as health, disruption of electricity supply and closure of airports, which will bring immediate harm from the World Cup 2014 in Cuiabá and later, the socioeconomic legacy to be achieved. Outside the methodology employed deductive, analytical, qualitative and hermeneutics. Scoring an evolution of the hotspots in the state of Mato Grosso and its interfaces, and the laws applied to the theme.

Key-words: *World Cup - forest fire risk - disasters - impacts.*

¹ Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade Gama Filho, Especialista em Combate a Incêndios Florestais pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, Especialista Políticas, Estratégias e Gestão pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

² Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso, Especialista em Gestão, Política e Estratégia pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Especialista em Gestão de Pessoas pela Faculdade de Sociologia e Política do Estado de São Paulo.

INTRODUÇÃO

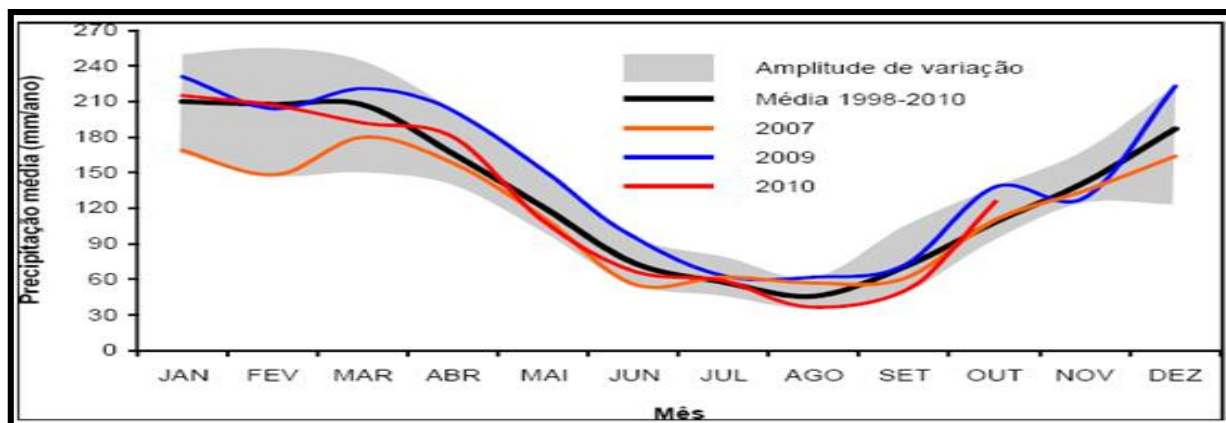
A Copa do Mundo de Futebol é o maior evento esportivo do planeta, gerando uma gama de oportunidades para o País sede. A escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 gerou grandes expectativas nos estados da Federação que iniciaram os trabalhos para ser contemplados como uma das 12 sedes a serem posteriormente definidas.

A escolha do Estado de Mato Grosso como sede da Copa do Mundo de 2014 foi motivo de grande comemoração por grande parte da sociedade que, naquele momento, foi às ruas celebrar, não só os jogos que por aqui ocorrerão, mas também pela expectativa de investimentos que virão, em especial para a região metropolitana, pois a cidade deverá dispor de infraestrutura de atendimento, que possa garantir a integridade da população em geral, turistas e família FIFA.

Os compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro, nas 3 esferas, no tocante a gerenciamento de desastres, trazem à obrigação de atender com presteza desastres naturais, pânico em multidões e crises em manifestações diversas, dentro de um planejamento que busque evitar e/ou minimizar ao máximo os impactos ambientais que por si só já ocorrerão, podendo afetar o legado socioambiental e econômico que se pretende

Como prevenir e atuar frente aos incêndios florestais durante a Copa do Mundo de 2014? A questão que se traz a baila são os impactos que podem ocorrer em razão de desastre tipificado como incêndio florestal durante a Copa do Mundo de 2014, e a preparação do Poder Público para as ações de prevenção e atendimento destes. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar os impactos que os incêndios florestais podem trazer em várias áreas como a saúde, a interrupção do fornecimento de energia elétrica e fechamento de aeroportos, que trarão prejuízos imediatos a Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá, bem como para o posterior legado socioeconômico.

Algumas alterações trazidas ao meio ambiente no período da Copa do Mundo de 2014 são previsíveis, principalmente a possibilidade de queimadas e incêndios florestais em face à baixa precipitação pluviométrica no período como abaixo se observa:



Fonte: Ministério do Meio Ambiente/Prevfogo.

FIGURA 1: Climatograma 2007, 2009 e 2010.³

Para avançar no debate aqui proposto é fundamental buscar também a compreensão do que é um desastre, suas classificações, seus desdobramentos e planejamento para prevenção e atendimento, pois os custos para a sociedade são grandiosos como ficará comprovado adiante.

Para comprovar os apontamentos aqui aduzidos fora empregada a metodologia dedutiva, analítica e qualitativa, através de dados que mostram a evolução dos focos de calor no estado de Mato Grosso e suas interfaces com os números de internações oriundas de problemas respiratórios e os custos do sistema de saúde, os efeitos na interrupção do fornecimento de energia elétrica e no transporte aéreo. Utilizando-se também do método jurídico ou hermenêutico clássico partindo-se das constituições federal e estadual para associá-la as normas citadas.

³BRASIL, República Federativa do. **Climatograma 2007, 2009 e 2010**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Prevfogo, 2010.

COMPETÊNCIA LEGAL E COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE 2014.

Importante pontuar que a legislação brasileira é bastante abrangente no sentido ambiental, em especial, quando estabelece no artigo 225, caput, combinado com o seu parágrafo 1º, inciso VII, da Constituição da República Federativa do Brasil, onde se encontra insculpido que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. ⁴

O sistema de segurança pública tem sua previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro, no Art. 144 da Constituição Federal, mas o foco aqui é citar as competências que a Constituição do Estado determina ao Corpo de Bombeiros Militar dentro das atribuições que lhes são impostas, fundamentando sua atuação na Copa do Mundo de 2014, *verbis*:

Art. 82 Ao Corpo de Bombeiros Militar, instituição permanente e regular, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, e dirigida pelo Comandante Geral, compete:

- I - realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios;
- III - Planejar, coordenar e executar as atividades de defesa civil, dentro da sua área de competência, no Sistema Estadual de Defesa Civil;
- IV - estudar, analisar, exercer e fiscalizar todo o serviço de segurança contra incêndio e pânico no Estado;
- VI - executar perícias de incêndio relacionada com sua competência;
- VII - desempenhar atividades educativas de prevenção de incêndios, pânicos coletivos e de proteção ao meio ambiente. ⁵

⁴BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 de jul. 2011.

⁵MATO GROSSO (ESTADO). **Constituição do Estado**. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/v2008/doc/CONSTITUICAOMT.pdf>. Acessado em: 22 de ago. de 2011.

O Governo Federal e o Comitê Organizador Local - LOC FIFA (representação da FIFA no Brasil) vem emitindo diretrizes, como a denominada Minuta do Caderno de Atribuições para a Copa do Mundo de 2014, emitida pela Secretaria Especial de Grandes Eventos do Ministério da Justiça, onde fora estabelecido que os estados devem:

Prover capacidade operativa aos Corpos de Bombeiros Militar para executar operações de combate a incêndios, busca e salvamento, resgate (Atendimento Pré Hospitalar), perícia/investigação técnica e ações de defesa civil, integrando o sistema de comando de incidentes. Trazendo ainda a implementação de Planos Diretores de Defesa Civil, através de estudos e avaliações de risco.⁶

O Estado de Mato Grosso e a Prefeitura Municipal de Cuiabá assinaram no dia 13 de janeiro de 2010, com o Governo Federal, a Matriz de responsabilidades para a realização das Competições FIFA, onde assumiram compromissos visando alcançar o sucesso destas, reafirmando o disposto na candidatura da Cidade/Estado, onde se destaca que somente na cidade de Cuiabá haverá um efetivo de 916 Bombeiros Militares lotados.

Desta forma, fica patente que a instituição precisa estar em condições de enfrentar os eventos adversos que são de sua competência gerenciar, pois, caso contrário, ninguém o fará, deixando a população vulnerável.

OS DESASTRES E A ORDEM PÚBLICA

A Doutrina de Defesa Civil remete ao estudo da definição da palavra desastre para, a partir daí, estabelecer metas para a preparação e resposta as ocorrências.

⁶BRASIL, República Federativa do. **Minuta do Caderno de Atribuições para a Copa do Mundo de 2014**. Brasília: Ministério da Justiça. Departamento Nacional de Segurança para a Copa do Mundo 2014, 2011, p.23.

Os desastres podem ser classificados de várias formas, entre as quais quanto a sua intensidade e quanto a sua origem. Neste momento procura-se mostrá-los quanto à origem que podem ser de causas naturais, humanas ou mistas. Os de causas naturais ocorrem em virtude de fenômenos e desequilíbrios da natureza independente da ação do homem. Os de causas humanas são aqueles em que o ser humano atua pela ação ou omissão, ou seja, encontra-se na condição de agente e ator.

Fator fundamental na definição de desastre está o chamado sistema receptor onde temos exemplos cotidianamente de focos de incêndio assolando parques estaduais em mato grosso, contribuindo para aumento do efeito estufa e material suspenso na atmosfera, impactando diretamente na qualidade de vida do cidadão, mostrando alguma falha ou deficiência do estado para ser agente receptor de evento desta natureza.

[...]desastre é um evento adverso, natural ou provocado pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais ...A intensidade de um desastre depende da interação entre a magnitude do evento adverso e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado.⁷

A modalidade de desastre a que o trabalho aqui se aprofundará são os denominados mistos, quando *“as ações ou omissões do homem contribuem para intensificar , complicar e/ou agravar desastres naturais”*.⁸

Tem-se aqui justamente o cenário de Mato Grosso no tocante aos incêndios florestais onde as condições climáticas agregadas ao conjunto da biomassa local estão propícias a entrar em combustão e as ações antrópicas e/ou omissões do poder público oneram o cenário, gerando as catástrofes como o caso de Marcelândia/MT, em 2010, onde contatou-se problemas gravíssimos conforme relatado:

⁷BRASIL, República Federativa do. **Glossário de Defesa Civil: estudos de riscos e medicina de desastres**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil.3 ed.rev.Ministério da Integração Nacional: MI,2002, p.82-83.

⁸Idem, p.83.

Os problemas trazidos a baila pelo Prefeito do Município de Marcelândia/MT são graves e envolvem aspectos ligados a questões de cunho social, legal e ambiental, dentre outros.

“Destaca-se o esforço contínuo do poder público local em restabelecer a situação de normalidade nas áreas sinistradas, o que não tem sido de pleno êxito, em razão da limitação financeira do município.”⁹

Um dos indicadores mundial para aferir sociedades desenvolvidas é o tempo que se leva para o restabelecimento da ordem pública quando de sua quebra de continuidade por qualquer evento adverso. Na esteira deste conceito temos em Mato Grosso o Plano Estadual de Segurança Pública 2008-2011 que estabelece como meta para o Corpo de Bombeiros Militar reduzir o tempo resposta de atendimento de ocorrências de 15 minutos para 8 minutos, atendendo assim os parâmetros internacionais, tendo como medidas a serem adotadas, entre outras, a “*implementação de seis novos postos de Bombeiros na Região Metropolitana de Cuiabá e a disponibilização de veículos, equipamentos e pessoal para os atuais postos de atendimento*”,¹⁰ sendo efetivadas apenas parte da aquisição de veículos e equipamentos, proporcionando o não cumprimento da meta.

Para melhor compreensão necessário se faz entender que “*a ordem pública não se materializa apenas pelo cumprimento das leis, ela possui uma abrangência que vai para além disso*”,¹¹ esta é o gênero e suas espécies são a segurança pública, tranquilidade pública e salubridade pública. A primeira visa o antidelito, protegendo os preceitos das leis, com prevenção e repressão. A segunda busca o estado de ânimo do cidadão que precisa estar tranquilo, sossegado. A terceira designa o *estado de sanidade e*

⁹MATO GROSSO (ESTADO). **Relatório de Vistoria n° 008/2010, do Município de Marcelândia.**

Cuiabá: CASA MILITAR. Superintendência Estadual de Defesa Civil. Emitido em 17 de ago. de 2010, p. 3.

¹⁰MATO GROSSO (ESTADO). **Plano Estadual de Justiça e Segurança Pública com Cidadania 2008 - 2011.** Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública. Disponível em

<http://www.seguranca.mt.gov.br/secretaria.php?IDCategoria=2743>, Acessado em: 20 de ago. de 2011.

¹¹LAZZARINI, Álvaro. **O Corpo de Bombeiros Militar como instrumento de defesa da cidadania.** out/dez,1999. São Paulo: Força Policial.1999, p. 21.

*“higiene de um lugar, em razão do qual se mostram propícias as condições de vida de seus habitantes”.*¹²

O que o cidadão busca no cotidiano é a manutenção da ordem pública ou seu restabelecimento imediato quando da quebra de continuidade.

ACÇÕES DESENCADEADAS PELO PODER PÚBLICO

No tocante a prevenção verifica-se que algumas medidas vêm sendo tomadas, citando que *“O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2008 propôs a criação do programa Terra Legal”*,¹³ que foi incorporado pela Medida Provisória nº 458/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária da Amazônia Legal. O Estado de Mato Grosso acompanha o restante do país na busca da regularização fundiária, através do Programa MT Legal. Tais medidas visam, entre outros fatores, diminuir os litígios de posse da terra, o desmatamento desenfreado, prevenção de queimadas que, ao perderem o controle, se transformam em incêndios florestais.

O Estado de Mato Grosso, não podem usar as mesmas argumentações que os chineses utilizaram durante os jogos olímpicos de 2002, que ficaram marcados mundialmente pelas nuvens de fumaça e poluição que tomaram conta da cidade sede, conforme o relato:

A indignação dos burocratas do governo chinês e do Comitê Olímpico com o fato de ciclistas de a delegação americana terem desembarcado em Pequim com máscaras para se protegerem da poluição beira a hipocrisia. Até parece que o ar da cidade é respirável.¹⁴

¹²DUARTE, Luiz Ricardo. **Os CONSEGs e a redução de riscos**. 2 ed., revisada por Nazareno Marcineiro. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2008, p. 11.

¹³NETO, Efraim. **Desenvolvimento Agrário**. Revista Com Ciência Ambiental. São Paulo: Ano 6, Nº 37, EDICASE, 2011, p.44.

¹⁴VERDE, salada. **A Olimpíada da fumaça**. Disponível em www.oeco.com.br/noticias/19193-a-olimpiada-da-fumaca-, Acessado em: 22 de ago. de 2011.

Com o objetivo de fortalecer as ações de prevenção, preparação, resposta rápida e responsabilização às queimadas e aos incêndios florestais, de forma integrada e participativa, o Estado buscou, desde 2008, o estabelecimento de Planos Integrados, com a participação de entes governamentais, iniciativa privada e sociedade em geral, a exemplo da formação do Grupo Especial de Combate a Incêndios Florestais (GEPCIF/2008) e a constituição e instalação do Centro Integrado de Coordenação Operacional do Estado de Mato Grosso – CIMAN (2010 e 2011), com “o objetivo de fortalecer as ações de monitorização, prevenção, preparação e resposta (Nosso) rápida aos incêndios florestais, de forma integrada com os diversos níveis de Governo”.¹⁵

Dentro da estratégia de ação integrada, como parte integrante do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas, em parceria realizada pelo Estado de Mato Grosso, o IBAMA e diversos outros entes, estão sendo desencadeadas fiscalizações, prevenções e demais atividades.

PRINCIPAIS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DAS QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS

O quadro abaixo mostra as oscilações dos focos de calor ao longo dos anos. Verifica-se que mesmo após um ano de 2009 onde os índices são favoráveis a problemática volta avassaladora em 2010.

ANO	Nº de Focos de Calor
2006	144.218
2007	253.716
2008	106.726
2009	37.266
2010	254.828

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

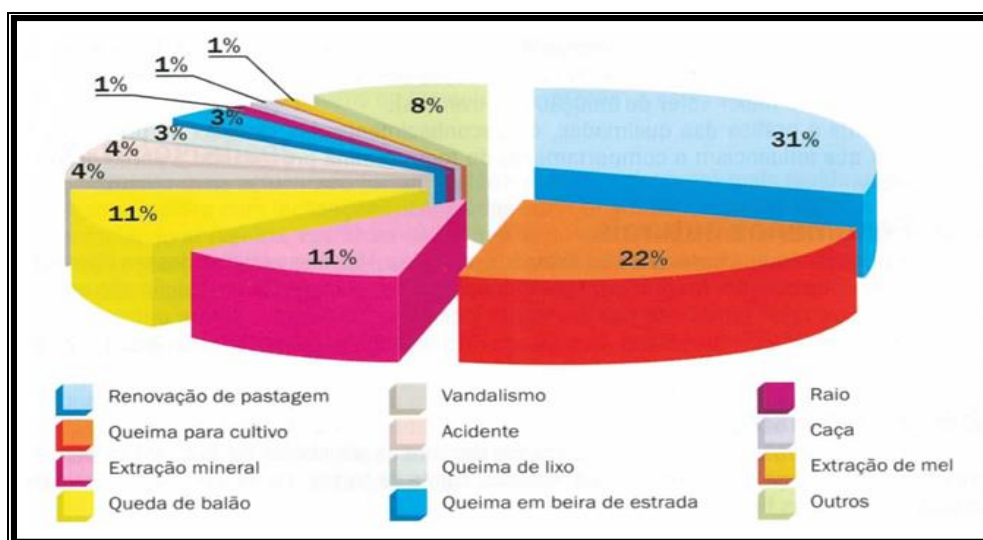
Quadro 01: Focos de Calor no Estado de Mato Grosso (todos os satélites).

¹⁵MATO GROSSO(ESTADO). Decreto nº 512, de 13 de jul. de 2011. Publicado no Diário Oficial do Estado Nº 25599, do dia 13 de jul. de 2011.

As consequências desta atividade precisam ser entendidas em dois grandes grupos, sendo o primeiro aquele que se refere à sociedade e o segundo no que tange aos ecossistemas. Para a sociedade devemos observar os efeitos sobre a saúde humana e os de ordem econômicas e sociais.

As emissões de material particulado originados de queimadas na Amazônia Legal estão relacionadas à prevalência de internações por doenças respiratórias em grupos populacionais sensíveis nos municípios do estado de Mato Grosso.¹⁶

A figura abaixo mostra que as três principais causas de queimadas e incêndios florestais, que somadas alcançam 64%, estão diretamente relacionadas a ação humana, o que mostra a necessidade de intervenção do Poder Público com ações de prevenção, repressão e combate, uma vez que as consequências desta prática são extremamente danosas para a sociedade como se mostra adiante.



Fonte: DIAS, Genebaldo Freira. **Queimadas e Incêndios florestais cenários e desafios: subsídio para a educação ambiental**. 2 ed. Brasília: Ibama, 2009, p. 9.

FIGURA 02: Principais causas de queimadas e incêndios florestais entre os anos de 2006 e 2009.

¹⁶SILVA, Ageo Mário Candido da. **Fôlego no Campo, Série Vida Urbana**. Revista Novo Ambiente. Ano 02. Edição 13 - Junho/2011. Novo Ambiente Editora e Produtora Ltda. 2011, p. 54.

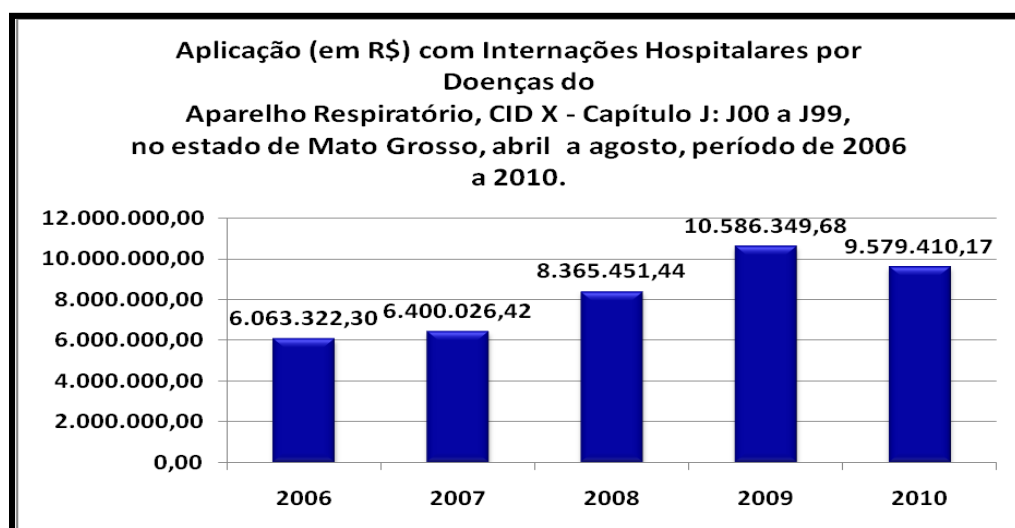
O impacto dos incêndios florestais no sistema de saúde se dá com o elevado número de internações hospitalares por doenças do aparelho respiratório entre os meses de abril e agosto, período este estimado para o aumento do fluxo de pessoas em virtude da Copa do Mundo de 2014. Portanto, o planejamento para o evento deve levar em consideração a possibilidade de aumento da demanda por serviços hospitalares pelos visitantes, uma vez que as condições climáticas serão as mesmas e há risco de que os focos de calor se mantenham nos mesmos patamares.

Destaca-se ainda que os valores despendidos para a prestação destes serviços à sociedade poderiam ser aplicados em outros serviços públicos, citando a própria prevenção da modalidade de desastre ora abordado.



Fonte: MATO GROSSO (ESTADO). **Informações de Internações Hospitalares por Doenças no Aparelho Respiratório em Mato Grosso.** Secretaria Estadual de Saúde. Disponível em <<http://www.saude.mt.gov.br/aplicativo/indicadores>>.

FIGURA 03: Quantidade de Internações por Doenças do Aparelho Respiratório. Secretaria de Saúde de Mato Grosso.



Fonte: MATO GROSSO (ESTADO). **Informações de Internações Hospitalares por Doenças no Aparelho Respiratório em Mato Grosso.** Secretaria Estadual de Saúde. Disponível em <<http://www.saude.mt.gov.br/aplicativo/indicadores>>.

FIGURA 04: Custos com Internações por Doenças do Aparelho Respiratório. Secretaria de Saúde de Mato Grosso.

EFEITOS SOBRE OS ECOSISTEMAS

Os incêndios florestais afetam a reciclagem de nutrientes, causa morte de plantas e animais, diminuindo a biodiversidade, eliminando predadores naturais de pragas, destroem nascentes, contribui para o aquecimento global, favorecendo o efeito estufa. A fumaça reduz a incidência solar prejudicando a fotossíntese, traz perdas de nichos ecológicos, que impacta negativamente a capacidade do meio ambiente em resistir às mudanças. Diminuição da capacidade de infiltração da água e perda da capacidade de “guardar” água Esses fenômenos geram mais secas, ampliando as chances de ocorrerem incêndios florestais. Temos neste momento a retomada de um ciclo vicioso.

Municípios	Danos (mil R\$)		Prejuízos (mil R\$)		Total (Mil R\$)
	AMBIENTAIS	MATERIAIS	ECONÔMICOS	SOCIAIS	
MARCELÂNDIA	incalculável	2811	15076,6	81,8	17969,4
PEIXOTO DE AZEVEDO	incalculável	745	4016	3,1	4764,1
CHAPADA DOS GUIMARÃES	incalculável	Não houve	300	89	389
STO. ANTONIO DE LEVERGER	incalculável	120	115,50	171,17	406,67
Total	incalculável	3676	19508,1	345,07	23529,17

Fonte: Relatório de Atividades Prevenção e Combate Incêndios Florestais - MT 2010. Cuiabá: CASA MILITAR. Superintendência Estadual de Defesa Civil. Emitido em 07 de jan. de 2011, p. 40

Quadro 02: Formulário de Avaliação de Danos.

IMPACTOS SOBRE A ATMOSFERA E ECONOMIA

Na região amazônica os efeitos se dão pela fumaça liberada, inclusive com a constatação de que os incêndios causam impactos em efeito cascata quando atinge o fornecimento de energia, como foi relatado no ano de 1995, quando houve 47 interrupções somente da energia proveniente da hidroelétrica de Tucuruí, com perda de lucro aproximado de US\$ 2,2 milhões, não inclusos os impostos, os prejuízos de pessoas que adquiriram geradores, tiveram seus alimentos perdidos ou não pode ter o gozo de uma noite de sono condizente.

Na Amazônia acontecem todos os anos o maior número de queimadas. Entre 2009 e 2010 foram 17 ocorrências nas linhas de transmissão causadas pelo fogo.

A situação nos pólos regionais de Mato Grosso é também alarmante conforme informa a empresa Rede CEMAT, no quadro abaixo:

Regional CEMAT/ANO		2007	2008	2009	2010	Total geral
Barra do Garças	1	39	3	0	34	77
Cáceres	8	19	7	4	41	79
Rondonópolis	23	34	49	31	156	293
Sinop	32	35	127	13	53	260
Tangará da Serra	10	71	68	13	70	232
Metropolitana	29	7	18	1	51	106
Total geral						1047

Fonte: Rede CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses.

Quadro 03: Interrupção do fornecimento de energia elétrica em Mato Grosso.

Constata-se ainda outros impactos como o transporte aéreo, *verbis*:

Durante semanas o ar respirável fica mais poluído do que no centro de São Paulo. Tendo ainda relevância a constatação de acidentes de trânsito provocados pela fumaça, bem como a interrupção de operação, entre os anos de 1996 e 1997, causando o fechamento dos aeroportos de Rio Branco (Acre), Porto Velho (Rondônia), Imperatriz (Maranhão) e Conceição do Araguaia, Carajás e Marabá (Pará), permanecendo fechados por um total de 420 horas.¹⁷

Na pesquisa realizada junto à administração do Aeroporto Marechal Rondon em Várzea Grande constatou-se que até o ano de 2010 o sistema de controle de fechamento ou interrupção de atividades não estava totalmente informatizado, sendo possível verificar que no ano de 2011, ente os meses de abril e julho, houve 11 fechamentos do aeroporto para operações de pouso e/ou decolagem, totalizando 10:44 h de tempo total de inatividade.

Os incêndios florestais iniciam uma cadeia de consequências negativas, cujas inter-relações são imprevisíveis: problemas no abastecimento de água, acidentes em rodovias devido à redução da visibilidade, suspensão de atividades educacionais e de lazer, entre outras.

¹⁷NEPSTAD, D.C., A. Moreira & A. A. Alencar. **A Floresta em Chamas: Origens, Impactos e Prevenção de Fogo na Amazônia**. Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – Banco Mundial, 1999, p. 98 – 100.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise do que foi abordado neste trabalho, constatou-se que o problema em voga traz impactos críticos para o Estado de Mato Grosso e Cuiabá, enquanto anfitriã dos jogos, aduzindo que os incêndios florestais são um passivo que acarreta prejuízos ambientais e econômicos nas áreas de saúde, transporte aéreo, energia elétrica, dentre outros segmentos sociais, possibilitando grande desgaste a imagem do Estado frente a opinião pública mundial.

A Copa do Mundo de 2014 já é uma realidade que precisamos conviver harmonicamente com ela. Para tanto essa harmonia precede de uma preparação imediata dos organismos governamentais para atender a magnitude de demandas que surgirão ao longo do percurso a ser trilhado até o encerramento evento.

Imaginar que todas as questões ambientais do País e de Mato Grosso serão resolvidas e que não teremos incêndios florestais no período de estiagem de 2014 é no mínimo utopia, podendo ser chamado de inocência, que ao poder público não se admite ter tal comportamento diante do cenário posto.

A estrutura de que hoje dispõe o Corpo de Bombeiros Militar é insuficiente para fazer frente à ação integrada aqui demandada pelo Poder Executivo, do qual faz parte, pelo fato de se fazer presente apenas em 17 dos 141 municípios existentes no Estado de Mato Grosso.

Dentro do parâmetro aqui abordado eclode a necessidade de serem tomadas medidas urgentes que preparem o poder público para atender aos reclamos impostos pela continuidade de desastres naturais da modalidade incêndio florestal que assola a população, dentre as quais citamos: capacitar profissionais e investir em investigação das causas dos incêndios, investir em tecnologia de monitoramento, rastreamento e combate, ampliar a atual performance dos meios de combate, investir na implementação de um sistema de primeira resposta nas Unidades de Conservação Estaduais, fomentar a cultura científica e técnica, visando a formação de bases de dados, fomentar investimentos através de subsídios de atividades de prevenção e

combate aos incêndios nos municípios, estimular a implementação de políticas de recuperação de áreas degradadas por incêndios florestais e queimadas.

A Constituição Federal, a Constituição Estadual, os compromissos assumidos pelo Estado de Mato Grosso junto a FIFA, bem como as diretrizes emanadas pelo Governo Federal formam o arcabouço de obrigações que são impostas ao Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso para que esteja em condições de atuar frente aos desafios que a Copa do Mundo de 2014 proporciona.

Por último, evidencia-se a necessidade de estruturar com maior envergadura, para o exercício de suas competências legais, o Corpo de Bombeiros Militar, como instituição responsável pela atuação frente abate direto (resposta) a modalidade aqui apresentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 de jul. 2011.

_____. **Glossário de Defesa Civil: estudos de riscos e medicina de desastres.** Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil. 3 ed. rev. Ministério da Integração Nacional: MI, 2002, p.82 - 83.

_____. **Minuta do Caderno de Atribuições para a Copa do Mundo de 2014.** Brasília: Ministério da Justiça. Departamento Nacional de Segurança para a Copa do Mundo 2014. 2011, p. 23.

DUARTE, Luiz Ricardo. **Os CONSEGs e a redução de riscos.** 2 ed., revisada por Nazareno Marcineiro. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2008, p. 11.

LAZZARINI, Álvaro. **O Corpo de Bombeiros Militar como instrumento de defesa da cidadania**. Out/Dez,1999. São Paulo: Força Policial.1999, p. 21.

MATO GROSSO (ESTADO). **Constituição do Estado**. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/v2008/doc/CONSTITUICAOMT.pdf>. Acessado em: 22 de ago. de 2011.

_____. **Decreto nº 512, de 13 de jul. de 2011**. Publicado no Diário Oficial do Estado Nº 25599, do dia 13 de jul. de 2011.

_____. **Plano Estadual de Justiça e Segurança Pública com Cidadania 2008 - 2011**. Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública. Disponível em <http://www.seguranca.mt.gov.br/secretaria.php?IDCategoria=2743>, Acessado em: 20 de ago. de 2011.

_____. **Relatório de Vistoria nº 008/2010, do Município de Marcelândia**. Casa Militar. Superintendência Estadual de Defesa Civil. Emitido em 17 de ago. de 2010, p. 3.

_____. **Relatório de Atividades Prevenção e Combate Incêndios Florestais - MT 2010**. Cuiabá: CASA MILITAR. Superintendência Estadual de Defesa Civil. Emitido em 07 de jan. de 2011, p. 40.

NEPSTAD, D.C., A. Moreira & A. A. Alencar. **A Floresta em Chamas: Origens, Impactos e Prevenção de Fogo na Amazônia**. Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – Banco Mundial. 1999, p. 98 – 100.

NETO, Efraim. **Desenvolvimento Agrário**. Revista Com Ciência Ambiental. São Paulo. Ano 6, Nº 37, EDICASE. 2011, p. 44.

SILVA, Ageo Mário Candido da. **Fôlego no Campo**, Série Vida Urbana. **Revista Novo Ambiente**. Ano 02. Edição 13 – Junho/2011. Novo Ambiente Editora e Produtora Ltda, 2011, p. 54.

VERDE, Salada. **A Olimpíada da fumaça**. Disponível em www.oeco.com.br/noticias/19193-a-olimpiada-da-fumaca-, Acessado em: 22 de ago. de 2011.

